

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CANDIDO RONDON
Programa de Pós-Graduação Mestrado em História
História, Poder e Práticas sociais

MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

CIDADE “MORADA AMIGA” NO OESTE DO PARANÁ:
Memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960/2010)

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CANDIDO RONDON**

**Programa de Pós-Graduação Mestrado em História
História, Poder e Práticas sociais**

MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

**CIDADE “MORADA AMIGA” NO OESTE DO PARANÁ:
Memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960/2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) *Stricto Sensu* em História como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Campus de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná –UNIOESTE.

Orientador: Prof^o.Dr. Robson Laverdi.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S586c Silva, Márcia Cristina Rodrigues da
Cidade "Morada Amiga" no Oeste do Paraná: memórias das
tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960/2010) / Márcia
Cristina Rodrigues da Silva - Marechal Cândido Rondon, 2011.
111 p

Orientador: Prof. Dr. Robson Laverdi

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2011.

1. Assis Chateaubriand (PR) - História. 2. Assis
Chateaubriand (PR) - Memórias. I. Universidade Estadual
do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed.302
981.62
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Geni Rosa Duarte

Professora Doutora Cristiani Bereta da Silva

Professor Doutor Marcos Nestor Stein

Professor Doutor Robson Laverdi

(Orientador)

À minha família e
aos meus grandes amores
Neuri, Marco e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Nomear todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, é tarefa quase impossível, além de acarretar em possíveis ressentimentos, caso do esquecimento de alguém. Portanto, à todos aqueles que contribuíram, de maneira direta ou indireta desde a formulação do projeto até a fase final da pesquisa, minha sincera gratidão.

Agradeço ao professor Fábio André Hahn, grande incentivador. À amiga Fabiana Secariollo, pela companhia no início da jornada. A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, em especial aos professores da linha de pesquisa Prática Culturais e Identidade, pela atenção dedicada nas disciplinas, grupos de estudos e demais atividades realizadas.

Ao professor Dr. Robson Laverdi, por ter aceito a tarefa de orientar –me e por ter sido, mais que orientador, um amigo, que soube compreender-me nos momentos em que precisei, fazendo as devidas cobranças quando necessário, mas acima de tudo, agindo como um “orientador”, sem ele, o presente trabalho seria impossível.

A todos os depoentes que abriram suas casas e doaram parte de seu tempo para que pudéssemos registrar suas trajetórias de vida. Ao jornal O Regional, em especial ao jornalista Leonildo Mendes, pela ajuda prestada no decorrer da pesquisa, em particular no acesso às fontes e fotografias. Ao amigo Jean Carlos de Assis, pela ajuda na pesquisa do acervo do Museu.

À minha mãe Maria e meu padrasto Servílio pela presença e apoio constantes na minha vida.

Aos amigos conquistados, Lays, Francisco (o príncipe Negro), Guto, Silvia e German. À Iraci, mais que secretária, a amiga. Ao professor Paulo Koling pelas sugestões.

Aos professores Dra. Geni Rosa Duarte, Dr. Marcos Nestor Stein e Dra. Cristiani Bereta da Silva, pelas sugestões e fundamental contribuição para a conclusão desse trabalho.

Por fim, mas não menos especial, ao meu marido e companheiro de todas as horas, pela paciência nos momentos em que o tempo dedicado à pesquisa excedia o tempo dedicado a ele. Pelo apoio nos momentos de desespero, pelas palavras sábias quando, algumas vezes, pensei em desistir. Pelo amor, pela compreensão, pelo nosso filho, obrigado.

Uno de los fenómenos culturales y políticos más sorprendentes de los últimos años es el surgimiento de la memoria como una preocupación central de la cultura y de la política de las sociedades occidentales, un giro hacia el pasado que contrasta de manera notable con la tendencia a privilegiar el futuro, tan característica de las primeras décadas de la modernidad del siglo XX

Huyssen, Andreas. 1990

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir ressignificações da memória ocorridas em Assis Chateaubriand, Oeste do Paraná. Tomamos por base memórias públicas produzidas na década de 1990 a partir da cristalização de uma memória homogênea e de suas rupturas. Buscamos pensar e discutir outras memórias em disputa neste processo. Abordamos, inicialmente, o esforço realizado pelo poder público, em especial na administração de Luiz Amaral (1993-1996), que buscou construir uma única história para a cidade, partindo de memórias pertencentes a grupos “vencedores”, que expressavam projetos que se queriam constituir para o município. Procuramos, a partir de outras memórias, compreender o que se minimizou nas memórias “públicas”, além dos grupos que foram renegados a essa memória plantada e cultuada. Articulando interpretações de fontes orais, escritas e materiais jornalísticos, buscamos perceber disputas em torno de memórias sobre a formação de Assis Chateaubriand, ocorrida em fins da década de 1950 e começo de 1960. Observamos ainda ressignificações que se articulam a essas memórias, em especial no ano de 1990, durante o segundo turno das eleições para o governo do Estado do Paraná, quando memórias foram apropriadas, amenizadas e ressignificadas na esfera pública, ressurgindo em âmbito estadual, desenterrando o passado “desordeiro” da cidade que tentava ser mostrada como “morada amiga”.

Palavras-chave: Memórias, Conflitos, Tensões, Assis Chateaubriand-PR, Oeste do Paraná

ABSTRACT

“Friendly city” the west of Paraná: memories of the tensions in Assis Chateaubriand/PR (1960-2010)

The present essay has the purpose of discussing the resignifications memory occurred in Assis Chateaubriand, Paraná West. It relies on public memory in the 1990s produced from the crystallization of a homogeneous memory and its disruptions. We seek to think and discuss other memories in dispute in this case. We address initially the effort made by the government, especially in the administration of Luiz Amaral (1993-1996), who sought to build a single story to the city, from memories belonging to groups "winners", expressing that want projects provide for the municipality. Sought from other memories, understand what is minimized in memories "public", and the groups that were planted renegades to that memory and worshiped. Articulating interpretations of oral sources, written and journalistic materials, we seek to understand disputes over the formation of memories of Assis Chateaubriand, which occurred in the late 1950 and early 1960. We also observed that reframes articulate these memories, especially in 1990, during the second round of elections to the state government of Parana, when memories were appropriate, cooled, and re-signified in the public sphere, resurfacing in the state, to unearth the past "troublemaker" in the city that tried to be shown as "dwelling friend."

Keywords: memories, conflicts, tensions, Assis Chateaubriand, Paraná, west of Paraná

LISTA DE FIGURAS

Mapas

MAPA 1- Localização do município de Assis Chateaubriand

MAPA2- Encantado D'Oeste. Distrito de Assis Chateaubriand

Imagens

Fotografia 1- calçadão da Avenida Tupãssi: detalhe das figuras em forma de água

Fotografia 2- calçadão da Avenida Tupãssi: detalhe das figuras em forma de peixe

Fotografia 3- praça Manoel Clemente: Praça dos Pioneiros

Lista de abreviaturas e siglas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CNP- Colonizadora Norte do Paraná S/A

PMAC- Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand

ACQUASSIS- Associação de Piscicultores de Assis Chateaubriand

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

CNT – Central Nacional de Televisão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO-----	12
CAPÍTULO I POR UMA “HISTÓRIA DE ASSIS CHATEAUBRIAND”-----	24
CAPÍTULO II “ESTÓRIAS DE TRANCOSO: OUTRAS MEMÓRIAS”-----	48
CAPÍTULO III DE “SERTÃO” A “VELHO OESTE: AS RESSIGNIFICAÇÕES DA MEMÓRIA”-----	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	101
FONTES-----	106
BIBLIOGRAFIA-----	109

APRESENTAÇÃO

Assis Chateaubriand é uma cidade considerada de pequeno porte, atualmente conta com cerca de 33 mil moradores, de acordo com dados do IBGE de 2010. Localizada na região Oeste do Estado do Paraná, é essencialmente agrícola, sem grandes indústrias. Sua formação data de inícios da década de 1950, a partir da atuação de empresas colonizadoras, sendo a Colonizadora Norte do Paraná (CNP) a que recebeu mais destaque nesse processo.

Durante a década de 1990, percebemos um cenário público de movimentações em torno das memórias passadas. Relatos de atos violentos cometidos pela empresa colonizadora e por posseiros em “defesa” da terra, passaram a ser alvo de especulações políticas em âmbito estadual. No entanto, percebemos que, no interior do município, essas memórias aos poucos foram sendo silenciadas em nome de uma cidade que se declarava a “Morada Amiga”.¹

Tentativas de instituir uma memória única para a cidade aparecem desde sua emancipação política, em fins da década de 1960, mas foi a partir de 1993, no mandato do então prefeito Luiz Amaral² que percebemos uma maior dedicação do poder público em “cristalizar” uma história para a cidade de Assis Chateaubriand, processo este que levou a silenciar “outras memórias” do processo inicial de formação da cidade.

A partir desse trabalho, buscamos compreender as diferentes memórias que disputam espaços na região de Assis Chateaubriand, atentando para as outras histórias que fluem a partir dos embates entre a memória pública e as “outras memórias” presentes nas narrativas de moradores da cidade. O objetivo é tentar compreender como essas memórias disputam espaços e sentidos sociais, especialmente o espaço público, assim como estudar quais são os embates entre elas e os “lugares” dedicados a essas memórias.

O ponto de partida é a história socialmente aceita ou reconhecida. Ou seja, aquela produzida na esfera pública, a qual busca tornar-se hegemônica, e que foi reforçada a partir da escrita do livro *História do município de Assis Chateaubriand*, no ano de 1996, pelo jornalista e então secretário de planejamento da cidade, Laércio Souto Maior. O livro conta uma das

¹ Slogan da cidade, criado nos anos de 1980.

² Prefeito em gestão nos anos de 1993 a 1996.

versões da história da cidade a partir de projetos vencedores, e de homens “corajosos”, tratados como “heróis”, “desbravadores”,³ também chamados de “pioneiros”, que em geral define os migrantes oriundos da região Norte do estado, na grande maioria, nordestinos, mas também de paulistas e mineiros.

A partir de sua obra, há o enaltecimento do homem nordestino como o pioneiro das terras onde atuou as empresas colonizadoras, responsáveis pela formação de Assis Chateaubriand, em especial, a partir da figura de Adízio Figueiredo dos Santos, sócio-proprietário de uma dessas empresas e o encarregado de comandar os trabalhos da CNP na região do Vale do Piquiri, onde se localiza o município. Com um capítulo dedicado apenas a eles (os nordestinos), o autor escreve frases como: “os nordestinos, um povo de heróis, sábios e guerreiros, tiveram uma importante participação na colonização das regiões Norte e Oeste do Estado do Paraná”; “Pioneiramente, foram os nordestinos [...], quem desbravaram a floresta subtropical [...]”,⁴ reforçando uma procedência nordestina para Assis Chateaubriand.

O livro constrói também uma imagem positivada da formação, partindo de marcos triunfantes, apontando para uma cidade que teria evoluído de maneira linear, ordenada, planejada, tomando por base a experiência de homens “vencedores” de um processo a qual se apresentava apenas uma face. O livro é tomado por referência, apontado quem e o que deveria ser lembrado quando se quer compreender ou conhecer um pouco sobre o passado da cidade, minimizando outras experiências e participações no processo.

Com o título *Cidade “Morada Amiga” no Oeste do Paraná: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960/2010)*, a pesquisa visa trabalhar com diferentes memórias constituídas neste espaço. Levando em conta a memória “pública” forjada, que valoriza o migrante nordestino como o “pioneiro”, o “herói”, e que busca por meio de um discurso hegemônico, ocultar outras memórias que a vivenciaram, em especial, o passado “violento” do período de formação, ocorrido a partir da década de 1960, tentando assim, negar divergências e tensões existentes com outras memórias vividas neste mesmo processo. Percebemos que a partir do livro, elegeram-se como “pioneiros” pessoas com falas autorizadas, os chamados “guardiões da memória” que acabaram por sublimar outras memórias existentes *no e sobre o* município. Embora, seja importante dizer que, no processo de produção de entrevistas orais realizadas nesta pesquisa, com os moradores, as disputas de memórias se evidenciam a todo instante, inclusive pela força do silêncio.

³ MAIOR, Laércio Souto. *História do Município de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná*. Maringá: Clichetec, 1996. 391 p.

⁴ Ibidem, 1996, p.43, 44.

Sobre a problemática desenvolvida é importante destacar que essa não é uma inquietação recente. Pelo contrário, o tema despertava interesse desde os tempos da graduação em História, e foi aguçado a partir de uma especialização em História Regional realizada na UNIMEO Ctesop, IES onde estudei.⁵ Isso porque, para mim, a cidade de Assis Chateaubriand parecia “diferente” dos municípios ao seu redor. Em primeiro lugar, eu percebia a cidade como destoante de outras a seu redor pelo caráter de formação étnico. Enquanto boa parte das cidades próximas se autodeclaravam predominantemente uma descendência europeia, Assis Chateaubriand diferenciava-se pela “cor morena” da maioria de seus habitantes, numa grande parte, provenientes do Norte e Nordeste do país.

A isso se deveria ao fato de as cidades vizinhas como Toledo, Palotina, Maripá e Marechal Candido Rondon (somente para citar algumas), terem tido uma ocupação onde predominava o migrante sulista, descendentes de europeus (especialmente italianos e alemães). O que deixava Assis Chateaubriand, mais próxima de cidades mais ao Norte, como Maringá e Londrina, cidades sedes da colonizadora que atuou na região e da procedência dos migrantes que se destinaram para Assis Chateaubriand em meados dos anos de 1960.

Pelo período de um ano, lecionei numa instituição de Ensino Superior, que recebe diariamente alunos e professores moradores de cidades vizinhas. Em várias oportunidades, perguntei sobre as impressões que tinham sobre a cidade. Foi recorrente a fala de uma cidade “onde moravam pessoas morenas”,⁶ ou ainda, uma “cidade de mineiros”, uma “cidade de nortistas”. O que reforçava ainda mais esse caráter “diferente” que eu criava em relação às cidades vizinhas de Assis Chateaubriand, não apenas na proveniência de sua população, mas culturalmente também.

Durante os estudos de História do Paraná, na UNIMEO, cursei um tópico especial em História da Região Oeste do Paraná que foi, em parte, retomado em um módulo na especialização em História Regional cursado na mesma instituição. Nesses dois momentos, tive contato com algumas obras que buscavam mostrar “a cara” do Oeste do Paraná, ou seja, identificar a região, quem eram seus moradores, as religiões, o seu número populacional, procedência de seus moradores, entre outros aspectos. De maneira geral, continuavam a pautar marcos para retratar essa região, entre eles, a colônia Militar de Foz do Iguaçu (1889) e o Programa Federal Marcha Para Oeste, durante o governo do presidente Getúlio Vargas

⁵ UNIMEO –CTESOP- União Educacional do médio oeste paranaense LTDA- Centro Técnico- Educacional Superior do Oeste paranaense, Assis Chateaubriand.

⁶ As conversas foram feitas de maneira informal, com alguns professores que moraram ou estiveram no município por algum tempo, não houve até o momento entrevistas realizadas, por esse motivo abster-sei seus nomes nesse texto.

(1937), que marcariam os momentos importantes de ocupação da região, que foi apontada por essa bibliografia como sendo “inóspita” e que por isso oferecia risco de invasões estrangeiras. E, por fim, destacavam a presença marcante dos chamados “eurobrasileiros”, especialmente descendentes de italianos e alemães, que teriam sido “escolhidos” para resolver o problema do “vazio demográfico” da região.⁷

Levando em conta a leitura dessas obras, e minhas impressões já apresentadas, eu própria definia Assis Chateaubriand como participante de uma região ao mesmo tempo de fronteira geográfica e cultural, devido ao fato de não conseguir enxergá-la nessas definições. Era como se, de fato, houvesse uma parede que dividisse a Região Oeste, separando os “eurobrasileiros” dos “morenos”. Ou seja, a própria historiografia alimentava esse reconhecimento. Mas, durante as aulas no mestrado, percebi que era preciso ir além dessas vertentes.

Outro fator que me intrigava bastante era o fato de a cidade estar envolto a um silêncio quase unânime no que dizia respeito a sua ocupação por parte da Colonizadora Norte do Paraná. Durante a pesquisa que desenvolvi para a especialização algumas entrevistas já me mostraram que a cidade já fora ocupada antes da chegada da primeira empresa colonizadora, e que antes mesmo da chegada da segunda empresa, esse número cresceu. Cabe adiantar que Assis Chateaubriand foi inicialmente administrada pela Companhia União D’Oeste LTDA, no início da década de 1950, sendo que ao seu final foi acusada pelo Estado do Paraná de cometer litígio na área, sendo obrigada pelo governo estadual a devolver as terras à União. No entanto, descobrimos que houve uma disputa judicial entre o Estado do Paraná e a primeira empresa colonizadora, que culminou na compra de parte dessa área pela CNP. No entanto, meandros desse processo ainda nos eram obscuros.

Conversas informais com moradores nos revelaram histórias de violência e mortes entre a colonizadora CNP e os então “posseiros” que ocupavam essas terras. E a violência teria aumentado com a divulgação da existência dessa área a partir da interferência do Estado. Ouvimos depoimentos que davam conta de uma “guerra” entre funcionários da colonizadora e moradores “indesejáveis” do município. Porém em nossas entrevistas, poucas pessoas aceitavam falar sobre o assunto. Durante a pesquisa que realizei ainda para a monografia da especialização, mulheres falaram sobre cenas de violência, mortes, assassinatos, além da

⁷ Refiro-me a obras de Sergio Lopes “O território do Iguaçu no contexto da Marcha para o oeste”, 2002; Ruy Wachowicz “Obrageros, Mensus e Colonos. História do Oeste Paranaense”, 1987; Colognese, Gregory, Schalenberger “Tupãssi do mito a história” 1999; Bragnolo, Fernandes, Silva “Toledo e sua história”, 1988; Myskiw “Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)”. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, 2002; entre outros.

presença de jagunços e capangas que acarretavam medo aos moradores. Enfim, uma história que me chamou atenção, visto que eu própria, enquanto moradora da cidade, desconhecia esses fatos narrados com eloquência. Daí o desejo de investigar memórias tão conflitantes com a que oficialmente se tinha sobre o município de Assis Chateaubriand.

Cabe ressaltar que o processo de construção social da memória é uma dinâmica seletiva, portanto carregada de esquecimentos e silêncios. Memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais. Implica em atos de lembrar e esquecer. Lembrar de alguns sujeitos e esquecer a outros. O silenciamento está relacionado à negação das diferenças, dos conflitos e das divergências, apresentando o processo como fruto de consensos, valores e visões de mundo estabelecidos por meio das relações de poder. O exercício de poder significa também ocultar as diferenças e as contradições. Coube aos produtores dessa memória pública buscar harmonizar divergências e apagar diferenças, negando conflitos entre os diferentes sujeitos sociais que neste espaço se constituíram historicamente.

As memórias e visões de mundo marginalizadas foram minimizadas ao se estabelecer uma única memória como referência. Nega-se que existiam perdedores e exaltou-se a memória dos vencedores, silenciando em relação aqueles que não conseguiram uma posição política ou econômica de destaque no presente da rememoração ou na prática cotidiana de existência nesse espaço.

A memória de uma cidade, do ponto de vista da história oficial, geralmente, é a memória de sujeitos específicos eleitos que fazem um esforço econômico, político e social para estabelecer uma visão de mundo como única, enquanto negam outras visões ou memórias dos demais.

É interessante lembrar também que as memórias não são estáticas. Ao contrário, estão ativas nas relações sociais, sendo resignificadas a todo o momento. Conforme analisa Yara Aun Khoury,

Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumento de poder, ao explorarmos modos como memória e história se cruzam e interagem nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se constituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida.⁸

Dessa maneira, a autora mostra que existem muitas memórias, o que nos leva a construir outras histórias. Vale lembrar também que as memórias não estão intactas,

⁸ KHOURY, Yara Aun. Muitas histórias, outras memórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p118.

esperando que alguém simplesmente as recupere. As memórias são construídas no presente e em meio às relações de poder, sendo também objeto e instrumentos dele. Portanto, ao recorrer a essas memórias, não buscamos “recuperar” um passado dado, mas perceber as disputas das diferentes memórias num mesmo espaço geográfico e temporal. Lembrando, assim, que as memórias tornam-se “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais”.⁹ Temos buscado compreender tais memórias num processo de constituição e transformação de Assis Chateaubriand no tempo, a partir de outras memórias. Mas ao mesmo tempo, não há como não considerar que essas outras memórias se relacionam com o processo de silenciamentos presenciado no decorrer da pesquisa.

Durante a realização dessa pesquisa, fomos presenteados com um recorte de jornal que trazia as seguintes falas:

Cidade cabocla desafia o Oeste

Trabalho pioneiro da Colonizadora Norte do Paraná, o município tem como sede uma cidade cheia de nortistas e nordestinos (o prefeito é alagoano) que, tomando café e ignorando o chimarrão, comendo churrasco para entreter as saudades da carne-de-sol, lutam abnegadamente a fim de conquistar e manter a vanguarda entre as urbes oestinas. Como que vestida de gibão e chapéu de couro a cabeça, com aquela mesma arrogância patriótica do caboclo diplomático que ia à Europa falar de vaqueiros e defender a classe do algodão Mocó, Assis Chateaubriand é, sem dúvida, uma cidade cabocla que cantando o “Muié Rendeira”, desafia as irmãs brancas do Oeste paranaense¹⁰.

Para além do tom sarcástico apresentado na matéria, é possível notar a divisão que se faz entre uma “cidade cabocla” e suas “irmãs brancas do oeste paranaense”, cujas memórias públicas elegeram a ascendência germânica ou italiana. Deixava claro que a cidade de Assis Chateaubriand não se encaixava nos discursos “eurobrasileiros” criados para a região Oeste, em especial se comparada às das cidades de Toledo, Maripá e Palotina, vizinhas de Assis Chateaubriand (ver mapa 1), o que trazia ainda mais questionamentos à pesquisa, com relação às disputas de memórias.

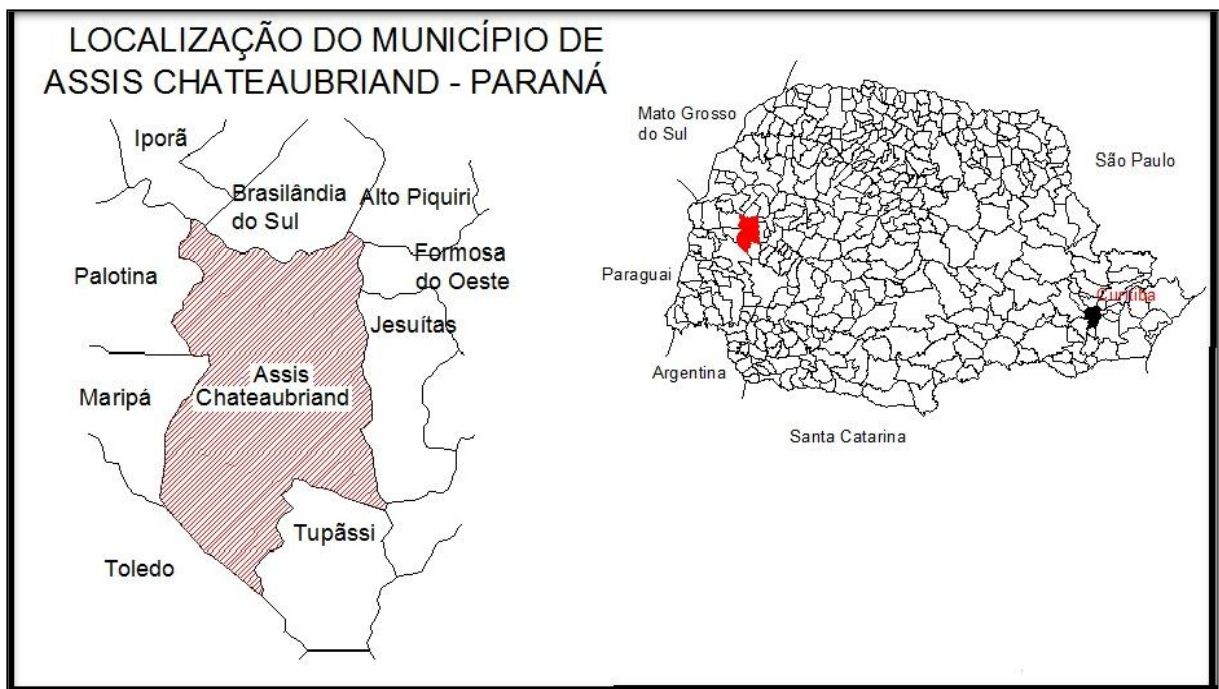
Nesse sentido, uma análise de fundamental importância para amadurecer a problemática foi à realizada em torno da categoria região. Assis Chateaubriand foi “encaixada” dentro de uma fronteira que se intitula “região Oeste do Paraná”. E isso a

⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p11, 1989.

¹⁰ Cidade cabocla desafia o Oeste. *A voz do Oeste*, Toledo, p.14,18 de ago. 1968.

(de)limita, a recorta, a identifica e, conseqüentemente, a separa de outras espacialidades e temporalidades. É viável, portanto, uma discussão mais dedicada a essa dimensão.

Milton Santos, ao analisar o conceito de região, define-a “pelas práticas sociais duráveis em um território” ou “pela identidade de um determinado grupo social com uma determinada porção do território”.¹¹ Ou seja, região, de uma maneira geral, estaria ligada a um espaço onde pessoas compartilhariam de uma mesma cultura, possuiriam, em parte, os mesmos modos, costumes e hábitos.



MAPA 1: ASSIS CHATEAUBRIAND. Elaborado por Guilherme Secchi de Lima. Sem escalas.

Nesse caso, quem determina tais costumes? E por que eles não são os mesmos em todo espaço nessa divisão da região? Pierre Bourdieu, ao analisar o conceito de região, leva a discussão, ao meu ver, mais além da proposta apresentada por Milton Santos. Buscando sua origem, Bourdieu mostra (citando Emile Benveniste), que a palavra *régio* é derivada do *rex*, aquele que tem autoridade e que, por decreto, pode circunscrever as fronteiras. A região, por origem, não é *natural*, mas uma divisão do mundo social, feita por uma “autoridade”, alguém

¹¹ CASTRO, I. E. de. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 124, 30 de set 2002. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm> [ISSN: 1138-9788]>. Acesso em: 12. mar 2009.

com determinados poderes, e enquanto esse poder é reconhecido, a região criada por ele não deixaria de existir.

Em primeiro lugar, as observações de Bourdieu levam a pensar a região primeiramente como uma representação, um objeto de relações de poder, de disputas entre campos, e somente depois, a realidade propriamente dita. De acordo com ele, “a região é o que está em jogo como objecto (sic) de lutas entre cientistas, não só geógrafos [...] mas também historiadores, etnólogos [...] economistas e sociólogos”.¹² Dessa maneira, a região poderia ser compreendida enquanto uma construção, por parte de algum “líder” ou “grupo”, que possui determinado “poder”, de dividir o “natural”, delimitando assim as suas áreas. A região, portanto,

conduz ao princípio de di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural [...] consiste em “traçar fronteiras em linhas retas” [...] “o território nacional do território estrangeiro”, é um acto *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex* encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito.¹³

Nesse sentido, cabe dizer que a luta para “conceber” a região ficaria a cargo dos diversos campos científicos que disputam entre si a autoridade para “regere” as regras. É possível assim, perceber a ação dos geógrafos que constroem os discursos em torno da região pautados por fenômenos “naturais” e espaciais, enquanto os historiadores, sociólogos e economistas construiriam diferentes teorias a respeito da interdependência das regiões. Esses aspectos por eles apontados criariam a necessidade das divisões, que deveriam ainda ser aceitas e sustentadas por algum grupo.

A partir da análise de Bourdieu é possível perceber a região enquanto uma construção, em que existe por um lado a necessidade de criação de uma espécie de consenso por parte dos diferentes campos que lutam pela criação dessas “divisões”. E, do outro lado, a aceitação de pertencimento por determinado grupo ou força presente nesta sociedade. Assim, para legitimar, a ciência, instaura características, particularidades, que podem ser naturais ou não, que vão atribuir identidade a uma região. Mas, que precisam ser “aceitas” e “incorporadas” por essa mesma sociedade para legitimá-la. Essa dada “identidade regional” que emerge a partir de então passa a ser utilizada estrategicamente nas lutas pela defesa do território ou

¹² BOURDIEU. P. A identidade e a representação: Elementos pra uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____ *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: 2007, cap.5. p.108.

¹³ Ibidem

mediada por interesses, econômicos e simbólicos. Para Bourdieu, essa fronteira (‘ato jurídico de delimitação’) que se cria, pautada em maior ou menor grau por elementos de uma determinada “realidade”, “produz a diferença cultural, do mesmo modo que é também produto desta. Nas palavras do autor: “basta pensar na acção [sic] do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito”.¹⁴ É sem dúvida a legitimação de uma identidade regional.

Assim, ao retomarmos a discussão com relação à região Oeste a partir de Bourdieu, podemos compreender que a incorporação de discursos hegemônicos, em especial ao retratar a região a partir do horizonte do “*eurobrasileiro*”¹⁵ fez com que se ocultassem e excluíssem outras identidades que fazem parte da mesma região. Isso explicaria o fato de Assis Chateaubriand ser referida quase sempre como região Médio Oeste e não apenas Oeste do Paraná. Isto se destoa do discurso de “identidade” criada para a região, tendo, com isso, que criar outra identidade.

Mesmo dentro das realidades “eurobrasileiras” a presença de migrantes oriundos de outros espaços culturais étnicos foi marcante. Mesmo dentro de Assis Chateaubriand, a presença de sulistas também é grande, no entanto, em nome de um território, em defesa de uma identidade, tais informações viraram meros detalhes. Visto que o mesmo grupo “destoante” incorporou o discurso e o exterioriza sempre que for preciso defender a “sua” região. A construção dessas memórias, entretanto, não se dá de forma pacífica. Tornam-se violentas ao passo que, para serem aceitas, é necessário apagar todas as anteriores, silenciar aquelas que não condizem com a que se quer representar, ou então, excluí-la dessa construção.

No caso de Assis Chateaubriand, percebemos que as disputas em relação as memórias vão além da identificação com o fato de ser ou não “eurobrasileiros”. A disputa é interna e muito mais problemática que uma questão unicamente étnica. A valorização de alguns “pioneiros” e de suas histórias cristalizadas na esfera pública, esconde outros grupos que apresentam uma memória traumática do processo de formação da cidade e do município como um todo. Pessoas que ainda hoje esperam uma reparação pela perda de terra, bens ou mesmo de familiares, perdidos por conta da violência (ainda negada), dos grupos colonizadores que ocuparam a região.

¹⁴ BOURDIEU. Op cit. pg.115.

¹⁵ Esse termo foi cunhado pelo historiador Valdir Gregory ao identificar o caráter de ocupação de parte da região Oeste do Paraná, a partir do modelo adotado pela empresa colonizadora Maripá, que para as áreas de sua ocupação, escolheu migrantes descendentes de europeus, em especial italianos e alemães.

Quanto à pesquisa em si, recorreremos a dois caminhos: o primeiro diz respeito ao recorte espacial pretendido no trabalho, que nos remete a história local com “sua multiplicidade documental e seu enraizamento junto ao público que habita a área estudada”.¹⁶ E o segundo caminho refere-se à memória. Ou memórias, no plural, em especial as memórias dissidentes, da que se busca tornar “oficial” sobre Assis Chateaubriand. Notamos na época atual que o trabalho com memórias (discussões, análises, pesquisas) têm aparecido, na época atual, em inúmeros trabalhos de historiadores. O aumento de publicações de livros de autobiografias é uma mostra disso. O século XX que era tido como o século do futuro, é, praticamente, o século onde se busca “resgatar” o passado. Andreas Huyssen utiliza o termo “obsessão contemporânea pela memória e pelo passado”,¹⁷ bem como o “medo” de esquecer, ao analisar o aumento dos estudos das memórias pelos historiadores.

De acordo com o autor, de maneira geral a preocupação com o passado surge a partir de traumas sofridos em alguns países. Por exemplo, na Europa e nos Estados Unidos os temas relacionados ao Holocausto intensificaram os discursos memorialistas, na África o Apartheid, e, também na Américas, as experiências em torno das ditaduras, constantemente retornam às ruas como algo que precisa ser lembrado, para que não se repita. Andreas se refere ao fenômeno da musealização, ou seja, criar “lugares de memórias” numa tentativa de compensar os “estragos causados pela modernização acelerada”, em que o ritmo das mudanças traz a ameaça do esquecimento. De acordo com ele, essa velocidade das mudanças, o medo de um futuro incerto, nos faz buscar a segurança do passado.

No entanto, acreditamos que o estudo das memórias, mais do que uma tentativa de preservação, esteja também relacionada a uma busca de compreensão do passado. E a atual “obsessão”, referida por Huyssen, pode assumir um caráter de revisão, de uma história que durante muito tempo privilegiou grupos e fatos específicos, deixando de lado o que era considerado marginal. Dessa forma, buscar outras memórias do processo de formação de Assis Chateaubriand é de certa forma incorporar à história caminhos que permitem novos olhares e, conseqüentemente, questionamentos, fazendo com que a História seja o que sempre foi: movimento.

Na busca por essas memórias, iniciamos o trabalho com a produção de algumas fontes orais. Procuramos entrevistar, num primeiro momento, pessoas que não estavam incluídas nas

¹⁶ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9 n°19. set.89/fev.90, p. 219.

¹⁷ HUYSSSEN, A. Pretéritos presentes: medios, política, amnésia. In: _____ *En busca del futuro perdido: cultura y memoria em tiempo de globalización*. Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., Buenos Aires: 2002. p22.

listas de “pioneiros” da cidade, aqueles que contavam “outras” histórias, fugindo dos marcos oficiais e dos mitos “pioneiros”, já que o objetivo seria justamente compreender as disputas de memória existentes. Privilegiamos aqueles que haviam chegado ao município a partir da década de 1960, por ser esse período o auge da atuação da empresa Colonizadora Norte do Paraná.

Como conhecíamos poucas pessoas nessa situação, acabamos criando uma rede, onde um entrevistado indicava outro, que indicava outro, e assim por diante. Evitamos, no entanto, aquelas pessoas que foram indicadas como “os que sabem mais”, aqueles que possuíam uma “fala autorizada”, pelo fato dessas pessoas reproduzirem a mesma memória já conhecida e reafirmada na esfera pública, e em grande parte, estar ligada direta ou indiretamente a grupos hegemônicos.

Entrevistamos dezoito pessoas, entre homens e mulheres que chegaram à Assis Chateaubriand entre as décadas de 1950 e 1960. Todas elas trazem narrativas riquíssimas, porém, por uma questão de recorte, e em especial, atendendo ao pedido de alguns depoentes, nem todos foram utilizados. Encontramos apoio também em outros depoimentos, realizados por outros pesquisadores, já que encontramos dificuldade em “fazer falar” outros depoentes, que por motivos diversos se negavam a ser entrevistados. Devido à complexidade do tema, em especial no segundo capítulo, e com intuito de não comprometer nenhum de nossos depoentes, vamos manter a idade e local de produção das entrevistas, mas iremos abster seus nomes, utilizando nomes fictícios para identificá-los, num intuito de se precaver contra possíveis problemas aos mesmos. Utilizaremos também outras produções de memória como a imprensa escrita, em especial a revista e o jornal *O Regional*, produzidos na própria cidade e o livro escrito por Laércio Souto Maior com objetivo de contar a história da cidade de Assis Chateaubriand.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado *Por uma história de Assis Chateaubriand*, o objetivo é analisar de que maneira o poder público, em especial a partir do mandato do prefeito Luiz Amaral, buscou constituir uma memória “oficial” para Assis Chateaubriand. Atentando para os meios utilizados, memórias escolhidas e os grupos beneficiados pelo prefeito e sua equipe. Lembrando que ele não foi o único prefeito a formular tais “fixações” de uma memória, mas foi o seu mandato o mais citado durante a realização das entrevistas, devido a dois pontos fundamentais: a criação da Praça dos Pioneiros e a escrita de um livro intitulado *História do município de Assis Chateaubriand* que tinha por objetivo “registrar a saga do povo chateaubriandense”, o que marca seu mandato como uma tentativa de cristalização da memória “oficial” da e para a cidade de Assis Chateaubriand.

No segundo capítulo, intitulado *Estórias de Trancoso: outras memórias*, apresentaremos “outras memórias” deixadas de lado pela memória “pública”, em especial, sobre o processo violento de ocupação envolvendo migrantes e empresas colonizadoras que atuaram na região de Assis Chateaubriand, a partir da década de 1960, partindo das lacunas apresentadas por esta, em especial na obra de Laércio Souto Maior.

No terceiro capítulo, intitulado *De sertão a Velho Oeste: as ressignificações das memórias*, buscaremos mostrar como as memórias sobre um passado “amenizado”, “ordeiro” e “pacífico”, apresentados pela esfera pública foram desconstruídas, amplificadas e responsáveis pela vitória de um candidato a governo do Estado do Paraná nas eleições de 1990.

Procuramos perceber os movimentos em torno dessas memórias, num sentido de apreender como elas são utilizadas, negadas, amenizadas ou ampliadas, a partir de objetivos particulares de grupos hegemônicos que disputam o poder nessa região, em especial em Assis Chateaubriand.

CAPÍTULO I

POR UMA “HISTÓRIA DE ASSIS CHATEAUBRIAND”

As memórias são maleáveis, e é preciso compreender como são concretizadas, e porque, assim como os limites dessa maleabilidade.

(Peter Burke, 2000,p73)

Apreender e discutir memórias de moradores de Assis Chateaubriand é uma tarefa instigante para qualquer historiador que queira conhecer (ou conhece) a constituição do município. Num primeiro instante, assusta o número de imóveis vazios encontrados em boa parte do meio urbano, resquícios de um lugar que chegou a abrigar 138 mil habitantes na década de 1970, sendo 27 mil na área urbana e 108 mil na rural, de acordo com a imprensa local desse período,¹⁸ e contando hoje com o número de 33.025 moradores.¹⁹

Além dessas características populacionais da atualidade, no mínimo intrigantes, um estudo do passado da cidade também desperta o instinto de qualquer pesquisador. Percebemos nas pessoas uma certa “dificuldade” em reavivar lembranças, um cuidado na fala, um “medir as palavras”, ao se referir a eventos passados, isso quando não repetem eventos visivelmente decorados, quase que ensaiados, como um teatro incorporado à vida real.

No processo de produção de entrevistas para a realização dessa pesquisa, não raro ouvíamos a frase “procure fulano, ele sabe melhor sobre isso”, ou então “tá tudo no livro”. Já num primeiro momento percebíamos que foram “eleitos” alguns “guardiões” da memória local, bem como o “lugar” onde encontra-la: “no livro” de Souto Maior.

¹⁸ Dados da revista *O Regional em Revista*, ano I, nº1, 1977 (página sem número). Consulta aos dados do IBGE, não confirmaram tal número. Para a década de 1970, o IBGE apresenta o número de 78.784 habitantes na cidade de Assis Chateaubriand.

¹⁹ Dados do IBGE, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 02 jan.2011.

Procuramos fugir das referências indicadas, porque expressavam uma memória “decorada”, repetida por todos. Mesmo pessoas que não presenciaram determinados acontecimentos, contava-os com a mesma precisão de alguém que “estivera lá”, e viu, “com todos os detalhes”. E, em quase todas as entrevistas o tal “livro” nos era indicado para confirmar a versão contada, aparecendo, quase sempre, como a “fonte da verdade”.

Num primeiro momento já podíamos notar que as pessoas indicadas como portadoras da “verdadeira” história e o “livro”, faziam parte da memória institucionalizada, criada na esfera pública e cristalizada como memória “oficial” da cidade, legitimada, especialmente a partir de 1996, quando, o então prefeito da cidade, Luiz Amaral se propôs a registrar “a admirável saga do povo chateaubriandense”,²⁰ solicitando a escrita de um livro para homenagear a cidade e seus munícipes.

Nesse sentido, temos por objetivo apresentar neste capítulo de que maneira órgãos públicos, em especial a Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand (PMAC), buscaram construir uma memória para a cidade. Entendendo que as memórias são constituídas a partir de uma rede de relações de poder, em que as memórias de um grupo se sobressaem e oprimem a de outros, buscaremos apreender qual memória foi escolhida pelos grupos políticos locais para representar o seu passado, atentando para os meios e os espaços que foram utilizados para sua divulgação, que sujeitos foram evocados e a que grupos sociais ela favoreceu, em especial a partir da obra escrita por Souto Maior.

Michael Pollak aponta que a memória é seletiva, ou seja, “nem tudo fica gravado. Nem tudo registrado”,²¹ e que é um fenômeno construído, de maneira consciente ou inconsciente, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.”²² Neste sentido, a memória pública nos parece ainda mais seletiva, visto ser escolhida para representar todo um corpo social. Ela deverá ser selecionada dentre aquelas que “aqueles que lembram” conseguem ou querem falar. Portanto, a construção de uma memória pública passa por um processo de seleção de uma seleção. Ou seja, entre as memórias “escolhidas” por aqueles que lembram, são eleitas as que mais representam os objetivos daqueles que se propõem a “torná-la pública”. Vale lembrar que essa memória escolhida será a que servirá para orientar toda uma série de histórias, costumes e tradições.

²⁰ AMARAL, Luís. Prefácio. In: MAIOR, Laercio Souto. *História do Município de Assis Chateaubriand*. Op. Cit.

²¹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992. p.4-5.

²² Ibidem.

Quase sempre não são contadas experiências daqueles sujeitos não públicos, que delas participaram, mas de um grupo. Dessa forma, a memória que se sobressai, tende a ser a memória daqueles que, de alguma maneira, estavam a favor de grupos que organizaram o processo dessa formação.

Escolhidos aqueles que devem lembrar, são selecionados também os “fatos” e “lugares” que devem ser lembrados. Em geral, a construção de monumentos serve para reforçar e reafirmar essa memória, que passa então a ser repetida e indicada, cristalizando-se. Caso esse que observamos em Assis Chateaubriand, durante o processo de produção das entrevistas e análise de outras fontes, em especial jornais, revistas e monumentos públicos.

Durante a coleta desses materiais para a escrita desse trabalho, observamos um esforço realizado durante os anos de mandato do prefeito Luiz Amaral (1993-1996) no sentido de deixar “registrado” o passado para que este não se “apagasse”. Foi possível perceber que durante os anos de seu mandato foram realizadas as principais obras no sentido de institucionalizar uma memória para a cidade. Dessa maneira, iniciamos fazendo uma análise do mandato desse prefeito, e dos esforços realizados por sua equipe para a constituição de uma memória pública para Assis Chateaubriand, bem como os mecanismos utilizados pelo poder público, a mando dessa gestão, no sentido de fixação da memória, como por exemplo, monumentos, obras públicas e o “tal” livro.²³

Escolhemos, para iniciar, a análise de matérias divulgadas no *Jornal O Regional*, escrito e impresso na cidade de Assis Chateaubriand, entre os anos de 1993 e 1996, anos do mandato em questão. Com relação a essas matérias, publicadas no jornal, cabe ressaltar que foram escritas pelo Departamento de Imprensa da Prefeitura Municipal, que as enviavam prontas para a redação do jornal, sendo que este apenas as publicaram, sendo, portanto, de responsabilidade da própria Prefeitura Municipal, com a convicção editorial do periódico.²⁴

Eleito em outubro de 1992, Luiz Amaral e seu vice Amando Cristovão Garcia, representantes do partido PMDB, assumiram a Prefeitura de Assis Chateaubriand em 1º de janeiro de 1993.²⁵ Seu mandato foi marcado, entre outras coisas, pela tentativa de instituir uma identidade para Assis Chateaubriand. Suas obras de maior destaque seriam a remodelação da Avenida Tupãssi, principal avenida da cidade, onde se localizam agências

²³ Não que apenas esse prefeito tenha realizado tais esforços de constituição de uma memória pública, mas percebemos, a partir dos depoimentos, que as principais obras citadas pelos entrevistados eram exatamente as que foram constituídas em seu mandato, a exemplo da Praça dos Pioneiros e do livro escrito por Souto Maior.

²⁴ Durante três meses trabalhei na edição desse jornal, escrevendo matérias e auxiliando nas correções das que eram enviadas prontas à redação, no caso das matérias enviadas pelo Departamento de Imprensa das prefeituras da região.

²⁵ Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand. Galeria dos prefeitos.

bancárias e o centro comercial, o início da construção da Casa da Cultura, que só seria terminada no mandato do prefeito posterior, Vitor Pestana, tentativa de mudanças na base econômica do município, e no último ano de seu mandato (1996), em comemoração aos 30 anos de emancipação política da cidade, obras públicas e a solicitação da escrita do livro que contasse a “História de Assis Chateaubriand”. Estas obras marcariam a constituição de uma memória pública, bem como a demarcação dos “espaços da memória”, construída para a cidade.

Assim que tomou posse como prefeito, Luiz Amaral direcionou políticas no sentido de modificar as feições do município de Assis Chateaubriand, de essencialmente produtor de grãos, soja e trigo, para implantar uma nova economia, gerada a partir da piscicultura. Assis Chateaubriand, durante a década de 1960 foi grande produtora de grãos e de tubérculos, especialmente milho e mandioca²⁶. Durante a década de 1970 foi destaque na produção de grãos, em especial soja e trigo, sendo que este último ganhou força na década seguinte, se destacando como maior produção da cidade.²⁷

Assis Chateaubriand chegou a ser considerada a “Maior produtora de trigo do país” em 1986 e “Capital do trigo” em 1987.²⁸ De acordo com matéria, publicada na revista *O Regional em Revista* desses respectivos anos, a cidade vinha se destacando na produção do cereal desde 1985 no cenário estadual e nacional, quando recebeu os títulos de devido a sua “super-safra”.²⁹ A matéria destaca ainda que o trigo não era a única cultura que se desenvolvia bem, visto as “terras férteis”, o que tornava a cidade diversificada e bem sucedida também no cultivo de outros grãos.

Matérias encontradas a partir do período de 1994 no *Jornal O Regional*, apontavam para o interesse da gestão do prefeito Luiz Amaral em modificar o perfil do município. Para isso, a administração passou a fazer amplo investimento em construção de açudes, indústrias e fábrica de produtos a base de couro de peixes, festas para incentivar o consumo e uso de artigos à base de pescado. Além de investimentos em propagandas para incentivar pequenos proprietários a trocarem os grãos pelos peixes.

Desde 1992 era desenvolvido pela PMAC o programa *Água Viva*, que visava o melhor aproveitamento de áreas dentro das pequenas propriedades agrícolas da cidade. Por esse

²⁶ ELFES, Albert. *Estudos Agro-Econômico e Social*. Guaíra, Toledo, Palotina, Nova Aurora, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Terra Roxa do Oeste, Marechal Cândido Rondon e Formosa do Oeste. Curitiba: INDA, 1970. (Mimeo)

²⁷ *O REGIONAL EM REVISTA*. Assis Chateaubriand. Ano I, nº1, 1977. (sem página).

²⁸ *O REGIONAL EM REVISTA*. Assis Chateaubriand. Ano X, n.10, out. de 1986 e Ano XI, n.11 de out. de 1987 (capa).

²⁹ *O REGIONAL EM REVISTA*. Assis Chateaubriand. Ano XI, n.11.p. 12-13. Out, 1987.

programa, a Prefeitura incentivava os pequenos produtores, enviando máquinas para a abertura dos açudes, cobrando cerca de 4 sacas de milho por hora/máquina trabalhada, com pagamento para 30 dias.³⁰ No entanto, foi a partir de 1994, já no mandato do prefeito Luiz Amaral, que esse incentivo por parte da PMAC ganhou maior força e destaque.

Encontramos, em edições do *Jornal O Regional*, de 1996, reportagens de capa com os títulos “Piscicultura de Assis atrai atenção do Ministério da Agricultura”, “Assis Chateaubriand se transforma na capital nacional do peixe criado em cativeiro”- “Em Assis, Senar ministra cursos de piscicultura grátis”, “3º Seminário de Aquicultura de Assis reúne os melhores do país”.³¹ A partir dessas matérias é possível perceber a movimentação da PMAC, com relação aos treinamentos e a capacitação de pessoal para atuar no ramo da piscicultura. Numa dessas notas:

Em Assis, Senar ministra cursos de piscicultura grátis
A piscicultura em Assis Chateaubriand está sendo levada muito a sério. Da alevinagem [sic], passando pela filetagem até o aproveitamento do couro nas confecções de roupas, calçados, bolsas e acessórios, é tratado de maneira consciente e projetada. Uma outra preocupação básica que o município tem é com o treinamento dos iniciantes à piscicultura e os que já exercem a atividade. Para isto, o Centro de Treinamento Agrícola – CTA- vem fazendo treinamentos específicos visando um aprimoramento e profissionalização dos piscicultores. [...]³²

A matéria continuava destacando as etapas do curso: “como construir viveiros, como criar peixes, como preparar e conservar peixe”, além de dicas como “cuidados básicos, características de peixes frescos, preparo do pescado, defumação, congelamento, produção de hamburger de peixe”.³³ Podemos perceber que o objetivo era realmente preparar os agricultores para esse “novo” cultivar em implantação na cidade. Os cursos apresentados eram voltados para aqueles que já praticavam a piscicultura e para aqueles que queriam iniciar a produção. Eram cursos gratuitos, com a presença de pessoas especializadas no assunto e participação de criadores que mostravam seus exemplos aos demais participantes. A PMAC investiu em cursos para os piscicultores, tanto para aprimorar a produção como para o aproveitamento de todo material que pudesse ser extraído dele. Assim, foi montada a Associação de Piscicultores de Assis Chateaubriand-Acquassis, além de uma pequena fábrica,

³⁰ ASSIS CHATEAUBRIAND. Secretaria de agricultura. *Plano Diretor Municipal*. 1994.

³¹ PISCICULTURA de Assis atrai atenção do Ministério da Agricultura. *O Regional*. Ano XXI. 09 de mar.1996. capa. ASSIS Chateaubriand se transforma na capital nacional do peixe criado em cativeiro; EM ASSIS, Senar ministra cursos de piscicultura grátis. *O Regional*. Ano XXI. 30 de mar.1996. Capa. 3º SEMINÁRIO de Aquicultura de Assis reúne os melhores do país. *O Regional*. Ano XXI. Capa.16 de mar. 1996.

³² EM Assis, Senar ministra cursos de piscicultura grátis. *O Regional*. Ano XXI, nº 1.262. p.3, 30 de mar. de 1996.

³³ *Ibidem*.

com uma loja em anexo, que produzia artigos a base de couro de tilápia (cintos, carteiras, calçados, roupas, entre outros).

Eventos maiores para discutir de forma mais ampla a produção do peixe também eram realizados. Na matéria abaixo, a presença de pessoas “importantes” no cenário político e na área da piscicultura, demonstravam que a Prefeitura Municipal buscava apoio em diversas áreas para fortalecer a produção:

3º Seminário de Aquicultura de Assis reúne os melhores do país

Com a presença de mais de 350 pessoas, entre agrônomos, técnicos, professores, acadêmicos, piscicultores e pesquisadores, foi oficialmente aberto ontem, o 3º Seminário de Aquicultura de Assis Chateaubriand. [...] o evento está reunindo as maiores autoridades da área da piscicultura do país. Na abertura, o prefeito Luiz do Amaral, [...] deu as boas vindas a todos e disse que com este seminário “Assis se projeta para todo o Brasil e se transforma na capital nacional do peixe criado em cativeiro”. Hoje [...] estará presente no auditório da Prefeitura Municipal o ministro da Agricultura José Eduardo de Andrade Vieira. [...] ³⁴

A matéria ainda apresenta os temas abordados durante o seminário, bem como os palestrantes, destacando nomes reconhecidos na área como o médico veterinário Cézár Amim Pasqualin, diretor do DEPEC/SEAB-PR, Dr. Luiz Edivaldo Pezzato, o zootecnista da UNESP, entre outros, além da presença internacional do Dr. Leonard Lovshin, professor e pesquisador da Auburn University do Alabama, Estados Unidos. Novamente, destacando a importância dada pela PMAC ao desenvolvimento da piscicultura na cidade.

No mesmo jornal, encontramos outros investimentos da Prefeitura Municipal para o desenvolvimento da piscicultura, como por exemplo o *Programa Água Viva*. Por esse programa facilitava-se aos interessados a abertura de açudes, além da assistência técnica necessária para a criação de peixe em cativeiro. Na matéria abaixo, um exemplo do programa.

Prefeitura de Assis licita mais 350 horas-máquina para abrir açudes

A piscicultura de Assis Chateaubriand tem atraído não só a atenção de visitantes de todo o país, mas especialmente o interesse dos produtores do próprio município, que querem abrir açudes em suas propriedades. Para isto, o prefeito Luiz do Amaral criou o programa “Água Viva”, que dá apoio aos produtores especificamente para abrir novos tanques. [...] Nesta fase, estão sendo abertos 18 novos tanques, beneficiando 13 produtores, num total de 24.500m². Além da execução de açudes, o programa Água Viva trabalha com assistência técnica, elaboração de projetos e drenagem. Apenas em 1996, 35 produtores foram atendidos com os serviços da retroescavadeira.[...]

³⁴ Idem. p. 05

O prefeito Amaral disse que o programa foi criado para atender justamente os produtores, que em especial vivem de rendimentos provenientes de suas propriedades e que tenham até 5 alqueires de terra. “Para esse tipo de produtor, a prefeitura arca com todas as despesas dos serviços. Ele não paga absolutamente nada”. Ele lembra ainda que a Água Viva estimula a diversificação rural, através da produção de pescado em cativeiro, que além do mais, exige mão-de-obra contínua em sua produção, favorecendo a empresa familiar, gerando empregos direto e indireto, a diversificação garante renda estável e consolida a economia rural. [...]”³⁵

A matéria ainda trazia a entrevista de um beneficiado com o programa, Antonio de Jesus Sanches, que garantia estar muito satisfeito com a criação de peixes, que tem se mostrado bastante rentável. De acordo com ele “peixe a seca não mata e tratando bem, em pouco tempo se vê o resultado. Com a ajuda da Prefeitura estou abrindo agora no início dois açudes, mas meu objetivo é abrir quatro até o final de outubro”. [...] Ele conclui a entrevista dizendo que o técnico enviado pela prefeitura ajuda muito e o melhor é que não tem custo nenhum para ele.³⁶ Assim, é possível perceber que a PMAC buscava de todas as maneiras fazer com que a produção de peixe fosse realmente um bom negócio, diversificando a economia.

Outro tema de grande destaque na imprensa, nesse mesmo período foi a festa realizada em torno do peixe: a *Fish Fest*. Destaques de capa como: “2ª Fish Fest e 3º Seminário de Aquicultura: Assis Chateaubriand já está em clima de festa”, “Dentro de duas semanas, Assis se transforma na Capital Nacional do Peixe Criado em Cativeiro”, “2ª Fish Fest: Assis é destaque na mídia nacional”,³⁷ entre outras matérias, apontavam para a importância destacada à festa na cidade. Numa dessas matérias:

Assis Chateaubriand já está em clima de festa. No período de 29 a 30 de março – de sexta a domingo- o município se transformará na capital nacional do peixe criado em cativeiro[...] além dos cinco restaurantes e um fishbar [sic] que oferecerão durante os três dias de festa mais de 40 pratos à base de peixe, os organizadores reservaram várias surpresas, como o concurso de Miss Sereia, Rodeio do Bagre Ensaboado, shows artísticos, fishcross [ou fishtour como também era chamado, visita a propriedades de piscicultores da cidade], desfile de modas de roupas feitas como couro da tilápia e a Expofish [exposição industrial e comercial de materiais e equipamentos para piscicultura e derivados de peixe].³⁸

³⁵ PREFEITURA de Assis licita mais 350 horas-máquina para abrir açudes. *O Regional*. Ano XXI. N °1281. Capa e p.3. 12 de jun. 1996.

³⁶ *Idem*

³⁷ 2ª *FISH Fest* e 3º Seminário de Aquicultura: Assis Chateaubriand já está em clima de festa. *O Regional*. Ano XXI. Capa. 27 de mar.1996. DENTRO de duas semanas, Assis se transforma na Capital Nacional do Peixe Criado em Cativeiro. *O Regional*. Ano XXI. Capa. 30 de mar.1996. 2ª *FISH Fest*: Assis é destaque na mídia nacional. *O Regional*. Capa. 23 de mar. 1996.

³⁸ ASSIS Chateaubriand já está em clima de festa. *O Regional*. Ano XXI. N° 1261. p.03, 27 de mar. 1996.

A *Fish Fest* tornou-se a segunda maior festa, depois das Festas das Nações, que acontecia no mês de agosto para comemorar o aniversário de emancipação política do município. Durante a festa, realizada no mês de março, havia concursos com pratos à base de peixe, eleição da rainha da festa com desfile de moda, onde as candidatas deveriam estar vestidas com roupas feitas com couro de tilápia, além de atrações artísticas como shows de artistas importantes da música e política estadual e nacional.

O auge da festa, entretanto, ficava por conta do “Rodeio do Bagre Ensaboado”. Nesta modalidade, faziam-se buracos no chão imitando tanques de criação de peixes, recobriam com lonas ensaboadas e soltavam bagres (peixes) que deveriam serem pegos com a mão por “peões” inscritos no rodeio. A façanha rendia prêmios àqueles que conseguissem capturar os peixes. Numa das notas da imprensa:

Neste sábado e domingo tem rodeio do bagre ensaboado em Assis Paralelamente à 2ª Fish- Fest – Festa Nacional do Peixe Criado em Cataveiro de Assis Chateaubriand, o Rotaract estará realizando neste sábado e domingo, a partir das 15 horas, o 2º Rodeio do Bagre Ensaboado. [...] As disputas serão e duas categorias. A primeira será o Rodeio do Bagre, onde os dois peões entrarão na piscina e no tempo de dois minutos terão de pegar o bagre com as mãos, sem o auxílio de acessórios. [...] A segunda categoria, será a prova livre – a Mesa da Amargura- onde duas duplas terão o prazo de cinco minutos para capturar o bagre e levá-lo em uma piscina menor e tomar um gole de cerveja. [...] os vencedores além de receber troféus. Receberão prêmio em dinheiro.³⁹

A partir dessas matérias, podemos perceber o grande investimento realizado pela administração pública, incluindo propagandas, para que a cidade investisse na piscicultura. Tal processo ia de incentivos a pequenos agricultores, com a própria PMAC abrindo açudes e entregando alevinos, à implantação de fábricas de roupas, calçados e objetos como cintos e carteiras feitos à base de couro de tilápia. A alimentação em creches e escolas públicas foram também modificadas fazendo a inclusão de peixes nos cardápios das crianças. Dados da Prefeitura Municipal mostram que cerca de 3 mil quilos de pescados eram distribuídos todos os meses para creches e escolas municipais de Assis.⁴⁰

Além da festa, investimento em propagandas dentro e fora da cidade também foi forte. A então primeira dama, Maria de Fátima do Amaral, apareceu em mídia nacional fazendo a divulgação da produção do peixe na cidade de Assis Chateaubriand.

³⁹ NESTE sábado e domingo tem rodeio do bagre ensaboado em Assis. *O Regional*. Ano XXI. nº1262.p. 04. 30 de mar. 1996.

⁴⁰ PREFEITURA Municipal de Assis Chateaubriand. *Plano Diretor Municipal*, 1994.

Assis é destaque na mídia nacional

[...] uma equipe da Rede Globo passou uma tarde e uma noite filmando a piscicultura do município. De alevinagem a filetagem, até o couro, as roupas e em especial o prato de filé de tilápia à Assis Chateaubriand [...] deverá ser mostrado no “Globo Rural” deste domingo, dia 24. [...] Na segunda-feira, 25, o prefeito Luiz do Amaral será entrevistado no “Bom Dia Paraná”, pelo [sic] TV Paranaense de Curitiba. No mesmo horário, a presidente da festa e primeira-dama, Maria de Fátima do Amaral, será entrevistada no programa “TJ Manhã” pela TV Iguazú (SBT). Todos com um único objetivo: divulgar o potencial de piscicultura e a Fish Fest. Ainda na segunda-feira, eles serão entrevistados pela CNT e na terça-feira, o prefeito participará do programa “Boa Tarde, Cidade”, pela Rede Bandeirantes, enquanto Fátima do Amaral fala no programa “Vitrine”, da TV Tarobá. [...]⁴¹

Ainda no mês de abril do mesmo ano, Fátima do Amaral se apresentou no “Programa da Hebe”, na emissora de TV SBT, para apresentar um desfile de roupas, artigos como cintos, carteiras, sapatos, jaquetas e vestidos de noiva feito à base de couro de tilápia, mostrando o trabalho realizado na cidade e o alcance das peças que eram vendidas para várias localidades do território nacional.

Dados da Secretaria de Agricultura mostravam que a produção de peixes passou de 4 mil quilos por hectares/ano no início da década de 1990, para 13 mil quilos. Embora a produção de grãos continuasse grande, durante o mandato do então prefeito Luiz Amaral, o que mais se destacava nas mídias era a produção de peixes em cativeiro. Depois do mandato desse prefeito, quase todo investimento foi sendo deixado de lado, os projetos iniciados em sua gestão não foram levados em frente pelos prefeitos posteriores, o que levou ao fechamento da fábrica de artigos a base de couro de peixe, bem como o fim da Fish Fest, que acabou sendo realizada por apenas dois anos. Sem ter para quem vender os pescados, boa parte dos pequenos proprietários abandonaram a criação, outros passaram a vender para empresas de fora da cidade ou cooperativas que exportavam para outros locais.

Além de diversificar a agricultura local, o prefeito daquela gestão, buscou modificar também a aparência da cidade. Destaque em diversas matérias do *Jornal O Regional* foi à remodelação da Avenida Tupãssi, principal avenida que corta a cidade. Foram trocadas as calçadas centrais, que receberam pedras com desenhos de ondas do mar e peixes, uma forma de reforçar (e mostrar) a intenção e o investimento na nova prática econômica da cidade: a piscicultura.

⁴¹ ASSIS é destaque na mídia nacional. *O Regional*. Ano XXI. Nº1260. p.03. 23 de mar.de 1996.



Foto 1: MENDES, Leonildo. Calçada da Avenida Tupãssi. Detalhe das figuras em forma de água. Fotografada em 03/05/2011 para esta pesquisa.



Foto 2: MENDES, Leonildo. Calçada da Avenida Tupãssi. Detalhe das figuras em forma de peixe. Fotografada em 03/05/2011 para esta pesquisa.

Maior destaque, entretanto, recebeu a remodelação da Praça que se encontrava no centro da avenida. O objetivo, de acordo com o então prefeito, era homenagear os “pioneiros” da cidade, em comemoração aos 30 anos de emancipação política da cidade de Assis Chateaubriand. No mês de junho, na capa e na página 09, do *Jornal O Regional*, a manchete destacava: “Praça central em Assis é remodelada e homenageia pioneiros.” Além de apresentar as mudanças que seriam realizadas na Avenida Tupãssi, como construção de portais, troca de calçamentos, luminárias entre outros, a matéria mostrava a imagem da antiga Praça Tiradentes, que passaria a ser denominada Praça Manoel Clemente Vieira, nome de um dos “pioneiros” da cidade.⁴² Anteriormente, a “praça” não passava de uma rotatória, no centro da Avenida Tupãssi, mas com a remodelação desta, passaria então a homenagear aqueles que, nas palavras do então prefeito, “começaram a escrever a história da cidade”.⁴³

Cerca de um mês depois, o *Jornal O Regional* do dia 17 de agosto trouxe na capa a matéria: “Assis Chateaubriand comemora com muita festa seus 30 anos”. A foto da nova “Praça Manoel Clemente” foi destaque também na capa com o título “Pioneirismo” e a inscrição ressaltava que ela foi construída no centro da cidade numa “justa homenagem aos nossos bravos e destemidos pioneiros”.⁴⁴ Na mesma edição, o jornal trazia uma matéria de meia página intitulada “30 anos de Assis Chateaubriand: homenagem aos pioneiros do município”. Nela era destacado o trabalho do então prefeito para “resgatar” a história de “famílias munidas de muita coragem e bravura”,⁴⁵ quando então iniciaram a escrita da história de Assis Chateaubriand.

Na praça, o então prefeito ressaltava que “estamos fixando no centro desta praça uma escultura que simbolizará o pioneirismo do nosso município [...] A escultura em ferro, retrata uma família munida de foice e machado pronta para o desbravamento.”⁴⁶ A matéria ainda destacava que a praça era apenas o início das homenagens. Além dela,

A administração municipal entregará durante o mês de agosto, para cerca de 250 pioneiros uma escultura em madeira. O jornalista e advogado, Laercio Souto Maior está escrevendo um livro com depoimentos de pioneiros, fotos e fatos que marcaram a história de Assis Chateaubriand – a “Saudosa Morada Amiga.”⁴⁷

⁴² PRAÇA central em Assis é remodelada e homenageia pioneiros. *O Regional*, ano XXI. N. 1.284.p.9. 22 de jun.de 1996.

⁴³ Ibidem

⁴⁴ ASSIS Chateaubriand comemora com muita festa seus 30 anos. *O Regional*, ano XXI, nº1.300. capa. 17 de ago.de 1996.

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.



Foto3: SILVA, Marcia C.R. Praça dos Pioneiros – Praça Manoel Clemente. A escultura representando o trabalho dos “pioneiros” da cidade. Tirada pela autora. 2010.

A instalação em questão tratava-se de uma miniatura de uma escultura constituída na praça, de uma família de “pioneiros”. De acordo com o jornal do dia 04 de dezembro de 1996, 291 pessoas foram homenageadas pelo então prefeito Luiz do Amaral. Com o título: “Amaral faz homenagem aos pioneiros de Assis Chateaubriand”, a matéria destacava que a homenagem àqueles que “arregaçaram as mangas” e desbravaram o município, era para comemorar os 30 anos da cidade. De acordo com o jornal, a administração pública homenageará “291 pioneiros (que chegaram no município até o dia 20 de agosto de 1966), destes 51 mulheres e 240 homens. Eles serão recepcionados ao som de muita música e receberão do prefeito uma estatueta de madeira, simbolizando a colonização de Assis Chateaubriand.”⁴⁸

Uma questão interessante é que não foi a PMAC quem escolheu os 291 pioneiros citados pelo então prefeito Luiz Amaral, como geralmente acontece, a exemplo de outros municípios do Oeste do Paraná. Para que os “pioneiros” selecionados fossem homenageados, a Prefeitura solicitou por meio das rádios locais (rádio Jornal AM e Pitiguara FM) e através do *Jornal O Regional*, que os “pioneiros” da cidade se auto-apresentassem para fazer um

⁴⁸ AMARAL faz homenagem aos pioneiros de Assis Chateaubriand. *O Regional*. Ano XXI. Nº1329. p.3. 04 de dez.de 1996.

cadastro na Casa da Cultura para que pudessem participar da elaboração de um livro que contaria a história da cidade e receber uma homenagem que seria presyada no aniversário da cidade. Ainda de acordo com a matéria, através desse cadastro que vinha sendo feito desde 1993, foi possível descobrir os “pioneiros mais antigos”, sendo eles, Antonio Martins Filho e Olívia Amaral Pinto, ambos tendo chegado em 1954. A matéria ainda trazia a foto de Olívia em frente à Praça Manoel Clemente (Praça dos Pioneiros), bem como uma entrevista com ela e uma nota sobre quem era Manoel Clemente, e sua importância como um dos primeiros moradores da cidade.

Encontramos nas páginas do *Jornal O Regional* uma convocação realizada pela Prefeitura solicitando a apresentação desses “pioneiros” no Departamento de Cultura da cidade. As primeiras convocações apareceram no jornal no mês de março de 1996, com o título “Convocação aos pioneiros de Assis”. De acordo com o anúncio, a Prefeitura, através da Divisão de Cultura “convoca todos os pioneiros que nasceram ou chegaram no município até o dia 20 de agosto de 1996, para comparecerem até o dia 03 de abril, na Divisão de Cultura”, salientando ainda que era “(...) de extrema importância o comparecimento destes pioneiros”, já que “muitos serão homenageados pelo município pelos serviços prestados a esta comunidade.”⁴⁹ A mesma nota foi publicada na capa do mesmo jornal nos dias 06, 13 e 27 de março daquele ano.

A partir daquele mês de agosto a Prefeitura passava a convocar aqueles que não haviam se cadastrado no início do ano para procurar o Departamento de Cultura para a realização do cadastro ou ainda para que preenchessem o formulário que acompanhava o jornal e o encaminhasse até o Departamento de Cultura. Encontramos na edição do jornal *O Regional* do dia 07 e 10 de agosto, na página 04,⁵⁰ um modelo desse formulário que solicitava nome, endereço atual, caixa postal, telefone, data de nascimento, local, profissão, estado civil, local de casamento, nome da esposa ou esposo, data de nascimento, local de nascimento do cônjuge e nome dos filhos.⁵¹ A mesma nota foi veiculada também nos dias 14, 18 e 28 de setembro do mesmo ano.

É interessante notar que, diferente da maioria das cidades que elegeram seus “pioneiros”, como tantos outros casos no Oeste do Paraná, a exemplo de Toledo, Cascavel e Marechal Candido Rondon, na cidade de Assis Chateaubriand, houve um esforço por parte da

⁴⁹ CONVOCAÇÃO aos Pioneiros de Assis. *O Regional*, ano XXI, nº1.255. capa. 06 de mar.de 1996.

⁵⁰ CONVOCAÇÃO aos Pioneiros de Assis. *O Regional*, ano XXI, nº1.298.p.4. 10 de ago. de 1996.

⁵¹ É de nosso conhecimento outras notas iguais a essa em outras edições do jornal, no entanto, quando da realização dessa pesquisa o local onde se encontra o acervo do jornal que se localiza no porão da sede do Jornal O Regional, passava por reformas, dificultando o acesso a algumas edições.

Prefeitura Municipal para que os próprios moradores se apontassem como tal, tendo a preocupação apenas de delimitar o ano de 1966, ano da emancipação da cidade. O que não significa que todos aqueles que se apresentaram como “pioneiros” tiveram suas memórias reproduzidas ou valorizadas.

Aqueles que se apresentaram como “pioneiros” foram cadastrados na Casa da Cultura e posteriormente procurados por equipes da Prefeitura para realizarem entrevistas, fazer fotos, e receber as homenagens preparadas. Entre as homenagens estava incluída a entrega de uma estátua e a cópia de um livro que seriam realizados até o final do ano em homenagem aos “pioneiros”.

O jornal *O Regional* do dia 04 de dezembro destacava que “nas fichas de inscrições feitas previamente pela Divisão de Cultura desde 1993, constam informações importantíssimas que teriam servido de subsídio para o advogado, jornalista e escritor Laércio Souto Maior enriquecesse o livro que escreveu sobre Assis”⁵² e que seria lançado ainda naquele mesmo mês.

Os cadastrados ainda fizeram doações de fotos antigas da cidade, a maioria das décadas de 1950 e 1960, além de objetos antigos, como, por exemplo, ferro a brasa, facão, foice, roupas, objetos de cozinha, móveis antigos e outros utensílios utilizados em períodos anteriores. Essas doações, incluindo as fotos e entrevistas transcritas encontram-se em exposição no museu que foi criado na Casa da Cultura da cidade, embora a maioria já tenha perdido sua identificação.⁵³

Encontramos atualmente algumas cópias amareladas e já rasgadas das entrevistas realizadas, inclusive de pessoas já falecidas e portanto, não poderão recontar suas memórias, mal guardadas em caixas de papelão, em estado de conservação nada indicados para documentos de tal importância histórica. Além de fotos sem identificação, data ou nome mal conservadas em álbuns antigos e caixas de sapato, dentro de armários por vezes úmidos.

Também encontramos dificuldades no acesso a essas fontes, pois o Museu nem sempre se encontrava aberto, sendo necessário agendar com antecedência o atendimento. O acesso é limitado e algumas dessas fontes estão em salas separadas e não foram devidamente organizadas, estando indisponíveis à pesquisa. Na última visita que fizemos ao Museu,

⁵² AMARAL faz homenagem aos pioneiros. *O Regional*. Ano XXI, nº1329. p 03. 04 de dez. de 1996.

⁵³ Quando da doação dos utensílios, havia etiquetas em todas as peças, mostrando a data em que foi adquirida, a finalidade, e a qual família pertencia. Quem visita o museu hoje se depara apenas com as peças, a grande maioria sem identificação. Funcionários nos informaram que essas etiquetas se perderam em meio às muitas mudanças que foram realizadas, já que atualmente o museu serve também como salas de aulas para cursos oferecidos pela PMAC, o que obrigou a se diminuir o espaço dedicado ao Museu, fazendo com que as peças fossem por várias vezes trocadas de lugar.

tivemos acesso apenas às peças tridimensionais. Quanto às entrevistas e fotografias, foi informado que não poderíamos ter acesso porque ainda não haviam sido organizadas por falta de espaço já que a sala que ocupava anteriormente estava sendo utilizada como sala de aula.

Compreendemos que construir memórias está intrinsicamente ligado a uma tentativa de dar uma determinada identidade a algum local, sendo necessário para isso um acordo entre campos hegemônicos e grupos que incorporam um sentimento de pertencimento, amenizando as diferenças e contradições. É esse sentimento que possibilitaria apagar (ou disfarçar) as diferenças em nome de um objetivo comum de defesa de uma homogeneidade que identifique o grupo, de um território comum, de uma identidade. E nesse caso, mais que o poder econômico, o que move essas lutas, é o poder simbólico. As “lutas simbólicas” são usadas por Bourdieu para pensar a construção do regionalismo (e nacionalismo), visto que parte dos grupos envolvidos nelas ocupam espaços de “poder” que lhes permitem formular atos de dominação. Dessa maneira, podemos pensar as elaborações das memórias (ou ocultação delas em detrimento de uma única), enquanto aquilo que torna possível a construção dessas identidades e, conseqüentemente, dessas regiões.

É preciso tomar identidade como algo construído socialmente e que, assim como História e Memória, é um processo que envolve relações de forças, privilegiando algumas em detrimento de outras. Como diz Hall, “ao invés de pensarmos identidade como um fato já concluído, [...] devemos pensar sobre identidade como uma ‘produção’, que nunca está completa, que está sempre em processo, sempre constituída dentro e não fora da representação”.⁵⁴

Para o então prefeito de Assis Chateaubriand, Luiz do Amaral, era necessário escrever a história da cidade porque se não fosse colocada no papel, o tempo apagaria a memória da população. E que, de acordo com ele, “povo que não tem memória não tem passado e por isso não poderá jamais escrever sua história onde quer que seja.”⁵⁵ Para ele, a escrita do livro garantiria que “a memória” da cidade, no singular, estaria bem guardada por essa obra, disponível a todos que quisessem conhecer a *Historia de Assis Chateaubriand*. O livro representava, assim, a certeza de que a cidade jamais cairia no esquecimento:

As palavras o vento leva, os escritos ficam, assim diz o ditado.
Precisamos nós, portanto, insculpir nos pergaminhos da vida, nossa passagem por ela, entalhando nossas pegadas passo a passo, sob pena de sermos considerados omissos, até mesmo ausentes no grande processo de

⁵⁴ HALL Apud LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Identities fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas. SP, mercado das letras, 2002.p.34

⁵⁵ Idem.

construção da Humanidade. Navegar é preciso, escrever é preciso, registrar a admirável saga do povo chateaubriandense é necessário, para que vento nenhum venha lança-la no escuro e profundo abismo do esquecimento.⁵⁶

Quando se propõe “insculpir nos pergaminhos da vida” a “passagem por ela”, o então prefeito, conscientemente ou não, deseja sacralizar uma história, uma versão dela. E fazendo isso, estava também excluindo outras. Se, por um lado, quase 300 pessoas se cadastraram, se auto-intitularam “pioneiros”, muitos outros não o fizeram. Desse número, nem todos foram ouvidos, entrevistados. E dessas entrevistas, nem todas foram utilizadas. A seleção realizada por aqueles que tinham à mão o papel de “registrar a admirável saga do povo chateaubriandense”, mesmo que quisessem, não conseguiram dar conta de “toda” a história. E em se tratando de um livro encomendado pelo poder público, poderíamos dizer que não era essa a intenção.

Escolher quem vai escrever o livro também fazia parte desse processo de seleção. Afinal, deveria ser alguém que compreendesse o objetivo de quem o encomendava, e soubesse escolher os “melhores” fatos para serem narrados em obra de tal importância.

Para essa tarefa, o prefeito Luiz Amaral convidou Laércio Souto Maior, advogado, formado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), jornalista, idealizador de programas sócio-educacionais como as Brigadas do Trabalho - projeto que propunha a alfabetização de jovens e adultos, e a Universidade Popular do Trabalho do Estado do Paraná - que reunia num mesmo espaço entidades sindicais, associações e diversos movimentos para encontros e manifestações – e que no período em questão, havia saído de Curitiba, a convite do prefeito, para assumir o cargo de assessor político.

Souto Maior já havia escrito e publicado obras como, *São os Nordesteiros uma Minoria Racial?* Lançado em 1984, pela editora Independente, com cerca de 200 páginas, dividida em 3 partes: “Os percalços de uma região heroica”, “Preconceito Antinordestino”, “Evitar o colapso e o esgotamento do Nordeste”; *Introdução ao pensamento de Manoel Bomfim*, em 1993⁵⁷ que publicaria em 2006, e *Luiz Carlos Prestes na Poesia*, pela Travessa dos Editores, livro que reúne cerca de 80 autores que escreveram poesias inspirados em Prestes; ficou então ele o responsável pela escrita do livro que deveria contar a “História de Assis Chateaubriand”.

Sobre Souto Maior, encontramos em algumas edições do Jornal O Regional, uma coluna onde o jornalista versava sobre economia, comércio, agricultura e política, em geral

⁵⁶ MAIOR, Laércio Souto. *História do Município de Assis Chateaubriand*. Op cit. Prefácio.

⁵⁷ Sem maiores informações sobre essa obra.

destacando a atuação da Prefeitura Municipal nesses ramos. O assessor político, recebeu destaque na edição de 22 de maio de 1996 ao lançar o citado projeto “Brigadas do Trabalho” em Assis Chateaubriand. A manchete de capa destaca: “Assis lança projeto inédito para erradicar analfabetismo.”⁵⁸ De acordo com a matéria, o objetivo do projeto era de “organizar a sociedade civil para combater o analfabetismo, valorizar a cultura popular, defender o nacionalismo, documentar para a cidadania, ensinar a prevenção de saúde, qualificar mão-de-obra, bem como a formação de quadros para o movimento popular no que concerne ao aprendizado dos direitos constitucionais, trabalhistas e de cidadania.”⁵⁹ Na mesma edição, a matéria destacava o surgimento do projeto no ano de 1995, como “experiência-piloto” quando se iniciou com 10 turmas, no total de 126 alunos, além do apoio prestado pela Prefeitura Municipal que forneceu aos alunos exames oftalmológicos, óculos, material escolar, entre outras coisas. Destaca ainda os números de analfabetismo do Paraná e da cidade e justificava o projeto afirmando que serão “beneficiados diferentemente [sic] 3 mil pessoas e indiretamente toda a população do município, pois a alfabetização tem alcance social incalculável”.⁶⁰

Além de estar diretamente envolvido com o projeto educacional, que concorreu ao Prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho, promovido pelo MEC (Ministério da Educação e do Desporto) e UNICEF (Fundação das Nações Unidas para a Infância), no ano de 1996, Souto Maior era também secretário de Planejamento de Assis Chateaubriand, durante o mandato do prefeito Luiz do Amaral, o que o tornava bastante próximo ao prefeito.

Para a escrita do livro, solicitado por Luiz Amaral, iniciou-se no Departamento de Cultura da cidade, uma mobilização, para reunir dados e fontes. De posse do cadastro dos “pioneiros”, foram realizados a coleta de depoimentos, gravados em áudio e vídeo. Além da coleta de outros materiais, já comentada acima, como fotos, utensílios, etc.

Para a confecção do livro, apesar do pouco prazo (menos de um ano), Souto Maior teve à sua disposição um “arsenal” de dados que daria inveja a qualquer historiador. Toda uma equipe responsável por colher depoimentos, organizar fotos e objetos, reunir documentos e tudo o que o autor precisaria para escrever a sua obra, além do esforço do próprio escritor, que também realizou entrevistas, visitou famílias, bairros e locais “importantes” para a realização de sua escrita. Assim, foi lançado no final do ano de 1996, sob o título: *História do*

⁵⁸ ASSIS lança projeto inédito para erradicar analfabetismo. *O Regional*. Ano XXI. Nº 1.275. capa. 22 de maio de 1996.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.p.03

munícipio de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado, o “Livro” que foi tão citado por nossos entrevistados.

O autor, ao escrever o livro, falava de suas experiências particulares e impressões sobre a cidade. Comentava como recebeu a “tarefa” de escrever a “História de Assis Chateaubriand” e alguns eventos presenciados por ele. Dentre todos os dados fornecidos ao escritor e aqueles que ele próprio levantou (como as entrevistas que realizou), saiu o livro, destinado ao público leigo, sem caráter acadêmico, sendo sua linguagem de fácil acesso e compreensão. Ou seja, um misto de memorialismo e jornalismo a fim de contar uma história.

Sabendo que todo aquele que escreve o faz mediante escolhas, é preciso levar em conta que o livro foi encomendado em final de mandato, e com intensões de eleger um sucessor. Além disso, o fato de a PMAC a solicitar a escrita da obra, sugeria cautela com os grupos políticos que se queria exaltar ou enaltecer. O que torna necessidade de análise da obra ainda mais criteriosa. A seleção das fontes que passariam a fazer parte da memória pública da cidade, expressa na obra, estaria intimamente ligada ao grupo que iria “criá-la”.

Para auxiliar nessa análise, recorro a importante contribuição de Jacques Le Goff que a partir do texto Documento/Monumento, nos ajuda a compreender a relação entre autor e fonte de pesquisa. Le Goff nos mostra que o documento é um monumento e “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. De acordo com ele:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprio.⁶¹

Partindo do autor, poderíamos perceber o historiador como um “ordenador”, que organiza, seleciona e escolhe o “documento” que mais se aproxima de seus objetivos políticos. Todo historiador é político no sentido em que defende ideais, grupos, ideias. É preciso, portanto, tornar o documento por “monumento”, para que possa ser desconstruído, analisado e então reconstruído. Le Goff ainda dizia que “não existe documento verdade.

⁶¹ LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: *História e memória*. São Paulo. Ed. Unicamp, 1994. P. 547-8.

Todo documento é mentira”,⁶² ao passo que sempre reproduzem a visão daquele que escreve, que é parcial e repleta de intensões particulares ou grupais.

É preciso levar em conta que o autor do livro não era morador da cidade, tendo chegado a ela no ano de 1993, a convite de Luiz Amaral. E, portanto, trazia consigo, experiências de vida que adquiriu em seu tempo de morador da cidade de Curitiba, bem como o “cargo” que viera ocupar na cidade, teria influenciado suas análises sobre a mesma. Dessa maneira, é preciso levar em consideração que as opiniões expressas no livro de Souto Maior, bem como a maneira pela qual ele foi escrito faz parte de um processo de seleção realizada não apenas pelo autor, mas apresentada, acima de tudo, o lugar de onde esteve falando, o grupo do qual pertencia.

Assim, poderíamos dizer que a escrita da obra estava voltada não apenas à vontade do prefeito em “não lançar a história de Assis no escuro e profundo abismo do esquecimento”, mas envolto a intensões políticas (e partidárias), como por exemplo, a propaganda das obras que realizou em seu mandato. Muitas das quais relacionadas ao plano de remodelação econômica pelo pescado, como já abordado.

Partindo para análise mais aprofundada, percebemos que o livro, concluído em novembro de 2006, foi dividido em sete partes, sendo a primeira reservada para “A Colonização” do município de Assis Chateaubriand, até o dia de sua emancipação política. Na segunda parte chamada “A Consolidação”, o autor trabalha com a atuação da Colonizadora Norte do Paraná S/A (CNP). Na terceira parte, sob título “A Retomada do Desenvolvimento”, o autor apresenta os trabalhos realizados pelo então prefeito Luiz Amaral, apontando para o crescimento a partir dos empreendimentos realizados pelo prefeito. No quarto capítulo, “Os Depoimentos”, são apresentados as entrevistas realizadas pelo autor com pessoas que, de acordo com ele, foram importantes para a constituição da cidade, como por exemplo, representantes da CNP, os “pioneiros” e outros. Na quinta parte o autor apresenta as administrações anteriores e características da cidade sob o título, “Assis Chateaubriand em foco”. Na sexta parte, intitulada “Documentos Históricos” o autor apresenta as fontes que utilizou para escrever o livro, como um telegrama, escrituras e leis. E a última parte “Discursos”, o autor apresenta os discursos do governador Paulo Pimentel e de Assis Chateaubriand, proferidos no dia 20 de agosto de 1966.

O autor, na primeira parte da obra, busca “encaixar” a cidade de Assis Chateaubriand nos acontecimentos históricos ocorridos no Oeste do Paraná. Além de buscar narrar a história

⁶² Idem. p.548

do município, o autor se propõe a discorrer sobre correntes migratórias e suas influências para a microrregião considerada “a última fronteira agrícola do Estado do Paraná”. São de fato tarefas de valor de pesquisa histórica, mesmo que o autor não fosse historiador e pesquisador de ofício. Entrementes, como citamos, a obra foi encomendada pelo poder público, estando, portanto, repleta de intensões, especialmente, político-partidárias.

Assim, quando lemos o livro, percebemos a exaltação do poder público, das obras realizadas pelo então prefeito, das visitas importantes que o município recebeu, da evolução que teve nesse período de mandato do “encomendador” do livro. Além disso, a escolha dos grupos que seriam narrados ficam também claras logo nas primeiras linhas do livro. Ao escrever a “nota preliminar” o autor escreve que o povo brasileiro valoriza mais a “paixão” que a “razão”, e para ele, “mais vale a versão do que o fato”.⁶³ Continuava na sequência, dizendo que “o povo tem mania de aumentar as histórias, de tal maneira que em poucas horas e em quilômetros percorridos, fatos corriqueiros, de rotina, viram baladas de heróis e eventos de envergadura histórica”.⁶⁴ Parece-nos aqui que o autor se posicionava a respeito das memórias da população, tratando-as como uma verdade menor, fantasiosa.

O autor ainda continuava dizendo que por causa disso, “é preciso muito cuidado para não ofender e destruir reputações, como também para não dilatar a dimensão de pequenos episódios cotidianos”.⁶⁵ Assim, poderíamos dizer que dentre as histórias ouvidas para a escrita do livro, dentre as memórias apresentadas, algumas foram consideradas “exageradas” pelo autor. O que nos leva a dizer que nem todas as histórias ouvidas foram levadas em consideração em sua escrita que se propunha contar a história da cidade. Apenas aquelas memórias que se “encaixavam”, que não “ofendiam reputações”, é que puderam participar dessa história.

As narrativas apresentadas no livro traziam versões vitoriosas, de homens corajosos que “desbravaram” o sertão em busca de fartura. As memórias expressas no livro pertenciam ao grupo de homens que “venceram”. Mas não levou em conta outras histórias, que embora narradas na obra, foram maquiadas, tratadas como invenções populares.

Buscar tornar pública uma dada memória, legitimando a partir de histórias de “pioneiros” que tomam para si o heroísmo das aventuras do desbravamento, e da glorificação de “grandes feitos” de um tempo passado tão orgulhosamente narrados, principalmente nos primeiros capítulos, são uma prática bastante comum em trabalhos desta natureza, e que

⁶³ MAIOR. Laércio Souto. Op. Cit. Nota Preliminar.

⁶⁴ Idem

⁶⁵ Idem.

possuem uma função específica: a legitimação de determinadas memórias pretensiosas. Memórias que servem perfeitamente para aquela parcela de pessoas que se especializaram em “vencer”, mesmo que por meios ilícitos ou com o uso de banditismos. Isso porque, em geral, esses grupos detêm o poder nessas sociedades. Raros são os trabalhos que discutem as situações de posseiros ou famílias expulsas desses processos, como apresentaremos no próximo capítulo. Poucos são os livros memorialistas que relatam a vida de famílias que chegaram e se foram por não encontrarem na “nova terra” o que tanto procuravam.

Assim, também podemos dizer, com relação a Souto Maior, que este autor, seguindo modelos, escreveu não estritamente sobre memórias, mas sobre pretensiosas memórias, no momento em que transforma, ao mesmo tempo, um homem comum em “herói” desbravador do sertão, em um modelo. Isso pode ser uma boa ferramenta para se criar falsos heróis e aproximá-los, até identificá-los com os eleitores de um município, já que, esses “heróis”, são, em vários casos, famílias influentes na cidade, algumas ainda vivas.

Ao prefaciar a obra, Luiz do Amaral, falava da importância de se registrar em um livro a história do município. “Povo que não tem memória não tem passado e por isso, não poderá jamais escrever sua história onde quer que seja”, escreveu o ex-prefeito, postulando para si a primazia de registrá-la. Pretensiosamente, somente a partir do livro é que seus munícipes passariam a ter “memória” e, por conseguinte, condições efetivas de construir suas histórias.

Os limites espaciais do livro referem-se a microrregião de Assis, embora o autor se refira com frequência ao Oeste do Paraná como um todo. A região é tratada como a “última fronteira agrícola do Brasil”, e por isso mesmo teria despertado tantos interesses que fizeram da área, a região “mais esquentada e heróica”, ou seja, disputada. Embora o autor não esclarecesse a que se referia, ele tocou sutilmente, durante a escrita, nos conflitos agrários ocorridos na região no período de formação da área, em especial, os conflitos entre posseiros, grileiros e empresas colonizadoras.

Já nas primeiras páginas, naquilo que está intitulado como “resumo histórico: era uma vez há muito tempo...” pode-se observar a narrativa de grandes e heróicos embates. De Raposo Tavares e a conquista “para o Brasil” do “atual Estado do Paraná,”⁶⁶ passando pela “implantação de um foco guerrilheiro do MR8⁶⁷.”⁶⁸ E culminando com a “colonização” da “Última fronteira agrícola do Estado” pelos “sofridos pioneiros de sonhos de riqueza poder e

⁶⁶ MAIOR. Laercio Souto. Op. Cit. p.24

⁶⁷ MR8: Movimento Revolucionário 8 de outubro. Organização política de caráter socialista que lutava contra a ditadura militar brasileira.

⁶⁸ Idem. p.25

glória”. Souto Maior buscou tornar público uma única memória, de nordestinos e nortistas.⁶⁹ Para o autor estes foram os “aventureiros que enfrentaram a floresta virgem, animais selvagens, doenças endêmicas tropicais e as paixões e lutas inerentes ao cotidiano desse período”,⁷⁰ para “fundar” Assis Chateaubriand.

O livro, além de apresentar em quase todas as páginas homenagens aos ditos “pioneiros” e “desbravadores”, também pisou no espinhoso terreno dos conflitos que envolveram a conturbada ocupação do Oeste do Paraná e de Assis Chateaubriand. Na segunda parte do primeiro capítulo do livro foi feita uma alusão aos conflitos que desde a chegada dos primeiros “colonizadores” ocorreram na região. “Parece que todos os camponeses foram expulsos de suas posses nas áreas de colonização [...] “ninguém discorda que a violência fez parte da paisagem de ocupação das terras agricultáveis do Brasil”,⁷¹ disse ele, naturalizando a questão. A violência foi justificada pelo autor que referiu-se a ela como necessária para defender os direitos de posse dos “primeiros colonizadores” que ali chegaram e tiveram que agir com “punhos de ferro”. Atenta-se para o fato de que para o autor, a “batalha” deflagrada com a chegada dos “desbravadores” é inerente a natureza humana e seria perfeitamente justificável uma vez que “o processo de colonização era um dos melhores negócios do mundo”⁷² e que “aconteceu em todas as experiências capitalistas de colonização em todas as regiões do planeta, em todas as épocas.”⁷³ Ou seja, o fato de considerar os processos de ocupação necessários e lucrativos justificaria as inúmeras violências realizadas contra aqueles que já habitavam essas regiões, sejam índios, posseiros ou grileiros.

As memórias daqueles que viveram a violência não foi tratada pelo autor, que apenas as ameniza, tratando esse processo como algo “natural” da ocupação. Ele se defende dizendo que “fatos verídicos e estórias de trancoso se misturam causando problemas mil para os pesquisadores que, por não terem participado dos eventos como testemunha oculares, tropeçam e titubeiam a todo instante com ‘verdade absolutas’, ‘desmentidos indignados’, autênticos e falsos heróis”.⁷⁴

A violência ocorrida no início da formação de Assis Chateaubriand, cometida por empresas colonizadoras e seus afiliados, que Souto Maior trata como natural, pode ter sido a responsável pela vitória de um governador no Estado do Paraná, e durante a década de 1990⁷⁵,

⁶⁹ O termo ‘nortistas’ é utilizado para designar os migrantes oriundos no norte do Estado do Paraná.

⁷⁰ MAIOR. Laercio Souto. Op. Cit.p.25

⁷¹ Idem. p.32

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.p.35

⁷⁵ Esse assunto será trabalhado no terceiro capítulo.

e ressuscitou inúmeras histórias sobre o passado de Assis Chateaubriand. As notícias sobre assassinatos, mortes de posseiros, despejos ilegais, saíram em vários jornais no período. Por isso mesmo não poderiam ser deixados de fora da obra de Souto Maior. No entanto, a partir da leitura da obra, percebemos que o autor tenta amenizar as notícias, não apontando culpados ou inocentes.

Segundo o autor, nessa hora é preciso assumir o papel de historiador e estar acima das amizades ou “alinhamentos político-ideológicos”, comprometendo-se com a verdade “doa a quem doer”.⁷⁶ No entanto, logo em seguida, disse que durante o tempo que passou na cidade, três anos, deparou-se com duas versões, as das companhias Colonizadoras que afirmam que “não existe, nem jamais existiu no Fórum local, nenhum processo criminal onde haja condenação contra os donos, diretores e funcionários das duas companhias responsáveis pelo processo de colonização do município de Assis Chateaubriand” e uma outra “versão popularesca” que “rememora as violências cometidas contra os posseiros pelos jagunços contratados pelas mencionadas companhias”.⁷⁷

Novamente, as memórias da população foram tratadas como “versões” por Souto Maior, algo irrelevante para a história que pretendia contar. Percebemos que as memórias expressas por ele como a “verdade da ocupação” fazem parte da história de um pequeno grupo de pessoas, a que ele chama “heróis”, que participou desse processo de atuação da CNP na cidade, do grupo dos vencedores, dos funcionários das empresas e das famílias que “se deram bem” com o processo. Escolher o grupo e suas memórias, entretanto, deixou de lado outras memórias “dissidentes” que aos poucos, vão sendo deixadas à margem. Embora as memórias “escolhidas” não sejam as memórias de todos, torna-se legítima à medida que depoimentos são utilizados para validá-la.

Souto Maior apresentou em sua obra que durante a década de 1950 e 1960, inúmeras propagandas foram feitas para divulgar as terras férteis do “Vale do Piquiri”, atraindo para a região os migrantes que viriam para trabalhar ou morar na região mais próspera do Paraná. No entanto, não apresentou a que custo e para quem essas terras realmente se tornaram valiosas.

A epígrafe do livro aponta para a postura adotada por Souto Maior ao escrever a obra: “ainda existe muita coisa de bom e de ruim prá [SIC] contar, mas como sou conhecido por discreto no falar, irei, agora, evitar”⁷⁸. Dessa maneira, apresenta os fatos, mas toma partido do grupo a que pertence, evidentemente. Podemos concluir, a partir da leitura, que o autor

⁷⁶ MAIOR. Laércio Souto. Op. Cit. p.76

⁷⁷ Idem.p. 77-8.

⁷⁸ Idem. Epígrafe.

escreve as memórias sim, mas escreve aquelas que mais se aproximam do objetivo de seu grupo, apagar o passado da cidade e “reescrever uma nova história”. A história da cidade que teria dado certo, que teria prosperado. A história do prefeito que deu “novos rumos” à cidade. Enfim, a memória das elites locais. Que embora cheia de fraturas e vez ou outra “desmentidas”, mantém-se firme pelo medo, pelo sismo daqueles que viram suas vozes silenciadas pela sacralização de uma memória que, longe de contar a “história de Assis Chateaubriand”, parece querer reconstruir uma outra cidade, onde aqueles que realmente vivenciaram a história, mal se reconhecem na memória pública, como se falassem de outras memórias, de outra cidade.

São essas “outras memórias”, filtradas pelo poder público que trataremos no próximo capítulo. As memórias vivenciadas, sentidas, mas que foram renegadas e escondidas pela memória cristalizada pelo poder público. Partiremos de outros grupos sociais que participaram desse processo, apresentando “outras histórias” que giram entorno da sua formação, ou para parafrasear Souto Maior, buscaremos, no próximo capítulo apresentar a versão “popularesca” da história de Assis Chateaubriand. Ao contrário do autor, apostamos que esta tem muito a dizer.

CAPITULO II

“ESTÓRIAS DE TRANCOSO”⁷⁹: OUTRAS MEMÓRIAS

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial" [...]
(POLLAK, Michael.1989.p.3-15)

Vimos no primeiro capítulo que a tentativa de institucionalizar uma memória para Assis Chateaubriand, partindo de uma iniciativa do poder público, não só cristalizou uma versão positivada da história, como também inibiu as “outras memórias” do processo de formação da cidade, tratadas por sua vez como “memórias popularescas”. Especialmente a partir do livro escrito por Souto Maior, percebemos que muitas memórias foram silenciadas, apagadas das páginas daqueles que buscaram construir uma identidade para a cidade. Da mesma maneira, percebemos que essas memórias são, ainda que timidamente, rememoradas quando saímos do centro, da história pública, para ouvirmos as margens: as pessoas que vivenciaram o processo de sua formação em fins da década de 1950 e meados de 1960.

Assim, neste capítulo, temos por objetivo analisar “outras memórias” que fazem parte do processo dessa formação de Assis Chateaubriand. Que histórias são estas que Souto Maior chama de “estórias de trancoso”? Que memórias circulam sobre o processo de ocupação e a atuação das colonizadoras União D’Oeste LTDA e Norte do Paraná (CNP), em Assis Chateaubriand e que não aparecem, embora conhecidas e reconhecidas nas formas do discurso público?

As entrevistas se tornaram muito importantes para alcançar esses objetivos, visto ser muita ricas em detalhes, por representarem um registro vivo do período estudado.

⁷⁹ Termo utilizado por Souto Maior ao se referir a “outras memórias” em relação a formação da cidade de Assis Chateaubriand, relegando-as ao grau de “ histórias populares”. MAIOR. Laercio Souto. Op.cit.p35.

Representando não só outra versão sobre o passado, mas visões diferentes, pontos de vista distintos, de acordo com os sentidos empregados por cada um dos depoentes. Para este capítulo utilizaremos depoimentos orais colhidos para a elaboração desta pesquisa e outros que serviram de base para outros trabalhos, além das transcrições de entrevistas realizadas por Souto Maior para a escrita de seu livro.

Durante a realização da pesquisa, foi possível perceber que, diferente da memória pública, as memórias desses sujeitos “marginais” estão em constante movimento, sendo organizadas e reorganizadas a todo instante, de acordo com suas expectativas, realizações e sentimentos. Dessa forma, o passado é por vezes lembrado com saudosismo, outras vezes, com tristeza e em alguns casos, é preferível esquecê-lo. Não há linearidade nos depoimentos, sendo o passado e presente misturados nas narrativas num constante ir e vir.

Cabe esclarecer que apesar do esforço realizado, não encontramos muitos depoentes, visto que o ciclo da vida se fecha com o passar do tempo, e muitos que presenciaram o processo em análise, terem silenciado suas vozes para sempre, não tendo tempo de contar para outras gerações os acontecimentos que apenas eles conheceram. Outro motivo, foi a recusa em gravar as entrevistas por parte de alguns depoentes. Ou mesmo depois da entrevista já realizada, o pedido para que esta fosse apagada. Dessa maneira, encontramos obstáculos que foram além de nossa capacidade de transpô-los, mas que nos permitiram analisar sentimentos dessas pessoas com relação ao passado presenciado por elas, embora em muitos casos não tenhamos permissão de expor suas falas, podemos transcrever as reações e a percepção de sentimentos apresentados ao relembrar o início de formação de Assis Chateaubriand.

Pretendemos tratar também desses sentimentos com relação a um passado que, se por um lado foi amenizado e “floreado” durante o mandato do ex-prefeito Luiz Amaral, em especial com a escrita do livro de Souto Maior, por outro, apresenta-se ainda vivo, no mundo subterrâneo, nas margens e nas memórias, a espera de quem se proponha ouvi-las.

Assim, iniciamos nossa busca de outras memórias sobre o passado, com a trajetória de Antônio Manoel Silva,⁸⁰ 81 anos, nordestino, da cidade de Triunfo, Pernambuco.⁸¹ Antônio relata que trabalhou até os vinte anos de idade na área rural, ajudando seu pai. Um período, segundo ele, de “muito sofrimento”, onde teria trabalhado muito nas terras do seu pai, mas sem remuneração. Resolveu sair do lugar no fim da década de 1950, rumo ao Paraná. Fugindo

⁸⁰ Nome Fictício.

⁸¹ SILVA, Antônio Manoel. 81 anos. Entrevista cedida a mim. Assis Chateaubriand: áudio digital, 1h19min24s, 2009.

da seca, da falta de trabalho e de dinheiro. Desse período, Antônio falou sem saudade, mas com tristeza da época de escassez que conheceu em Pernambuco.

Cabe mencionar que durante a produção de sua entrevista, encontramos Antônio preocupado com uma de suas filhas, que estava gravemente ferida numa Unidade de Terapia Intensiva, na cidade de Curitiba, devido um acidente de trânsito sofrido ainda aquela semana, e com um filho que morava numa casa em anexo a sua e que se recuperava de um quadro de depressão após ter perdido o emprego e estar cerca de um ano desempregado. O que talvez tenha levado nosso entrevistado a apresentar suas memórias do passado partindo da valorização do trabalho. De acordo com ele, o trabalho e uma “vida melhor” o levaram a sair do nordeste e vir para Assis Chateaubriand no início da década de 1960.⁸² Perguntado sobre sua trajetória, assim relatou:

Ah.. Eu não lembro nada [da infância]. Só lembro do sofrimento, tempo da infância minha, só do sofrimento.... Porque naquele tempo que nós, que nós tudo era moleque pequeno não era tempo que nem hoje em dia não, naquele tempo só tinha sofrimento. [...] É...eu lembro, eu lembro que ói: Eu trabalhei até 20 anos com meu pai, meu pai não me dava tempo pra nada pra eu trabalhar pra mim, não. Aí naquele, naquele ente quando, quando eu completei 20 anos eu arrumei um casamento. [...] Aí casei, a casa do meu pai era cheia de tudo, e eu fui morar numa casa que eu era que nem um mendigo. Nós não tinha nada dentro de casa, nem uma mesa, só tinha umas panelinhas de barro que fazia comida, não tinha nada, nada, nem o que comer nós num tinha. Dinheiro nós num tinha, e a casa do pai cheia. Isso aí, quando começou foi assim. O sofrimento da gente o que que é. Aí depois dali, meu pai, nunca me ofereceu nada pra mim. Aí eu comecei a trabalhar pra mim. Aí eu fui aumentando as roça, aumentando as roça e trabalhava 3 dias na metade da minha roça, 2 dia no patrão, pra ganhar dinheiro pra no fim da semana ir fazer compras. Andava duas léguas de pé pra fazer as compras, pra comer mais ela. Era desse jeito. E aí eu trabalhei até chegar as coisas da roça. Quando chegou as coisas da roça aí eu vendi uma parte. Aí eu mandei fazer tudo as coisas de dentro de casa, tudo que num tinha. Cama, tudo. Porque nós num tinha nada nem onde dormir.⁸³

Na fala de Antônio, a vida no nordeste foi marcada pela falta de apoio do pai e o trabalho pelo qual não era remunerado. O casamento com Vilma,⁸⁴ com quem viria para o Paraná, apareceu enquanto uma saída da vida de “sofrimento” que ele destacou no relato. O desejo de mudança levou Antônio a Belmonte, cidade ao Norte do Paraná, próximo aos parentes de Vilma, e de lá, entre idas e vindas de Pernambuco para o Paraná (três ao todo), Antônio chegou à Cambé no início de 1960, onde começou trabalhar em lavouras de café:

⁸²SILVA. Antônio Manoel. 2009.op.cit.

⁸³idem.

⁸⁴Pseudônimo.

[...] nós tava largado, tudo bem trabalhando, em Belmonte. aí que, nós trabalhando aí chegou, chegou meu sogro disse, ah sabe nós vamo embora pro Paraná. Aí meu cunhado falou “eu vou também”, eu digo “ah.. eu também vou”. Aí nós foi vender tudo que tinha dentro de casa, tudo, tudo. Aí vendemos tudo e nós foi fica em sítio de garimpo na terra rica na beira do rio Ipanema [...] Pra lá de Paranavaí. Nós ficamos uns 3 dias quando foi bera uns três dias meu sogro falo, vamo vorta? Eu digo, eu vou tamém. Vortemo.. pro norte.[...] Isso aí, nós passamos tudo isso, e tudo andando de pau-de-arara. Essas estradas não existiam antes. Aí nós vortamos, eu trabalhei um ano, quando foi na entrada do outro, tava com tudo dentro de casa de novo. Faturona. Daí disse “ah, sabe... nós vamo vorta pro Paraná”, eu digo “eu vou também”... (risos). Vendi tudo, aí vortei até hoje, ó. Trabalhei em Cambé, de Cambé, aí trabalhando lá, depois viemo embora pra cá⁸⁵.

O relato de Antônio baseia-se em sua experiência com relação ao Nordeste. Durante toda a entrevista houve uma valorização por parte do entrevistado com relação ao trabalho. Como já vimos, seus relatos partem ou chegam a essa temática. Quando perguntado de sua infância, suas memórias se voltam para o tempo difícil, de acordo com ele, onde trabalhava na roça com seu pai, sem receber por isso. E segue com o período em que se casou e passou a trabalhar, ainda na roça, mas agora recebendo salário. A chegada ao Paraná também foi rememorada a partir do trabalho nas lavouras de café no Norte do Estado e, finalmente, sua chegada à Assis Chateaubriand, rodeada pelo desejo de terras e trabalho. Antônio se coloca como alguém que não tinha medo de trabalhar, sempre valorizando sua força de vontade, e esperança com relação a uma vida melhor. Sua ida para a região de Assis Chateaubriand buscava exatamente essas realizações: trabalho e uma vida melhor. Sua fala estava quase sempre direcionada ao tema trabalho:

Eu enfrentava serviço, mesmo. Nesse tempo eu fiquei tocando sete alqueire sozinho, meus meninos eram pequenos. Eu peguei da companhia, até fiz meu rancho, toquei seis alqueires de terra, enchi tudo de plantação, tudo, eu dava conta daquela terra todinha. Trabalhei foi tempo. Depois comprei uma chácara pra baixo do ramal 30, pra lá do Azaury⁸⁶, aí entreguei os terrenos pro Manoel Ramos, que era o gerente. Aí entreguei os terrenos e fui trabalhar na chácara.⁸⁷

Antônio nos relata que quando chegou à região, além de trabalhar para a empresa Colonizadora CNP, ele conseguiu desta uma concessão de terra, num total de sete alqueires, onde construiu um rancho e realizou plantações. As terras não pertenciam a ele, mas à empresa, uma espécie de empréstimo, que foi devolvido assim que Antônio conseguiu comprar outro pedaço de terra. Não sabemos se essa era uma prática comum da empresa

⁸⁵ SILVA. Antônio Manoel. 2009. Op. Cit.

⁸⁶ Referência ao distrito de Engenheiro Azaury, em Assis Chateaubriand, saída para Toledo.

⁸⁷ SILVA. Antônio Manoel .2009. Op. Cit.

Colonizadora para ocupação de lotes de terras, ou se foi um caso isolado, já que nosso depoente era funcionário da empresa, contratado para auxiliar nas derrubadas de árvores e limpeza de terrenos para comercialização.

Num outro trecho de sua entrevista, a fala de Antônio, nos deu a impressão de que a empresa colonizadora que ocupava a área não tinha a preocupação, ao menos de início, de construir ou organizar uma cidade, como ocorria em boa parte dos processos de ocupação da região, mas, de vender lotes de terras. Os compradores é que ficavam responsáveis para “abrir” seus lotes e as picadas que dariam acesso às cidades próximas. Percebemos, a partir de seu depoimento que não era objetivo de a empresa colonizadora entregar aos compradores de terra um espaço já pronto, terrenos já preparados à espera de receberem construções, embora fizessem a derrubada de matas de algumas áreas, boa parte dos lotes vendidos eram entregues com a vegetação nativa intacta, cabendo aos compradores o trabalho de “limpeza” do terreno. Na entrevista de Antônio podemos apreender isso no trecho apresentado:

Aqui entremo, tudo mato. O escritório da companhia era lá onde era o campo, onde era o campo de avião, lá perto onde era a máquina de arroz dos Trovo. [atual Jardim Progresso]. Ali era, tava atravessado. Tudo mato, mato. Cheguei com aquela mudança, meu Deus, a mulher pra ganhar ela [filha Marlene], e num tinha onde ficar, num tinha uma casa, não tem nada. Aí nós foi ficar, nós tinha uns barraco feito de encerado assim, aí descarreguemo o caminhão tudo. Nós fiquemo ali. E, descarreguemos tudo o caminhão. Aí nós fomo só pegando terra, tirando madeira, pra fazer o rancho pra nós ficar debaixo pra ela ganhar ela, e pagando terra pra plantar as coisas. [...]E isso aqui tudo era mato, aí foram descobrindo, trabalhava, eu trabalhava na companhia pagando gente, aí depois eu trabalhava ganhando também na companhia, limpando picada no meio dos matos mais um colega, e assim direto, né? E quando viemo pra frente, estamos aqui até hoje, esses anos todinho. Isso aqui tudo[...] tinha toco na avenida aí tudo. Não tinha.... não era tudo limpo... isso aqui tudo era mato, bugio, macaco cantava de todo o canto. É.. e nós foi trabalhando e Deus foi abençoando.. só não to rico, mas também (risos) to aqui até hoje também, né? (risos).⁸⁸

Quando o depoente nos traz a afirmação “tudo mato [...] não tinha onde ficar, não tinha casa, não tinha nada” nos aponta para essa linha de análise com relação ao planejamento da empresa no que diz respeito à distribuição de lotes. Pelo depoimento de Antônio podemos perceber que, de fato, não havia preocupação em preparar os terrenos para receber os migrantes, mas apenas à sua venda. A lembrança dos bugios (macacos) cantando por “todo canto” apontam bem a dimensão da análise. Sua primeira moradia foi então uma espécie de

⁸⁸ SILVA, Antônio Manoel. 2009. Op.cit.

barraca, coberta por lonas, onde permaneceram ele e sua esposa, grávida. Apenas depois foi que Antônio construiu seu “rancho”, ou seja, sua casa, a partir de madeiras que retirava dos lotes que limpou em seu trabalho para a empresa colonizadora.

Perguntamos a Antônio como soube da existência dessa oportunidade de conseguir terras nessa região, de que maneira soube dessas terras. Ele nos informou que a propaganda chegou por outras pessoas que já haviam estado na região e que contava para outras pessoas no Norte do Estado. De acordo com ele:

Eles falavam que aqui era um lugar muito bom, tudo né?

Entrevistadora: Quem falou?

É...os que sempre vinha pra cá que morava pra lá também... Aí falaram. Eu digo “ah, eu vou no Assis” Eu nem sabia o que que era, era Tupãssi aqui. E eu vinha procurando onde que era esse Tupãssi, Tupãssi, e até que cheguei aqui⁸⁹.

Observa-se que ele teria ouvido de outras pessoas que Assis Chateaubriand, conhecida nesse momento por Tupãssi,⁹⁰ como ele mesmo destaca, era “um lugar muito bom”. E foi seguindo essa propaganda que Antônio saiu do Norte do Paraná e seguiu à procura de Tupãssi, o lugar “muito bom”. No entanto, a chegada, já relatada, não foi fácil, e suas impressões iniciais não condiziam com as propagandas ouvidas. Antônio nos conta que o lugar,

[...] era bom pra pessoa trabalhar. Lugar novo, tudo. Não era ruim [...] E você sabe, era sofrimento, mas era o tempo melhor que tinha. O tempo que nós, todo mundo trabalhava na roça, ninguém via doença aí.. Ninguém via... Todo mundo tinha saúde [...].⁹¹

Quando diz que era bom para a pessoa trabalhar, aponta que não era bom pra tudo, mas para algumas coisas, no caso, o trabalho, já que o lugar “era novo”. Quando Antônio fala “não era ruim”, não estaria dizendo era bom, apenas que “não era ruim”. E isso se confirma em sua fala subsequente: “era sofrimento”. Não fica claro que o sofrimento está ligado ao trabalho, mas o fato de não ter ficado muito tempo na região, nos leva a apontar para esse viés. Antônio nos relatou que depois de um período derrubando mato resolveu voltar para a colheita de café em Londrina, e assim o fizera. Voltou com sua família para o Norte do Estado e trabalhou na colheita. Quando terminou a safra, Antônio procurava outro lugar para

⁸⁹ idem.

⁹⁰ Tupãssi foi o primeiro nome oficial da cidade de Assis Chateaubriand, quando ela ainda pertencia ao município de Toledo, sendo que recebeu seu nome atual apenas no ano de 1966, data de sua emancipação política.

⁹¹ SILVA, Antônio Manoel. 2009. Op.cit.

trabalhar e morar. Mas, a convite de empregados da colonizadora, voltou para Tupãssi (Assis), lembrou que: “num queria nem vim com a mudança mais pra cá... Eu queria já ir pra outro lugar, tinha arrumado aqui mais não queria vir mais também. Aí depois vim com a mudança”.⁹² O fato de Antônio dizer que “não queria voltar” nos leva a manter a consideração inicial de que as impressões que ele tinha da cidade não eram tão boas.

Resolvemos perguntar diretamente sobre isso, no que Antônio nos relata:

Entrevistador: O senhor chegou aqui numa época que segundo dizem era uma época muito difícil.

Antônio: Difícil.. é.. só tinha jagunçada, só tinha jagunço da companhia tudo e... [...] Não era ruim. [...] Mas naquele tempo eles matavam uma pessoa fácil. Quantas vezes eles pegavam os caminhão e pegava os posseiros que morava nesses matos aí, coitadinhos, e... ponnhava dentro daqueles caminhão e queimava... As mulher pegava foice pra não deixar, pra não deixar queimar o ranchinho tudo, e eles pegava e ponnhava dentro do caminhão e ia fazer despejo pra beira desses rios pra lá. Os coitadinho.

Entrevistador: Fazia isso?

Antônio: E se, e se brincasse, matava. Naquele tempo... era um tempo, quando eu entrei aqui... que eu cheguei onde era o escritório da companhia ...a turma... eu tive sorte porque eu vim, primeiro eu vim, arrumei um serviço, com Manoel Ramos. Aí depois fui trabalhar na colheita de café lá, e... acabei a colheita de café. [...] Aí depois vim com a mudança, aí os outros me falavam: só você que foi de sorte, porque aqui muita gente que chegava aqui arrumava o serviço, quando era pra ir embora eles matava na saída assim e enterrava lá pra aqueles lados pra baixo do lado do Tiro de Guerra. Eles matavam, naquele tempo.⁹³

Nesse ponto do seu depoimento, Antônio nos faz retornar às memórias que Souto Maior tratou como “popularescas”: a presença e atuação de jagunços da empresa colonizadora em ações violentas contra posseiros. Antônio nos relatou que “naquele tempo eles matavam uma pessoa fácil”, nos levando a entender que a ação desses jagunços era frequente. Também nos informa que os jagunços eram “da companhia”, ou seja, da empresa colonizadora, que no período relatado por Antônio era a CNP. A frequência da atuação desses jagunços foi apontada na frase “quantas vezes eles pegavam o caminhão e pegava posseiros que morava nesses matos aí”, o que nos leva a considerar que também o número de posseiros não era baixo. Antônio também nos mostra que as ações de despejo encontravam resistência como as da “mulher [que] pegava foice pra não deixar [...] queimar o ranchinho”. O que nos leva a relembrar e questionar os “acordos amigáveis” que Oscar Martinez dizia ter feito quando assumiu o comando da empresa na década de 1960. Souto Maior, por ocasião da escrita do

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

livro sobre Assis Chateaubriand, realizou uma entrevista com Oscar Martinez, sócio proprietário da CNP, e uma de suas perguntas foi referente à existência ou não de atos de violência por parte da colonizadora, para o qual respondeu: “Absolutamente nada. Nunca houve.”⁹⁴ E com relação a existência de posseiros em Assis Chateaubriand, rebateu:

[...] compomos com eles antes de iniciar a colonização, pois era uma coisa inteligente, porque nós tivemos o cuidado de não deixar que tivesse acontecido uma briga com posseiro e que refletisse nas vendas aos futuros candidatos na compra porque se houvesse uma rebelião de posseiros, um acidente qualquer com posseiro, ia pegar mal no início da colonização.⁹⁵

Há no entanto, no depoimento de Antônio, duas frases que nos leva a concluir que nada de amigável havia nos atos da empresa Colonizadora com relação aos posseiros: “e se brincasse eles matavam” e “matava na saída assim e enterrava lá pra aqueles lados pra baixo do lado do Tiro de Guerra. Eles matavam, naquele tempo”. Antônio nos relata que havia uma prática de contratar pessoas para trabalhar na derrubada das árvores e limpeza dos terrenos para a construção da cidade, e que, em alguns casos, quando terminava o contrato, ou o contratado resolvia “acertar as contas” para ir embora, os jagunços encaminhavam o trabalhador para um local mais afastado e o pagamento era feito a tiros. Relata ainda que alguns trabalhadores acabavam indo embora sem receber o pagamento combinado, por medo do que lhes poderia acontecer.

Antônio ainda lembra o nome de um jagunço, a quem atribui o título de chefe:

Antônio: É.. na cidadezinha pequena, tudo isso aí... era tudo isso aí, só, jagunço por todo canto.. Narciso, o Narciso, era o, era o chefe mesmo, né? No 5 mil...

Entrevistador: Narciso?

Antônio: É... Só que diz que ele era assim, matava as pessoas à toa, mas que ele era muito bom pras pessoas. Quando adoecia ele trazia. Só que hospital nem hospital não tinha aqui. Era farmácia.

Filha Marlene: ele era o manda-chuva

Antônio: Levava pra fora. Mas ele acudia muitas pessoas doentes. Matava de vez em quando, por qualquer coisa, mas também atendia muita gente também. Ele tinha dó também.⁹⁶

Nesse trecho, Antônio se refere a uma gleba de nome 5 mil, atualmente distrito de nome Encantado D’Oeste, onde, de acordo com outros depoimentos existia um número grande de posseiros e jagunços encarregados de expulsá-los. A Gleba é citada em outros depoimentos como o local mais forte de atuação de jagunços. Um depoente, que trabalhou

⁹⁴ MARTINEZ, Oscar. Apud MAIOR. Laércio Souto. Op.Cit.p.201

⁹⁵ Idem. ibdem.p193.

⁹⁶ SILVA. Antônio Manoel. Op. Cit. 2009.

como caminhoneiro para a CNP relatou que quando a empresa fez o planejamento do centro da cidade, expulsou um número considerável de posseiros que acabaram se refugiando numa área de cinco mil alqueires que ficava após o Rio Piquiri, e por isso recebeu o nome de “5 mil”. De acordo com ele, conforme a cidade ia crescendo, os posseiros eram obrigados a abandonar as terras e muitos foram parar nessa gleba, que faz divisa com a cidade de Palotina. Ele relatou que quando os jagunços foram enviados para a gleba 5 mil, foi que a violência tomou conta da cidade, já que havia um número grande de posseiros, também armados, que



resistiram a mais uma tentativa de expulsão.⁹⁷

MAPA 2: ENCANTADO D'OESTE: Distrito de Assis Chateaubriand. Fonte: Google maps.

Voltando ao depoimento de Antônio, é interessante retornar à passagem em que ele diz que o jagunço Narciso “matava as pessoas à toa [...] mas era muito bom pras pessoas”. Antônio disse não ter “tido problemas” com a empresa colonizadora nem com jagunços, o que

⁹⁷ Esse depoimento foi colhido em junho de 2009 de um ex-funcionário da empresa CNP, que disse ter ido para a cidade a procura de emprego, e por possuir um caminhão, foi prontamente contratado. Nos relatou também que, como funcionário, teve que ajudar a expulsar inúmeras famílias de áreas que a empresa dizia ser sua. No entanto, apesar da riqueza de detalhes fornecida por ele e por sua esposa que acompanhou a entrevista, assim que terminamos a gravação, ele nos pediu que apagasse a fita, porque “era coisa antiga” que “não era bom remexer”.

explicaria a tentativa de amenizar as ações do destes ao dizer que matavam “à toa” os que representassem ameaça, mas também ajudava aqueles que precisavam. Sua fala nos leva a interpretar que, possivelmente, os que “precisavam” tinham situação “legal” perante a empresa, e por isso, assim como Antônio, não representava risco aos interesses da mesma.

Na continuidade de sua fala, se diz considerar uma pessoa de “sorte”, porque ele não teve problemas com a empresa, já que ele sempre “trabalhou direitinho”: “eu tive sorte. Cheguei, mas, não, nunca houve isso comigo não”,⁹⁸ lembra ele. Na sequência perguntamos:

Entrevistadora: Mas o senhor não assustou demais quando viu isso aqui, não? Não teve vontade de voltar, não?

Antônio: Eu não. Eu não. Eu acostumei. Acostumei, trabalhava com o Manoel Ramos que era o chefe.

Entrevistador: Mas, não vivia com medo?

Antônio: Ele.. Eu não tinha medo, não. O Manoel Ramos era o gerente. Tudo gostava d’eu, porque eu era trabalhador, nunca dei trabalho pra eles em nada, né?⁹⁹

Antônio disse sentir-se seguro porque trabalhava com o gerente da empresa, a quem chama Manoel Ramos que, de acordo com nosso depoente, gostava dele por ser “trabalhador” e por não ter dado “trabalho pra eles”. O que nos levaria a apontar que Antônio, por algum motivo, não representava perigo para a empresa, que o deixou ir embora e voltar sem problemas, diferente do que aconteceu nos casos relatados por ele.

A segunda depoente, Marlene Antunes,¹⁰⁰ chegou ao ano de 1963 em Assis saída de Loanda, também no Paraná. De acordo com ela, quando casou foi morar no sítio de seu pai, como fizeram todos os seus irmãos. No entanto, em seu ponto de vista, o sítio já estava cheio e ela e seu esposo queriam uma vida diferente. Seu pai havia comprado alguns alqueires de terra na cidade de Tupãssi [futura Assis], no Oeste do Paraná, estimulados por um amigo e também corretor de terras, conhecido por Duarte Celestino que morava em Loanda, mas já possuía um sítio nessa cidade.¹⁰¹

De acordo com Marlene, Duarte Celestino teria dito que as terras eram muito boas e que seria um bom negócio compra-las. Sendo assim, saíram de Loanda, e compraram seis

⁹⁸ SILVA. Antônio Manoel. Op. Cit.2009.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ ANTUNES. Marlene. Entrevista cedida a mim. Assis Chateaubriand. Áudio digital. 30m.19s. 2008.

¹⁰¹ Duarte Celestino foi entrevistado por ocasião da escrita do livro de Laercio Souto Maior. Trechos dela está transcrito em um documento que encontramos na Casa da Cultura, em Assis Chateaubriand. Nela Duarte diz ter chegado à cidade em 1960 a convite da CNP para vender terras. Ele foi eleito nesse período, o primeiro subprefeito de Assis.

alqueires de terras no interior. Esperavam chegar e encontrar uma cidade, no entanto, se depararam com outra realidade:

Só que eu cheguei aqui, aqui era tudo mato, sabe?. Aí nós compremos um sítio ali no Alto Alegre.¹⁰² Mas do Assis até o Alto Alegre era um matão só. [...] não existia nada. [...] Saímos de Loanda de madrugada chegamos aqui a tardezinha. Aí nós mudemos aqui. Aí meus meninos, lá meus meninos era acostumados com leite. Leite de vaca. Aí eu tinha três crianças, três homens, mas aí, óh, mas ficaram tudo doente, porque não achava nem leite ninho [marca de leite em pó] pra comprar aqui. Não tinha nem leite ninho. Aí ficaram tudo doente. [...] Toda semana ia pra Toledo no médico. [...] Ia de ônibus e tinha que rezar pra não chover, porque senão o ônibus não voltava. Tinha que ficar dois dias, três porque o ônibus não voltava. Posamos muitas vezes dentro do ônibus. Era um túnel. Só árvores e barro.¹⁰³

A imagem de que “não existia nada” presente no relato de Marlene mostra a ideia de lugar vazio, também apresentado nos relatos de outros depoentes: um lugar que era um “matão só”. Ela conta que quando chegou à cidade, “havia apenas quatorze casas no Assis inteiro, e não tinha médico, farmácia, nada”.¹⁰⁴ Em Loanda a família estava acostumada com algumas “modernidades” que ainda não faziam parte da realidade daquelas “terras prósperas”. Seu relato destacou a dificuldade passada com relação a adquirir alimentos, em especial, o leite para os três filhos. Outra dificuldade foi com relação ao acesso às cidades mais próximas, em especial a Toledo. Marlene diz que a estrada que ligava Assis-Toledo era um “túnel, você saía de Assis entrava naquele túnel e ia sair lá em Toledo”, e que muitas vezes, dormiam dentro do ônibus, que não conseguiam ultrapassar o barro da estrada em meio às árvores. Na continuidade de seu relato ela diz que por muito pouco não teria ido embora:

O meu menino mais novo, uma cobra picou ele assim, na mãozinha dele, porque ele tava começando a andar, sabe? E ele saiu fora [de casa]. Porque quando nós mudamos aqui tinha muita cobra sabe? Nós só não desistiu e foi embora porque olha, Deus iluminou parece que... Porque esse daqui [esposo] já tava desanimado: “não.. vamos embora porque isso daqui não é lugar de gente. Só tem cobra!” tinha dia dele matar 18 cobras... tudo cascavel e urutu. Tinha dia que eu olhava assim pela janela [...] e tava aqueles linguição [cobra enrolada] querendo entrar pra dentro [...] tinha muito [...] a tal da cobra tinha bastante.¹⁰⁵

¹⁰² Ramal Alto Alegre, distrito em Assis Chateaubriand.

¹⁰³ ANTUNES. Marlene. Op.Cit. 2008.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ ANTUNES. Marlene. Op.Cit. 2008.

Assim, a partir do discurso de Marlene é possível analisar que nem todos os migrantes estavam satisfeitos com a “nova terra”. As propagandas apresentavam a região como “o vale maravilhoso”, “as melhores terras do Brasil”,¹⁰⁶ no dizer de Souto Maior, o que teria atraído inúmeros moradores. Porém, as impressões de alguns nem sempre confirmavam as propagandas da empresa e seus sócios. No caso de Marlene, por exemplo, nem de longe havia algo “maravilhoso” naquelas terras. As expressões “aqui não tinha nada”, “era puro mato” “só não desistiu e foi embora porque Deus iluminou” ou ainda o pedido de seu esposo “vamos embora porque isso daqui não é lugar de gente”, expressam a desilusão de Marlene e seu esposo com relação àquela experiência.

Na continuidade de seu relato, ela contou que:

Quando foi um dia eu cheguei e disse: “óh seu Duarte Celestino [corretor], o senhor trouxe nós nesse mato, agora o senhor faz favor de arrumar leite pros meus filhos, porque meus filhos estão doentes por causa de falta de leite. Era direto, barriga doía, barriga doía, e é falta do leite da vaca. Quando foi no outro dia a filha dele apareceu dizendo: ‘dona Marlene, meu pai mandou o leite.’”¹⁰⁷

Marlene diz que o corretor Duarte Celestino passou o dia procurando uma vaca de leite, comprara o animal, e a partir de então, todos os dias mandava leite em sua casa. “As doenças dos meninos acabou, joguei fora tudo as remediadas que eu tinha comprado, era tudo falta do leite.”¹⁰⁸ Ela lembra ainda que com o passar do tempo essas dificuldades iniciais foram diminuindo, o que tinham plantado já estava produzindo, chegaram mais famílias e comércios para a região e a cidade crescera.

É interessante notar que mesmo Duarte Celestino sendo “amigo” de Marlene, era também corretor das terras da região, e, portanto, tinha interesse que a família se mantivesse no local. Por isso, quando lhe é reivindicado uma atitude por parte da colonizadora, ou de Duarte, nesse caso em relação ao leite, ele prontamente atende. Notamos assim que haveria o interesse de ajudar em algumas necessidades para que não se perdessem compradores de terras. Por outro lado, havia também o atendimento dessas reivindicações como forma de resposta às promessas não cumpridas.

Também partindo de lembranças de um período o qual passara bastante dificuldades, Janete dos Santos,¹⁰⁹ dona de casa, narrou sua trajetória de chegada a Assis Chateaubriand no

¹⁰⁶ MAIOR, Laércio Souto. Op. Cit.p.28 e 45.

¹⁰⁷ ANTUNES. Marlene. Op. Cit. 2008

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ SANTOS. Janete dos. Entrevista cedida a mim. Assis Chateaubriand. Áudio digital. 30m52s. Jun. de 2009.

ano de 1964, saindo de Nova Arizona, também no Paraná. Ela e seu esposo eram empregados de uma fazenda de café e decidiram “buscar algo novo”. Seu pai e o marido, atraídos pelo que chamou de “picareta, corretor”, compram alguns alqueires de terra, pagam para empreiteiros construir as casas, que foram feitas de madeira, onde hoje seria o centro da cidade. E então se mudaram para Assis Chateaubriand. Nas palavras dela:

Vimos enfrentar esse lugar aqui. [...] A viagem pra cá foi muito sofrido. As crianças, as mudanças, tudo. Chegamos aqui. Chuva, chovia bastante. A mudança ficou coberta debaixo de um encerado porque não deu tempo de jogar pra dentro da casa [...]. Foi feio...Era bem esquisito aqui, tudo mato. O único médico que tinha atendia e internava na casa dele. [...] Era mato. Tudo sertão mesmo!¹¹⁰

Ao dizer que vieram “enfrentar esse lugar”, Janete estaria apresentando as dificuldades que tivera para se adaptar ao local de seu novo lar, que segundo ela definiu como “esquisito”, local de “tudo mato”, “sertão”. Ela seguiu a narrativa agradecendo por, naquela época, terem saúde, devido às dificuldades de encontrar remédios e atendimento médico. À noite, era ainda mais difícil: “à noite meu marido ia pescar e me trancava dentro do quarto [...] a gente tinha medo, porque era mato tudo em volta, né? [...] a gente tinha medo. Só eu e as crianças no meio do mato. Você olhava e era aquela escuridão só [...] Foi sofrido, minha filha. Não foi fácil, não”.¹¹¹

Janete conta que apenas no primeiro domingo transcorrido que estava instalada em sua nova casa é que foi conhecer outras pessoas que moravam por ali também. Seu marido havia ido pescar e ela ficou com seus dois filhos em casa. Uma das filhas percebeu a presença de três pessoas no meio do mato, descendo o caminho, indo em direção a sua casa. Assustada pediu para que a filha ficasse de olho e a avisasse caso se aproximassem demais. Eram três mulheres que haviam visto uma fumaça no meio do mato, “pegaram a estrada e foram achar o carreador. E aí foi onde eu passei o domingo. [...] porque não tinha vizinhos por perto”.¹¹²

A entrevistada relatou que com o tempo as coisas foram melhorando, a cidade foi crescendo. Mas ela lembrou do tempo difícil, que mesmo tendo um pequeno sítio e plantando alimentos, viu sua família passando por dificuldades. “o trabalho era muito sofrido, tinha que enfrentar roça [...] nós plantamos café, depois arranquemos o café, plantamos hortelã, milho, soja, feijão. Tudo aos pouquinhos”.¹¹³ Ela relata ainda a dificuldade em se conseguir

¹¹⁰ idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

alimentos nesse período, embora plantasse quase tudo o que precisava, tinha período que não tinham o que comer: “nós comia polenta, mandioca no meio do arroz... a coisa foi feia. Deus o livre!”¹¹⁴ Relata que quando seu filho mais novo nasceu a situação estava tão difícil que passaram dias a base de polenta e abóbora, ao ponto de seu sogro temer que seu leite secasse. Relata também que quando dava certo, iam para Apucarana comprar roupa e alguns alimentos que não tinham na cidade. “Mas isso era muito difícil. A vida foi muito difícil aqui”, concluiu a entrevistada.

Novamente, o relato em torno das dificuldades, principalmente de adaptação à “nova terra”, o que nos sugere uma cidade sem estrutura para a recepção dos migrantes. Ambos relatos apresentam a ideia de “propaganda enganosa”, onde o “Vale Maravilhoso” apresentado nas propagandas não passava de um “sertão verde”.

Seguindo as narrativas, apresentamos uma situação não muito distinta, apresentada por outra depoente: Maria de Fátima,¹¹⁵ 85 anos, natural de Vitória da Conquista, Bahia. Maria chegou em 1953 à região onde se localizaria Assis Chateaubriand, saindo de Bela Vista do Paraíso, norte do Paraná, cidade onde morou por oito meses. Ela conta que pelos anos de 1952, quando estava em Londrina, apareceram alguns “homens” oferecendo terras para seu esposo. Ela lembrou que ouvia de outras pessoas que havia muita terra na região da atual Assis Chateaubriand, mas que precisava de alguém com coragem para ir para a região “abrir”. Ou seja, derrubar as árvores para iniciarem a construção das casas. O seu marido e outras cinco famílias de amigos, aceitaram o desafio e saíram de Bela Vista do Paraíso em junho de 1953, rumo ao Oeste do Paraná.

[...] Entremos em [19]53 aqui em Assis. Entremo ali onde é o Ruela, que é na beira da estrada pra Toledo. Ali que nós entramos. Mas no fim era pra ficar pra cá, mas o pessoal lá em Bela Vista começou iludir meu marido, que tinha muita terra aqui, que ele dava 10 alqueires, que ele não tinha coragem de vim. Queria achar uma pessoa de coragem pra vim assim com eles, pra eles abrir mesmo. Pra vim embora pra cá. Ai tocou, e vieram, vieram em cinco famílias.¹¹⁶

Pelo relato de Maria, percebemos a ideia de se ocupar um lugar “vazio”, “desabitado”. Quando ela diz “tinha muita terra aqui”, apresenta a noção de um lugar “de ninguém”, que estava à espera daquele que “tivesse a coragem” de “abrir”. Ela ainda relata, em outro trecho, que alguns “homens” chegaram e foram “tirando terra”, ou seja, escolhendo lotes, desmatando

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ FÁTIMA. Maria de. Entrevista realizada por LAVERDI, Robson. REISDORFER, Thiago. SILVA. Márcia C.R.da. Assis Chateaubriand. Áudio digital. 1h04m19s. 31jun. 2009.

¹¹⁶ Idem.

algumas áreas, para, em seguida, vender a grileiros. Lembra ainda que: “os homens veio primeiro e comprou essas terras. Mas já comprou assim de grilo. Comprou já de outros, lá de... Londrina que entrou aí e foi tirando terras pra eles. [...] o povo que veio foi comprando deles.”¹¹⁷ A palavra “coragem”, também chama atenção. Seria coragem para abrir à mata ou enfrentar a violência?

De acordo com sua fala, o marido, assim como outras pessoas da região de Londrina teriam adquirido terras em Assis Chateaubriand, dos chamados “grilos”. Ou seja, pessoas que não possuíam o direito de posse das terras, mas que utilizavam e vendiam como se fossem donos. Maria lembra ainda que queria ter ficado em Bela Vista do Paraíso, já que trabalhavam na lavoura de café e estavam bem lá. Mas que algumas pessoas “iludiram” seu marido, prometendo alqueires de terras, caso ele ajudasse a “abrir” a região.

A partir de seu relato, seria possível perceber que antes da chegada e da atuação da empresa colonizadora que ocuparia a região, algumas áreas já estavam sendo comercializadas por grileiros, que se apossavam e vendiam porções de terras, além de incentivassem a migração para a região. O depoimento de Maria mostra que a formação inicial de Assis Chateaubriand fugiu ao modelo de ocupação planejada que vinha sendo empregado na região Oeste por companhias colonizadoras, a exemplo da MARIPÁ, em Toledo, sendo iniciado com um processo espontâneo de posseiros e grileiros.

Numa entrevista concedida a Laércio Souto Maior, no ano de 1995, Oscar Martinez, dono da empresa Colonizadora Norte do Paraná (CNP), que ocupou a região de Assis Chateaubriand a partir de 1958, relatou que “Assis Chateaubriand nasceu com um projeto, não foi uma coisa empírica, desordenada”.¹¹⁸ O que percebemos por meio das entrevistas, entretanto, em especial pela fala de Maria, é que na prática, não teria sido exatamente assim. Diferente do modelo adotado por algumas companhias que ocuparam regiões vizinhas,¹¹⁹ não houvera uma busca por grupos específicos para ocupar as terras. E o planejamento da União D’Oeste, primeira empresa a atuar em Assis Chateaubriand, no início da década de 1950, e em especial da CNP que comprara a empresa no fim dessa mesma década, só viera depois que a região já estava parcialmente ocupada. A partir do depoimento de Maria, podemos dizer que o alcance das propagandas, em especial, da divulgação “boca-a-boca” é que determinou a vinda de migrantes posseiros para a região, que ocuparam as terras antes da chegada das colonizadoras.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ MAIOR, op cit. p.202

¹¹⁹ A Colonizadora Maripá, por exemplo, atuante na região de Toledo, que realizou um planejamento amplo de sua área de atuação, escolhendo, inclusive, a origem dos migrantes que ocuparia suas terras.

O fato de não haver uma estrutura básica para a chegada desses novos moradores, já que não havia ainda um planejamento da área (estradas, por exemplo), tornou a experiência do início, na visão de Maria, “muito difícil”.

As cinco famílias que saíram do norte, viajaram juntas em um único caminhão, lembrado como por ela de pau-de-arara, levando pouca mudança, especialmente porque não havia estradas para a região, tendo eles que passarem por picadas abertas em meio à mata. Maria relatou que pararam em Iguazuzinho, atual Cafelândia, no Paraná. A partir dali, os homens seguiram em frente, retornando para buscar a família apenas depois que os “ranchos” (casas construídas com as materiais retiradas da mata) estavam prontos. De acordo com ela, a viagem não foi fácil, durando cerca de doze horas. Tiveram que andar pela mata fechada, abrindo com facas e foices os espaços na mata.

[...] eles [os homens] derrubou mato. Fez os ranchos tudo. Aí a gente veio e entremos aí, mas com muita dificuldade. O caminhão despejou nós lá no, no lugar que chama vila São Paulo, pro lado de Nova Aurora. Acho que é pro lado de Nova Aurora. Aí a gente veio tudo de a pé, gastemo um dia pra chegar aqui onde era o acampamento. Aí, viemos, com criança, tudo, arrumou dois animal, e foi, pnhou aquelas coisas assim e dava os outros pra montar pra trazer as crianças. E a gente dentro daquela picada e eles cortando de facão pra gente poder vim pra chegar nos acampamento. Foi muito difícil, pra gente chegar. Que esses rios a gente passava no cocho, esse Rio Verde tinha tipo canoa. Aí a gente passava no lado de cá, pras terras, passava naquele cocho. E esse Rio Alívio também era... Passava com água assim na cintura, atravessa pro outro lado... Que era muito cheio naquele tempo, os rio.¹²⁰

Acostumada com a “cidade grande” Maria relembra sua chegada ao Oeste com estranhamento. Atribuiu ao termo “sertão”, a ideia de um lugar vazio, verde, onde “só se via a mata em volta e o céu acima, mais nada”. Na continuidade de sua fala:

Nós viemos pra cá eu não conhecia mato [...]. Depois viemo, entremo aqui no sertão[...] E aí entremo, fiquemo aí, até que depois de 4 ano que tirou uma picada pra Toledo, que já entrava com carro. Ia com carroção, quando adoecia a pessoa. Mas gastava dois dias daqui pra Toledo, porque chovia muito, muita poça d’água no caminho. Aí era difícil pra gente ir... Não dava pra sair daqui e ir num dia lá, tinha que pousar no caminho. E... foi... passando até que entrou o pessoal ai pra fazer estrada, tudo, e fazer acampamento, pra dividir terra, aí que melhorou mais, que juntou muita gente, fez a estrada, e começou a entrar jipe, aí do jipe já entrava caminhão. E foi melhorando. Mas foi muito difícil. Depois de um tempo.. porque a gente olhava só via o céu, não tinha.. Cascavel não tinha, pegar pra ir pra Cascavel, ia pegar lá em Cafelândia. Aí.. ia de a pé.. era 3 dias de viagem que eles, eles faziam quando precisava ir em Cascavel. Então... aí fiquemos aí,...Criemos os filhos, tudo, plantemo café.... colhemo café,.. depois a geada começou, já o café não dava. Aí.. ia

¹²⁰ FÁTIMA. Maria de. Op. Cit. Jun.2009

fazer outras plantas, tudo...Mas foi , foi bom porque fome a gente não passou... Porque era muito difícil as coisas. Mas tinha palmito, tinha , tinha carne de bicho do mato, matava anta, pescava, matava esse porco do mato. Você sabe no sertão tinha muito aquele tempo. No mato. Aí a gente não passava [fome], porque tinha que comer o que aparecia. (risos)¹²¹

As dificuldades apresentadas na fala mostram que a área onde Maria e as outras famílias se instalaram não estava preparada para receber moradores. O acesso às cidades próximas se dava por meio de picadas e que só podiam ser percorridas a pé, o que levava dias. “Era três dias de viagem que eles faziam quando precisava ir a Cascavel”, diz ela. Outra dificuldade é que a vida no “sertão”, distante de cidades, tornava difícil também o acesso aos alimentos, já que o que foi plantado demorou algum tempo para produzir, e os alimentos levados tinham acabado. A solução apresentada por Maria foi aproveitar o que podia ser encontrado na mata: “Mas tinha palmito [...], carne de bicho [...] no sertão tinha muito aquele tempo [...] aí fome a gente não passava.”¹²²

No depoimento de Maria, aparece por diversas vezes a palavra “sertão” quando se refere à Assis Chateaubriand ou mesmo à região onde se localiza. Partindo de sua fala, percebemos que o termo está ligado ao fato de que, na visão dela, o lugar ser de “puro mato”, quase despovoado, com “poucas famílias” e desprovido de recursos básicos. Sempre que suas lembranças retornavam às dificuldades enfrentadas em sua chegada ou à saudade que sentia da Bahia, lugar onde a expressão talvez fosse fonte de inspiração para seu uso naquele lugar.

No trecho abaixo, fala das saudades da Bahia com tristeza, dizendo que sentia falta de alguns alimentos, comidas entre outros itens que ela encontrava na sua cidade natal e que não encontrava no “sertão”.

Aí a gente já ia ficando assim, triste, né? [...] Sofri muita falta das coisas assim, porque, nós... Café mesmo, depois que nós plantou café, que colheu, que nós foi tomar café. Tomava café de milho: torrava o milho e moía no moinho e fazia café pra tomar, adoçado com mel de abelha Europa. Foi no sertão, quando nós entro já aqui [...] que não tinha.[café]. Aí dava saudade da Bahia.¹²³

Longe de uma utilização do Norte e Nordeste, como comumente se faz ao ouvir ou ler o termo, o uso da palavra “sertão” na narrativa de Maria está ligado a uma região “de puro mato”, quase “inexplorado” por ações humanas, ou de acordo com ela, “um lugar de muito mato e sem dono”. No âmbito de sua análise do uso do termo, Gilmar Arruda escreveu que:

¹²¹ Idem

¹²² FÁTIMA. Maria de. Op. Cit. jun.2009.

¹²³ idem.

Falar de “sertões” significa, entre outras coisas, dialogar com os significados atribuídos à natureza na construção de identidades e memórias. A dificuldade em estabelecermos limites temporais na análise pode ser percebida na própria amplitude que o termo “sertão” assumiu na sociedade brasileira, tanto temporal quanto espacialmente. A utilização da ideia de sertão para definir ou caracterizar determinadas regiões no Brasil é bastante antiga, datando dos tempos coloniais. [...] O seu mapeamento e identificação fazem parte da construção da “identidade nacional” e da afirmação do Estado nacional.¹²⁴

Para o autor, a natureza foi utilizada num primeiro momento como identificação do Brasil. Já no século XX, com a proclamação da República e o desejo de “atualizar” o Brasil, a natureza passava a ser identificada com o atraso, o vazio, o “sertão”, e a preocupação se volta para a construção de cidades e ocupação dessas áreas “vazias”. Arruda analisa que “o processo de urbanização e industrialização, principalmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, daria o grande impulso para a constituição do outro termo da polaridade, as cidades”.¹²⁵ Dessa forma, o sertão aparecia como sinônimo de lugar despovoado, deserto, coberto por matas sombrias, esperando apenas pela ação do homem dito civilizado. De acordo com o autor, estaria ocorrendo a criação de uma paisagem (cidade- civilização, progresso) pela negação de outra (sertão- deserto, atraso).

Dessa forma, percebemos que Maria utiliza suas experiências empregando as impressões muito próximas às apresentadas por Arruda em sua obra. Utiliza das imagens de cidades que havia conhecido ou por ter residido, no Estado da Bahia ou na cidade de Londrina, para fazer relações e comparações com a nova experiência na área não povoada, atrasada, a qual iria definir, em suas narrativas, como sertão.

O termo sertão não aparece apenas nas narrativas dos migrantes que chegaram antes da empresa colonizadora. Ele também foi utilizado em um telegrama escrito pelo jornalista e político Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, no ano de 1966, quando este foi convidado pelos donos da CNP, em especial pelo sócio Oscar Martinez, para a festa de emancipação da cidade que o homenagearia, sendo “batizada” com seu nome: Assis Chateaubriand. A então Tupãssi, que se emancipava do município de Toledo, considerada pelos donos da CNP uma “cidade de moderno traçado urbanístico”,¹²⁶ foi chamada pelo homenageado de “Burgo Sertão”. No telegrama de resposta à Martinez, o jornalista em tom

¹²⁴ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Entre a história e a memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p.18-19

¹²⁵ Ibidem. p.19

¹²⁶ MAIOR, Laércio Souto. op. Cit. p.89

sarcástico, recusou a homenagem, embora depois tenha consentido e participado da festa de emancipação. No telegrama em resposta ao convite, escreveu: “Não inventei nada disso no Paraná – você autor dessa confusão. Meu nome metido num burgo sertão paranaense. [...] quem pariu Mateus que o crie e embale”.¹²⁷ Chateaubriand depois explicaria que não se achava merecedor da homenagem, já que conhecia tantos outros nomes de homens corajosos que poderiam ser contemplados.

Gilmar Arruda também apresenta em sua obra a ideia de que o Oeste foi identificado pelos “modernizadores” do Brasil como a localização geográfica e a direção do sertão no Brasil. Dessa forma, de acordo com sua análise, quanto mais ao Oeste do país, mais sertão seria.

As narrativas de Maria apresentavam o desbravamento do “sertão”, de início, em pequenas áreas, para abrigar as famílias de posseiros que chegam para ocupar as terras, e em segundo momento, de áreas maiores, com trabalhadores contratados pela empresa Colonizadora União D’Oeste LTDA. Ela destaca que o aumento do número de famílias que chegou à cidade, e a administração da empresa, tornou mais fácil o acesso às cidades vizinhas e à própria cidade de Assis Chateaubriand, que estava sendo construída: “[...] E foi passando até que entrou o pessoal aí pra fazer estrada, tudo, e fazer acampamento, pra dividir terra. Aí que melhorou mais, que juntou muita gente, fez a estrada, e começou a entrar jipe, aí do jipe já entrava caminhão. E foi melhorando”. [...] ¹²⁸

O uso da expressão “foi abrir aqui” na fala de Maria, diz respeito à atuação da empresa União D’Oeste de forma mais específica. Quando a empresa então passara a se ocupar da derrubada da mata, loteamento e venda das terras.

Souto Maior destaca que a Sociedade União D’Oeste Ltda foi fundada para colonizar a região que começava no rio Melissa, em Nova Aurora e ia até o rio Azul, no atual município de Palotina, sob comando de Adízio Figueiredo dos Santos. Num trecho laudatório, afirma que:

Adízio Figueiredo dos Santos penetrou pela primeira vez as matas do grande Vale até atingir, resoluto, o espigão onde hoje é o bairro Jardim Progresso, na cidade de Assis Chateaubriand. Posteriormente, foram construídos um campo de aviação e um acampamento com hospedaria e escritório que serviriam de base de apoio para o trabalho topográfico de medição da área para venda dos lotes negociados pela Colonizadora. Antes, os nordestinos da expedição desbravadora numa caminhada impetuosa pela floresta, abriram a

¹²⁷ Telegrama em resposta ao convite feito por Oscar Martinez para que o jornalista Assis Chateaubriand se fizesse presente na cerimônia de emancipação da cidade que o homenagearia recebendo seu nome- Assis Chateaubriand- em 20 de julho de 1966. In: SOUTO MAIOR. Laércio. Op. Cit. p.373

¹²⁸ FÁTIMA. Maria de. Op. Cit. jun.2009

picada pioneira, batizando os acidentes geográficos: rio Baiano, Verde e Alívio.¹²⁹

No trecho acima, além da valorização dos trabalhos de Adízio e dos nordestinos, há a ideia de pioneirismo no que se refere à chegada à região: “Numa caminhada impetuosa pela floresta, abriram a picada pioneira”, como se tivessem sido os primeiros a “desbravar” as matas pertencentes ao lugar, negando a existência dos migrantes que já iniciaram esse trabalho em anos anteriores.

Em relação às cidades de Assis Chateaubriand, Tapejara, Nova Aurora, Iracema do Oeste, ninguém tira esse láureo do bravo Adízio Figueiredo dos Santos e o seu grupo de camponeses nordestinos que, pioneiramente botaram a marca de suas botas e botinas nas terras roxas tão cobiçadas do Vale do Piquiri.¹³⁰

Longe de querer discutir o “pioneirismo” das terras, nossa análise quer pontuar o silêncio com relação aos migrantes que chegaram à região num período anterior a União D’Oeste, como o caso de Maria, por exemplo. Ao negar a existência dos posseiros há o objetivo maior que uma disputa pela memória “pioneira”, que é tentar silenciar a violência que se iniciava com a tentativa de expulsão das terras para a atuação da empresa Colonizadora.

Na sequência da entrevista, Maria lembrou que depois de quatro anos já estabelecida na região, chegou a primeira empresa Colonizadora para lotear e vender as terras da região, ou seja a União D’Oeste. Perguntamos a Maria, o que aconteceu, quando essa empresa chegou à região, e assim nos respondeu:

Maria: Aí foi diferenciando, porque foi abri aqui, né? O patrimônio. E... Aí já começou vim o pessoal, já com... fazendo as casas e ponhando armazém e tudo.

Entrevistadora: E na hora que começou esse processo, como é que vocês viam isso? Vocês ficaram um pouco assustados com essa mudança que a colonizadora trazia?

Maria: A gente ficava, né? Mas o que que a gente ia fazer? Já tava ali mesmo.[...] E, com nós nunca mexerem porque nós já veio e .. e já tudo certo, né?

Entrevistadora: E não teve problema de brigas por causa de terras?

Maria: Briga teve. A Companhia com os grileiros, vixe..[...] Matou, morreu tanta gente que só vendo. Vinha aqueles, não sei quantos jipes cheio de

¹²⁹ MAIOR. Op. Cit. p.49

¹³⁰ idem.p.48

bandido, ponzava aqui nesses matos. Dali um pouco os outros vinha. Eu sei que tinha vez deles deixa uns oito lá dentro de uma valeta. [...] Fazia umas valetonas assim e tampava de folha e entrava lá de baixo pra matar os outros que vinha chegando pra atirá eles, né? Aí quando os de lá, que tava lá debaixo... catava e matava. Meu marido mesmo e os... aqueles mais [...] velhos que ficava aqui quando passava os tiroteio, ele ia lá vê, achava de oito, eles amarrava um cipó nos pé e rastava e jogava dentro daquela valetona assim, e deixava lá. [...]

Entrevistadora: quem matava, era o pessoal da colonizadora?

Maria: Era grilo. Agora ninguém sabe, né? Era uma briga... de terra... era briga de terra, tanto matava de uma ponta quanto de outra, mas foi uma briga... de terra aqui foi feia... não foi boa não. Até cachorro aparecia no rancho da gente atirado.

Entrevistadora: Morreu bastante gente então?

Maria. Morreu¹³¹

Nesse instante da entrevista, Maria foi interrompida por uma de suas filhas, que se aproximou da mesa em que realizávamos a entrevista e escutando a mãe relatar sobre a violência, pediu para que ela parasse de falar sobre o assunto, dizendo que é muito perigoso falar disso. Maria retomou a narrativa dizendo: “Só que agora a gente não pode nem...falar disso...” e se silenciou.¹³²

Dois pontos chamam a atenção nessa parte do depoimento. O primeiro são as memórias em torno da violência. A “guerra de trincheira” presenciada por Maria, que observava as “valetas” sendo feitas primeiro para proteger os posseiros, e depois, para enterrar seus corpos e os jipes “cheios de bandido”, aponta para um grupo de certa forma, organizado. Podemos dizer que os ataques eram planejados, já que precisava tempo para se fazer as “valetas” e esconder esses homens na mata. Maria dissera não saber explicar quem eram, apenas identificando como “grilos” que matavam “tanto de uma ponta quanto da outra”, ou seja, tanto pessoas da colonizadora quanto de posseiros.

Ao dizer que “até cachorro aparecia no rancho atirado”, Maria busca expressar a dimensão da violência que presenciava. Como ela mesma narrou “a briga de terra foi feia... não foi boa não”.

No início desse trecho de sua narrativa, lembrou que a empresa “não mexeu com ela”. Ou seja, que sua família não tivera nenhum problema com a colonizadora. Por outro lado, sua situação de posseira, fez com que tivesse que “negociar” suas terras com a empresa. A sequência de sua narrativa mostra que as pessoas que vieram para a região com ela tiveram que pagar as terras para a colonizadora, visto serem frutos de grilo.

¹³¹ FÁTIMA. Maria de. Op. Cit.jun2009.

¹³² A filha pede por duas vezes para que o trecho seja apagado da entrevista, que não seja utilizado. Disse que era “perigoso” falar desse assunto, que era melhor não comprometer a mãe dela.

A entrevistada lembrou que algumas pessoas “tiraram” muitos alqueires de terra, que depois vendiam para terceiros. A chegada da Colonizadora fez com que muitos deles perdessem essas terras. Alguns desses grileiros chegavam, de acordo com ela, a oferecer terras para quem ajudasse a derrubar a mata. Lembra-se que foi oferecido ao esposo dez alqueires de terras. “E acabou, não deu certo porque quando entrou... tinha bastante terra mas quando entrou a colonizadora tirou um tanto. Por causa que era, porque vendia assim, o povo vendia sem .. sem ... porque era do Estado.”¹³³

Maria reconhece que a posseção das terras era um risco, que era vendida sem a devida documentação. Ela lembra que quando a Colonizadora entrou eles tiveram que pagar pelas terras, e os que não queriam, abandonavam tudo e iam embora. Assim, seu esposo não teria recebido os 10 alqueires, porque com a chegada da Colonizadora, os grilos tiveram que parar, tendo, seu esposo que pagar pelas terras que já tinha “aberto” e plantado. Como, de acordo com Maria, “tudo foi acertado” com a Colonizadora, ela teria apenas assistido às lutas entre posseiros e a empresa, não sendo “vítima” dela. Já os demais, teriam que negociar com a empresa, pagando ou devolvendo as terras adquiridas. Em alguns casos, esses posseiros foram embora, ou expulsos pela empresa.

O relato de Maria representa uma das práticas que teriam sido adotadas pelas empresas colonizadoras União D’Oeste Ltda. e Norte do Paraná S/A, em sua área de atuação na região, de acordo com a pesquisa realizada pela historiadora Rita Boritza em sua monografia de especialização.¹³⁴

Boritza apresentou as práticas, de acordo com ela “bem conhecida”, para expulsar os posseiros da área de atuação da empresa Colonizadora. De acordo com a autora, primeiro a Colonizadora fazia uma proposta de venda das terras ao posseiro, que tinha um prazo entre 30 a 90 dias para se decidir. Caso o posseiro não a aceitasse, a Colonizadora fazia o despejo das famílias, que eram “removidas sob a mira de jagunços armados [...] os sinais de posse eram destruídos; árvores eram cortadas, casas eram queimadas [...]”. Ela descreve que a ação acontecia da seguinte forma:

Requeria despejo sem mandado oficial, segundo os métodos já conhecidos. Andando por municípios e distritos como Novo Tupãssi, Jotaesse, Bragantina, Nice, Nova Aurora, e outros, era comum encontrar, em terrenos baldios, restos de móveis velhos, todos quebrados, camas, mesas, que aos

¹³³ FÁTIMA. Maria de. Op.Cit. jun.2009.

¹³⁴ BORITZA. Rita. *Os conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand*. 1994. Monografia (especialização em História)-Facitol, Toledo. 1994.

pedaços, os homens da Colonizadora atiravam num canto qualquer. As famílias expulsas das terras ficavam desmanteladas sem ter para onde ir.¹³⁵

Os “métodos já conhecidos” citados pela autora estariam ligados às ações de violência praticadas por funcionários das colonizadoras. Possivelmente, os descritos por Maria e por Antônio em seus depoimentos. Nos dois casos, entretanto, embora relatassem as ações da empresa colonizadora, ambos afirmam que apenas viram ou ouviram falar dos atos de violência praticados por jagunços a mando da empresa. Nosso próximo depoente, entretanto, nos apresentou um relato onde ele foi, e diz ainda ser, vítima de um desses “métodos” utilizados para expulsão de posseiros de terras na área de atuação da CNP.

A família de João Pedro,¹³⁶ morador do distrito de Bragantina, com 67 anos, casado, natural de Sorocaba, estado de São Paulo, chegou aos 10 anos de idade no Paraná. Em 1953 chegou a Maringá, mudando-se para Terra Boa e, desde 1971, passou a morar em Bragantina, distrito de Assis Chateaubriand. Nesse período, ele lembrou que Assis já era uma cidade, com prefeito, estradas, e muitas pessoas vinham de longe para conhecer e morar nela porque crescia muito rápido, “tinha fama de ter terra boa”, relatou.

João nos contou um pouco de sua trajetória ao chegar a Assis Chateaubriand e as lembranças que articula do período em que, estando estabelecido em suas terras, viu-as sendo invadidas por tratores e policiais armados:

Comprei dez alqueires de terra. Meu pai comprou cinco e nosso amigo José Grotta comprou mais cinco. Aqui era só mato, pouco a pouco fomos derrubando o mato, e em 1979 destocamos tudo. [...] Em 1981 estava tudo destocado¹³⁷.

João contou que construíram as casas e começaram a plantar nas terras, já que essas realmente eram muito boas. Mas quando estavam começando a produzir, tiveram uma surpresa:

Foi quando chegaram aqui nove tratores juntamente com as duas delegacias de Assis Chateaubriand, a militar e a civil. Em cima de cada trator havia um policial armado de metralhadora, sem nem ao menos comunicar, começaram plantar na nossa terra. [...] Os tratores eram de várias fazendas, até da cidade de Nova Aurora, essas pessoas que invadiram eram da colonizadora do Martinez. Aqui havia muitos policiais, fuzis e metralhadoras, principalmente

¹³⁵ BORITZA. Op. Cit. p30.

¹³⁶ PEDRO, João. (fictício) Aposentado. Entrevista cedida a mim. Bragantina, Assis Chateaubriand. Áudio digital. 45min.23s. 10 out. 2010.

¹³⁷ idem

em volta da casa, o que assustava muito meus filhos, que choravam sem parar querendo ir embora. Essa foi para mim a maior decepção, pois sou honesto e trabalhador.¹³⁸

De acordo com João, sua propriedade teria sido invadida no ano de 1981, a mando da colonizadora Norte do Paraná, “do Martinez”, respaldado por forças policiais. Vários tratores teriam entrado nas terras que seriam de propriedade de sua família e passaram a plantar como se as mesmas pertencessem à Colonizadora. A família foi intimidada pela presença dos policiais, de acordo com ele “bem armados” e seus filhos “choravam sem parar querendo ir embora”. João lembrou que ficaram sem saber o que fazer já que a ação os impedia de “registrar queixa”, uma vez que a própria polícia estaria participando do que chamou de “invasão”.

Com a invasão não tínhamos para quem registrar queixa, uma vez que eram os próprios policiais que estavam invadindo nossa terra. Então, fomos fazer a queixa na capital [Curitiba]. Éramos onze famílias, perdemos toda nossa terra. Está num montante de cinquenta e oito alqueires. Já tínhamos calcariado toda a terra, e depois da invasão tivemos que trabalhar na bóia-fria para pagar. Tudo o que plantamos foi derrubado pelos tratores e arrastões. Perto de minha casa ficaram homens dormindo de tocaia por dois meses, pois segundo estes nós iríamos destruir os implementos agrícolas. Muitas vezes eu tinha que sair por um lado da casa e voltar por outro para não morrer assassinado.¹³⁹

João, em sua narrativa, lembrou que conviveu durante meses com a presença de jagunços em volta de sua casa. E que eles alegavam que se estes saíssem, a família poderia destruir os maquinários que a empresa havia instalado nas terras. O medo de ser assassinado pelos “invasores” teria feito João sair e voltar para sua própria casa escondido: “tinha que sair por um lado da casa e voltar por outro para não morrer assassinado”, lembra ele. João nos conta que tentou, juntamente com outras 11 famílias que tiveram suas terras invadidas, uma ação judicial para reaver a posse das terras, mas não obtiveram nenhum resultado positivo. Na sequência de sua narrativa, contou que:

Quando nossa terra foi tomada pensamos em reavê-la na justiça porque nos tomaram a força, sem mandato judicial, mais não deu em nada. Perdi tudo o que tinha. Hoje luto na justiça por apenas trezentos metros de terra, que é onde moro com minha esposa, pois o restante foi falsificado documentos, me fazendo perde-las. Terra boa e plana não sobra para pobres, por isso ficamos

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

apenas com um buraco. As famílias expulsas ficaram desmanteladas, sem ter para onde ir, tendo que recomeçar do zero.¹⁴⁰

Durante a entrevista, João apresentou uma cópia do documento registrado na Divisão Policial do Interior da cidade de Curitiba, no dia 30 de setembro de 1981, contra a Colonizadora Norte do Paraná. No documento consta a denúncia da invasão e alguns nomes apresentados pelas famílias envolvidas:

[...] No distrito de Bragantina, no dia dezesseis, uma quarta-feira, do mês em curso por volta das dez horas a propriedade mencionada foi invadida por quatro policiais militares devidamente fardados e um à paisana que é da Polícia Civil e que geralmente dirige a viatura policial da DP de Assis Chateaubriand. Os militares devidamente armados com duas metralhadoras e rifles e ainda revólveres, faziam a cobertura a oito tratoristas que passavam arrastão e plantavam milho, pois a área já estava preparada para plantio, cuja preparação do terreno para tal havia sido realizado pelo queixoso e seus acompanhantes [...] também o senhor João Palhosas com uma caminhote C-10, bem com outro conhecido por Santos Coldebellas, que a invasão perdurou cinco dias, com toda a citada cobertura de policiais militares e do policial civil e de delegado de polícia Pedro Saugo¹⁴¹

O documento representaria a denúncia que João, juntamente com outros vizinhos, teriam realizado junto à Polícia de Curitiba. Ao todo seriam onze famílias prejudicadas com a invasão. Delas apenas João ainda reside até hoje no local. Sua situação é bastante complicada. Em sua casa, situada no distrito de Bragantina, não há energia elétrica nem água encanada. Já que ele não possui documentação do terreno nem da casa onde mora. Sua casa ainda de chão batido, não há televisão, rádio ou geladeira. Ele diz que sente como “se estivesse vivendo há cinquenta anos atrás”[sic]. No entanto, resiste, e nos relata que não sairá de suas terras.

João lembrou que os momentos mais difíceis foram quando os jagunços ameaçaram sua esposa, pondo uma arma em sua cabeça: “foi humilhante e traumatizante, mais mesmo assim ainda esta aqui junto comigo, os dois esperando por justiça. Fui várias vezes à Curitiba para rever meu processo, mas o advogado que arrumei tinha medo dos poderosos e engavetava tudo”.¹⁴² João encerra sua entrevista dizendo que ainda acredita que a justiça será feita, e que enquanto isso, a vida dele era aquela que a gente observava, ou seja, em pleno século XXI, condições de vida precárias, correspondentes á séculos anteriores.

¹⁴⁰ Idem

¹⁴¹ PARANÁ. Divisão Policial do Interior, 1981

¹⁴² PEDRO, João. (fictício). Op. Cit.2010.

Tivemos acesso a outros depoimentos e documentos que apontam para as memórias em torno de casos de violência que teriam ocorrido entre as empresas colonizadoras que ocuparam a região da atual Assis Chateaubriand e de posseiros durante a década de 1950 e 1960. Um deles nos chegou por meio de análise de jornais do período, que embora não ocorresse onde hoje está localizada a cidade de Assis, está dentro da área de atuação das empresas colonizadoras, e faziam parte do lote de terras comprado pelas empresas.

O jornal em questão é o *O Estado do Paraná*, de 02 de fevereiro de 1978, um dos jornais que circulavam na região de Assis Chateaubriand nesse período. Nessa edição, o referido periódico apresentou uma entrevista realizada com Olívio Bállico e sua esposa Lourdes Bállico, moradores da cidade de Nova Aurora, também área de atuação da empresa Colonizadora União D'Oeste LTDA, a primeira a ocupar as terras situadas na região. A família, se dizia residente em uma fazenda ao lado de uma propriedade de Adízio Figueiredo dos Santos, sócio proprietário da Colonizadora União D'Oeste. E a matéria chama atenção pela denúncia de atos de violência que estariam sendo praticados pela empresa à família Bállico. Na matéria, a família dizia-se isolada quando jagunços, a mando de Adízio Figueiredo, invadiram suas terras, destruindo suas plantações, no ano de 1968. Encontramos, além da matéria no jornal, uma dissertação defendida pelo historiador Maurílio Rompatto em 1995, cujo segundo capítulo é dedicado a contar a história da família Bállico. De acordo com Rompatto, a família Bállico teria saído de Erechim, no Rio Grande do Sul, chegando à Nova Aurora a seis de setembro de 1955. Os direitos de posse sobre as terras teriam sido compradas de posseiros totalizando 400 alqueires, na atual cidade de Nova Aurora.¹⁴³

Olívio Bállico contou ao periódico acima citado, que em 1952 sua família comprou 400 alqueires de terras, demarcadas pelo Estado, com requerimento deferido, onde havia casas de seus familiares e uma plantação de hortelã. De acordo com ele, a família percebeu uma movimentação que havia começado dias antes, na fazenda ao lado da sua, de propriedade de Adízio Figueiredo, onde a família observava “diversos homens retirando estranhos carregamentos de cinco aviões estacionados na sede da fazenda”. E, na manhã de 23 de maio de 1968 os jagunços da Colonizadora União D'Oeste teriam invadido sua fazenda. Ele relatou que:

Eram 11 jagunços armados com um arsenal de guerra: duas metralhadoras, várias automáticas de 20 ou 25 tiros, fuzis, revólver de calibre grosso, então sem nem se fala, montaram depressa uma barraca de lona, ali no alto,

¹⁴³ ROMPATTO, Maurílio. *O Vale esquecido: memórias da luta pela terra em Nova Aurora, Paraná, desde os anos 50*. Dissertação (mestrado em História). Puc, São Paulo, 1995.

descarregaram caminhões com palanques e arame farpado e cerca. E começaram a invadir nossas terras. Meu irmão Jacy ainda foi perguntar para o Adísio (sic) Figueiredo se ele tinha um mandado judicial e não conseguiu mais do que a resposta em tom ríspido: - não tenho, sou dono.¹⁴⁴

A família, não se intimidando, permaneceu nas terras. Porém, de acordo com Olívio Bállico, todos ficaram ilhados em quatro alqueires, onde estavam as casas e os pomares. Os trinta alqueires de terras onde estavam plantados hortelã foram saqueados: “colheram o nosso hortelã, roubaram o alambique”, destacou Olívio na sua entrevista.

Lourdes, sua esposa relatou ao jornal que “as rajadas de metralhadoras cortavam as copas das árvores, as Santa Bárbaras ficaram sem folhas. Numa dessas ocasiões, a mulher do Jacy [irmão do Olívio], que entrou em pânico em casa, veio pedir ajuda, mas veio desmaiando aí pelo caminho e quase não podia chorar de tão branca e assustada”.¹⁴⁵

As lembranças de Lourdes trouxeram à tona o medo que, com o passar do tempo e a sequencia da “invasão”, fez com que boa parte da família abandonasse as terras.

O jornal continuou com a matéria mostrando que durante seis meses a família denunciou a ação às justiças de Cascavel e Formosa do Oeste, mas, de acordo com a família, ninguém apareceu. No ano de 1977, véspera de eleições em Cascavel, quando o presidente da República Ernesto Geisel estivera por lá, a família de Olívio entregou a ele uma carta, “denunciando a violência usada por Adísio (sic) para confinar as famílias em 4 alqueires de terra, bem como o verdadeiro regime de escravidão”¹⁴⁶ em que a família vivia. Já que, de acordo com a família, nos quarto alqueires era impossível sustentar toda a família. Além de isolados, passavam necessidade de quase tudo, inclusive alimentação.

O relato dizia que logo após a entrega da carta, alguns homens da Polícia Federal estiveram na área da fazenda, fazendo vistoria. Mas em pouco tempo eles “foram embora e nunca mais os Bállico tiveram notícias deles, o que já começa a inquietar alguns irmãos, que já falam em obter as terras de volta por outros meios”.¹⁴⁷

Continuando a entrevista ao jornal, Olívio disse que, ainda em 1975, anos depois da invasão de suas terras, Adízio continuava a ameaça-los em seus quatro alqueires. Ele lembrou ao jornal que, naquele ano, os aviões de Adízio “estavam pulverizando as lavouras dele, [e]

¹⁴⁴ DENÚNCIA. O Estado do Paraná. 2 fev. de 1978.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

passaram sobre nossas casas direto, encobrindo-as por uma nuvem espessa de veneno. Oito crianças ficaram intoxicadas. Demos queixa, mas ninguém ligou”.¹⁴⁸

A família se queixou de não terem obtido ajuda, já que de acordo com eles, bastava alguém ir lá, ver a situação e denunciar. “tão fácil, meu Deus!”, desabafou Olívio ao jornal. Até a data da entrevista, a situação ainda não havia sido decidida judicialmente. A família continuava ilhada em quatro alqueires e o restante da área estava na posse de Adízio Figueiredo.

A entrevista mostra o caso, muito parecido com o que encontramos em Bragantina, distrito de Assis Chateaubriand, onde a família decidiu enfrentar a colonizadora e, apesar dos riscos, continuar na área, esperando a ação da Justiça. O casal, autores da entrevista apresentada ao jornal, faleceu sem ver a situação de suas terras resolvida.

Uma entrevista realizada para fins de outra pesquisa em 2001, na cidade de Marechal Candido Rondon, mostra que mesmo tendo tomado rumos distintos daqueles que permaneceram na cidade, quando relembram o passado, não há como deixar de fora os aspectos da violência que teria acontecido em Assis Chateaubriand nas décadas de 1960 e 1970. São memórias que marcaram de alguma maneira a vida dessas pessoas. Uma pequena amostra disso encontra-se no depoimento colhido por Robson Laverdi, para realização de sua tese de doutorado.¹⁴⁹ A depoente nome de Leopoldina Angélica Lopes, na época da realização da entrevista com 55 anos, era natural do Estado de Minas Gerais, e por motivos políticos, deixou o estado e passou a morar com seus pais no Paraná:

Entrevistador: Uma vez estando em Apucarana, vocês ficaram muito tempo lá ou não?

Leopoldina: Em Apucarana mesmo a gente ficou 6 anos. Aí depois a gente foi pra Bom Sucesso, numa fazenda. O pai foi experimentar a planta de café, numa fazenda bem grande. Aí da fazenda a gente veio para Assis em 1965. Veio para Assis.

Entrevistador: Também foi nesse espírito pra Assis, pra desbravar aqui essa região?

Leopoldina: É... era tudo sertão. Aí o pai vendeu tudo que tinha lá e comprou em Assis. Então naquela época em Assis... a... nem era emancipado ainda, não era município. Então ainda... a gente chegou no mês de maio.

Entrevistador: De 65?

Leopoldina: É. Maio de 1965. E no dia 20 de agosto, foi que aquele jornalista Assis Chateaubriand, que era dono da gleba... Ele veio, houve uma festa muito grande, quando Assis se tornou município. Até uma cidade bastante, violenta.

Entrevistador: Assis era violenta?

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Laverdi, Robson. *Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas*: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba. Aos Quatro Ventos. 2005.

Leopoldina: Assis tinha muito jagunço. Nossa, a gente via cada... Morava na cidade uns tempos até abrir o sítio, depois ir pro sítio, fazer a casa. Morava perto de um hospital, a gente via cada coisa esquisita (risos).¹⁵⁰

É interessante observar que a expressão “sertão” ainda aparece na fala da depoente, embora esta já se refira ao ano de 1965, um ano antes da emancipação da cidade. A sua fala faz referencia também à festa de emancipação da cidade, onde além de autoridades políticas, fez-se presente o homenageado pela empresa colonizadora CNP, o então jornalista Assis Chateaubriand. No entanto, nosso destaque em sua fala, é quanto a frase “uma cidade bastante violenta”. Embora não especifique sobre o tipo de violência que se refere, ela continua o relato dizendo sobre a presença de muitos jagunços na cidade. Quando lembra “a gente via cada coisa esquisita”, poderia estar se referindo aos atos de violência já narrados anteriormente por outros depoentes.

Na sequencia do depoimento, ela contou sobre o tempo que ficou naquela cidade e as experiências que tivera como professora. Ela disse que Assis foi seu ponto de referência, onde teve seu crescimento como pessoa.

Laverdi então retomou ao que ela havia relatado sobre a cidade de Assis:

Entrevistador: E assim, fiquei curioso agora. Essa coisa de Assis ser violento, [...] um dos meus depoimentos, dos meus entrevistados, eles falavam de que vinham pra Assis, chegou em Assis, que tinha a questão de terra. Uma região de conflito de terra.

Leopoldina: Ali tinha a Gleba dos Cinco Mil, não lembro mais quem era o todo poderoso. Que nós morávamos na saída pra Umuarama, na beira da estrada. Então volta e meia passava aqueles carros do Exército. Era uma estradinha bem estreita, mal passava um carro. Passava esses carros do Exército. Aí a gente ficava sabendo, ta indo pro Cinco Mil. Então...

Entrevistador: O que era isso?

Leopoldina: Era uma gleba, que era apossada. Tarcisão era o nome do Valentão lá do sítio.

Entrevistador: Tarcisão?

Leopoldina: Tarcisão (risos). Ele tinha um jeepão bem (não audível).¹⁵¹

Mais uma vez à referência a Gleba Cinco Mil e aos posseiros que lá residiam. O nome do “valentão”, ou do chefe, para Leopoldina era Tarcisão, talvez uma confusão de nomes com o “Narcisão” apresentado no depoimento anterior, ou talvez outro jagunço de nome parecido que também estava encarregado de “cumprir ordens” na região. Na sequência, Laverdi pergunta à depoente:

¹⁵⁰ LOPES, Leopoldina Angélica. 46 anos. Entrevista realizada por Robson Laverdi. Marechal Cândido Rondon. Fita K7. 15 fev. 2001.

¹⁵¹ Lopes. Leopoldina Angélica. Op.cit. fev.2001

Entrevistador: Isso acabou lá em Assis?

Leopoldina: Depois acabou. Depois acabou assim que... Com tempo foi... Realmente o povo não reagia praquilo. Porque a Justiça era muito lenta, eu acho. Acho que é isso, porque... Já vou mexer noutro lado... Nós tínhamos pra baixo de casa, perto do Rio Pequiri, tinha uns alemães. E tinha uma mulher assim, a gente achava estranho, porque ela ia pra Assis, uns 20 km, ia de bicicleta, passava em frente da nossa casa, com uma criança numa cesta. Então... essa alemoa, não sei o quê... aquela história. Depois eu fui até um dia com o pai buscar muda de batata na casa do seu Artur, que morava no lado dos alemães. Aí nos chegamos lá e aí o seu Artur foi mostrar onde tinha um buraco no meio do batatal, onde tinha matado o pai dela e enterrado pra ficar com as terras dele. E ela ficou presa em Toledo uns tempos, teve aquele nenê lá em Toledo, depois foi solta, nunca mais a gente ouviu falar. Assim, ela não ficou cumprindo pena. Então umas coisas assim, não sei... [...] Estranho, porque a gente também não entendia, não entendia de lei nem nada, falava que tudo... tinha que ser daquele jeito mesmo e pronto.¹⁵²

A violência relatada, embora não tenha sido presenciada pela família, nem pela depoente, ainda causou-lhe estranhamento. No entanto, o que chamou atenção na sua fala era o conformismo que parecia existir com relação a esses atos praticados, como se nada pudesse ser feito, “tinha que ser daquele jeito mesmo e pronto”. Ela continuou contando que:

Bem próxima de casa mesmo um rapaz matou o outro, um alcoólatra, sem motivo nenhum. E, a gente só sabia que ele tinha matado, mas a gente nem conhecia o criminoso. Sabia que ele morava ali, mas era peão. Um dia o pai tava... Nós pegava muitos peões, que passava pedindo serviço, trabalhava assim com lavoura de hortelã. Tinha muito trabalho braçal, e o alambique funcionava 24 horas por dia, o pai precisava de muita gente. Tinha os caminhões, tudo né? Aí o pai contratou um peão. Passado uns dois dias o pai chegou em casa meio assustado, depois do almoço, meio assim ressabiado. Ele falou: é, acho que tou numa enroscada. A mãe falou: o que que foi, que aconteceu? Ele falou assim: não é que aquele peão que eu contratei é o criminoso, lá daquele rapaz lá da venda do seu Luis (risos). Ele mesmo, ele não se sentiu bem trabalhando junto com os outro peão nosso, que era tudo assim como da família, comia na mesa com a gente. [...] acho que ele mesmo, não sentiu bem, confessou o crime. Aí o pai pediu pra ele, falou assim: olha, acho que não vai dar certo. Ele disse: eu já pensei mesmo, tenho que ir embora. Ele foi embora. Mas não foi preso, nem denunciou nem nada, porque, não tinha aquele negócio, de denunciar as pessoas. A gente se sentia bem se a pessoa tava se afastando da gente, e não... não tinha aquela mentalidade, tem que ser castigado, tem que ser preso, que nem hoje tem. Porque... não sei o motivo que a pessoa matou, mas matou. Então parece que

¹⁵² Idem.

tinha aquela vontade de se ver livre daquele criminoso. Mas não... Era mentalidade das pessoas.¹⁵³

Novamente a presença de uma versão do conformismo. Embora a família não se sentisse segura com a presença de um confesso assassino entre eles, apenas sugeriu que fosse embora. Como afirmou a própria depoente “não foi preso, não denunciou, nem nada”. O desejo era apenas de ficar longe, “se ver livre do criminoso”, mas a denúncia, o castigo pelo crime não “era mentalidade das pessoas”. Assim, a depoente aponta para o silenciamento dos crimes cometidos, seja por jagunços ou não, por motivos de terras ou qualquer outra razão.

Percebemos isso também com relação a outros depoimentos, e mesmo nas matérias de jornais, poucos foram os que denunciaram, os que se propuseram a falar sobre o assunto. Parecia mesmo que a intenção era apenas a de se “ver livre”, de ficar longe. Por esse motivo, com o passar do tempo, essas histórias acabaram sendo deixadas de lado, quase esquecidas. Por medo, comodismo, ou como disse nossa depoente, por não fazer parte da mentalidade das pessoas que achavam que “tinha que ser daquele jeito e pronto”. O que percebemos em algumas entrevistas, especialmente ao tocar no ponto específico da violência, era mesmo certa resistência ao relatar cenas de violência e morte. Os risos eram quase sempre nervosos.

Quando retomamos a entrevista concedida por Maria que, depois de interrompida pela filha, ela nos disse: “mas hoje a gente não pode mais falar disso”, ou mesmo quando, durante a gravação do depoimento de um ex-funcionário da CNP quando este interrompeu a fala e nos pediu para apagar a entrevista, percebemos bem a dimensão ainda presente desse medo. Poucas pessoas tiveram a coragem apresentadas pela família Bállico da cidade de Nova Aurora, e a família de José Pedro do distrito de Bragantina de enfrentarem a empresa e de denunciar os abusos praticados. Em ambos os casos, o enfrentamento teve consequências. Em Nova Aurora, a família isolada e ameaçada com veneno lançado ao ar, e em Bragantina, o isolamento, que deixa a família sem água encanada e energia elétrica.

No entanto, maior que a coragem de lidar com esse passado de violência, é o medo que ainda hoje percebemos nos moradores que vivenciaram o processo. Na oralidade de fala da existência de outros casos parecidos aos apresentados, no interior e fora da cidade de Assis Chateaubriand, no entanto, poucos são aqueles que aceitam falar. Porém acreditamos que os casos apresentados cumprem a função de dimensionar as disputas em torno da terra, ocorridos no âmbito de atuação da União D’Oeste e da CNP, e principalmente, a disputa em torno das memórias desse período.

¹⁵³ Idem.

O medo das pessoas impediu-nos de ter acesso a outros depoimentos. Algumas falavam assustadas, ou silenciavam quando pedíamos para relatar suas experiências. A maioria se recusou a gravar entrevistas. Houve casos em que uma entrevista foi iniciada e interrompida, e algumas delas não prosseguiram. Duas delas, pediram-nos para apagar a gravação. Outras simplesmente disseram nada saber do assunto, quanto sabíamos que tinham inclusive participado de alguma ação envolvendo conflitos com a empresa colonizadora.

Esses atos, mais que os depoimentos, mostram que os conflitos não ficaram no passado, ao contrário ainda fazem parte das lembranças e são ativas de algum modo no presente. Nesse caso, o silêncio representa mais que qualquer palavra.

Pollak trabalha a memória como um campo de disputas que ocorre não apenas no nível macro, mas também nas relações dos grupos com a sociedade que estão inseridos. No seu artigo *Memória, Esquecimento e Silêncio*, o autor aponta para os mecanismos utilizados por grupos dominantes para imporem uma memória oficial desconsiderando as diferentes especificidades. O silenciamento dessas outras memórias, entretanto, de acordo com Pollak, não as apagou. Elas permaneciam e aguardavam o momento de ressurgirem. Assim, podemos perceber, a partir das memórias apresentadas, que embora o poder público tenha buscado diluir essas memórias em torno da formação da cidade de Assis Chateaubriand, elas permanecem vivas e possíveis de serem analisadas ainda que as barreiras do medo e do silêncio se apresentem.

Acreditamos que a razão do medo esteja ligado à força que o grupo representava na cidade. Ou seja, a empresa Colonizadora se dizia dona das terras, possuíam e apresentavam documentos, e principalmente, poder. Tinham ao seu lado armamentos, homens, e políticos. Grupos políticos importantes como o grupo Oscar Martinez que além de dono da empresa, era dono de uma rede de jornais impressos, rádio e televisão no Estado do Paraná e possuía uma rede de relações bem próximas a políticos importantes de dentro e fora do Estado.

Por isso, o baú com todo esse passado “amenizado” de Assis Chateaubriand, só poderia ser aberto por alguém que tivesse nesse âmbito. O momento de fazer essas memórias virem à tona tinha data e encontro marcado: o horário eleitoral na campanha de segundo turno para governo do Estado do Paraná em novembro de 1990, onde as memórias sobre esse passado ressurgiram em outro âmbito e com outras dimensões.

CAPÍTULO III

DE “SERTÃO” A “VELHO OESTE: AS RESSIGNIFICAÇÕES DA MEMÓRIA

[As] lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

(Pollack, Michael. 1989.p3-15)

Embora o poder público, ao cristalizar memórias sobre a formação de Assis Chateaubriand, não as tenha apagado, como percebemos no capítulo anterior, ele deixou marcas, que ainda hoje intimida e silencia. Percebemos pelos relatos que a presença de pessoas que participaram desse processo e saíram “vencedoras”, e talvez a presença do escritório e funcionários da CNP na cidade, ainda faz com que muitas memórias fiquem guardadas. No entanto, foi possível perceber que apesar de não publicizadas, em especial na versão pública, essas memórias estão presentes dentro dos vínculos familiares, são contadas dentro das casas e, em alguns casos, fora dela, tomando-se o cuidado em não concorrer com a memória pública e/ou não sofrerem retaliações, o que fazem com que essas memórias fiquem à margem do processo, escondidas, porém, como vimos, não esquecidas.

Há disputas que são travadas a todo instante, entre essas memórias “subterrâneas” e as memórias “oficiais”. Pierre Nora escreveu que a “memória é um fenômeno sempre atual, um

elo vivido no eterno presente”.¹⁵⁴ Dessa forma, podendo ser reavivada e ressignificada a todo instante, dependendo dos interesses em questão.

Nesse capítulo, iremos apresentar como as memórias que foram ocultadas por Souto Maior tornaram-se fundamentais para definição de uma campanha eleitoral no Estado do Paraná, trazendo à tona as histórias que há muito haviam sido “enterradas” sobre a atuação das empresas colonizadoras em Assis Chateaubriand. Utilizaremos notas publicadas pelo jornal local *O Regional*, e matérias apresentadas por Roberto Requião em seu programa eleitoral durante a campanha para governo do Estado, no ano de 1990.

Nas eleições em questão, disputavam uma vaga para governo do Estado do Paraná, entre outros candidatos, o representante do partido PMDB, Roberto Requião e José Carlos Martinez, filho de Oscar Martinez, dono da Colonizadora Norte do Paraná S/A, que atuava em Assis Chateaubriand. Este, dono da rede de televisão CNT, filiado ao então PRN, mesmo partido do então Presidente da República, Fernando Collor de Melo¹⁵⁵.

Durante o período eleitoral, o jornal *O Regional* mostrava apoio a José Carlos Martinez, exibindo notas de seus comícios e divulgando promessas de campanha. Logo que, o então deputado federal José Carlos Martinez, demonstrou sua intenção em lançar-se candidato a governo do Estado do Paraná, o então prefeito da cidade de Assis Chateaubriand, Koite Dodo, publicou no jornal o apoio a Martinez, dizendo que o presidente do Brasil, Fernando Collor também apoiava a candidatura de Martinez e pedia colaboração na campanha do candidato.

O jornal destacava a fala do então prefeito Koite, onde este afirmava que: “Collor me disse que faz questão de eleger candidatos do PRN em dois Estados: Paraná e Alagoas. Também me pediu para que engajasse nessa campanha para ajudar Martinez”. “Não poderia deixar de ouvir o pedido de Collor e disse – seu pedido é uma ordem”.¹⁵⁶ Assim, é possível perceber o apoio declarado do prefeito da cidade à candidatura de Martinez.

Embora durante o início da campanha, as pesquisas do IBOPE apontassem a liderança nas pesquisas do candidato do PSDB, José Richa, seguido de Requião e só em terceiro lugar aparecesse Martinez, o jornal apresentou diversas notas em favor de Martinez, não escondendo a preferência entre os candidatos. Matérias de capa com títulos “Votem em

¹⁵⁴ NORA, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo, 1993. p.9.

¹⁵⁵ Presidente que governou de 1990 a 1992, sofrendo impeachment e sendo afastado em 02 de outubro de 1992, assumindo seu vice Itamar Franco.

¹⁵⁶ CIDADÃO honorário. *O Regional*. Ano XV, nº475, capa e p.12.24 de fev.1990.

candidatos com cheiro de terra”,¹⁵⁷ faziam parte das matérias veiculadas ao então candidato José Carlos Martinez.

Durante as festividades do 24º aniversário da cidade de Assis Chateaubriand, comemorado em 20 de agosto de 1990, Oscar Martinez, dono da CNP, recebeu o título de cidadão honorário da cidade. A nota de capa do dia 25 *O Regional* apontava que: “Os poderes Executivos e Legislativos de Assis Chateaubriand, tomaram uma iniciativa [...] que além de dar um colorido todo especial ao evento resgatou com justiça uma dívida com o fundador de Assis Chateaubriand, Dr. Oscar Martinez ao lhe entregar publicamente o título de Cidadão Honorário do município.”¹⁵⁸ Na matéria de uma página inteira dedicada ao homenageado, o jornal apresentou na íntegra o discurso de Oscar Martinez. Este agradeceu o título recebido e relembrou a atuação de sua empresa ao colonizar terras do Norte e do Oeste do Paraná. Ao final de seu discurso, lembrou a candidatura de seu filho dizendo que:

Assis Chateaubriand [...]pode uma vez mais ter participação decisiva em seu futuro. Encontra-se diante de uma oportunidade singular: ajudar a pôr no Palácio Iguazu um fruto desta terra, o Deputado José Carlos Martinez. É uma opção que abrirá as portas do governo para essa região, porque tem profundas vinculações com a nossa gente de Assis. Ao transferir, em parte, essa homenagem para o futuro, vejo o amanhã como uma sequência do ontem. Por isto projeto em um filho, [...] a mesma chama que avivou no passado o espírito de todos nós, pioneiros, que construímos a glória desta cidade e desta região. É, como se fosse ele também o filho de todos os senhores e senhoras presentes, se todos os conquistadores desta terra, homenageio-o como pai, absolutamente certo e convicto de que, com José Carlos Martinez no Governo do Estado, continuaremos todos no mesmo caminho de progresso e de desenvolvimento a que nos propusemos, desde a década de 40.¹⁵⁹

Novamente, o apelo ao “fruto desta terra”, ao referir-se ao filho e então candidato José Carlos Martinez, desta vez, feito pelo próprio pai, a um público estimado pelo periódico em 100 mil pessoas, dois meses antes da eleição ao Governo do Estado.

Com a proximidade do dia de votação, as pesquisas já mostravam uma acirrada disputa entre Requião e Martinez, já apontando a prévia que o segundo turno seria disputado entre os dois candidatos. Uma nota emitida em 1º de setembro de 1990, logo após um debate transmitido pela Rede Globo de Televisão entre os principais candidatos a governo do Estado, destacava que no debate “Martinez venceu [...] porque conseguiu apresentar propostas de governo, revelou equilíbrio emocional e profundos conhecimentos dos problemas do Paraná e

¹⁵⁷ VOTEM em candidatos com cheiro de terra. *O Regional*. Ano XV, nº501, capa. 25 ago. 1990.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ MARTINEZ, Oscar. apud *Jornal O Regional*. Ano XV, nº 501.p.15, 25 ago. 1990.

das atitudes do Governo Estadual. [...] o candidato Martinez rebateu com fatos e documentos, todas as criticas que recebeu, principalmente as do candidato do PMDB (Requião),”¹⁶⁰ dizia o jornal. Já apontando para uma campanha de segundo turno possivelmente tensa entre ambos.

Realizado o primeiro turno das eleições numa quinta-feira, dia 04 de outubro de 1990, o jornal *O Regional* destacava os números: Roberto Requião com 1.040.356 votos e Martinez com 1.090.066, que disputariam o segundo turno das eleições estaduais, José Richa, que liderava as pesquisas iniciais saiu em terceiro lugar com 658.991 votos.¹⁶¹

A matéria exibida com os resultados da pesquisa, apontava o favoritismo de Martinez, dizendo que ele teria o apoio do ex-concorrente, José Richa, além da presença do então presidente da República, no Paraná, para pedir apoio ao candidato. A matéria terminou com uma frase que dizia: “Como as eleições são sempre uma caixinha de surpresas, vamos aguardar e acompanhar o desenrolar do embate.”¹⁶²

Faltando poucos dias para o fim da propaganda eleitoral, a “caixinha de surpresas” foi apresentada em rede de rádio e televisão estadual por Roberto Requião. Tratava-se de depoimentos que teriam sido colhidos na cidade de Assis Chateaubriand, por repórteres enviados pelo candidato do PMDB à cidade, a fim de mostrar o passado da família de seu rival José Carlos Martinez. O que levou a desenterrar o baú das memórias “de trancoso” da cidade, mencionados por Souto Maior.

Um vídeo que foi exibido no último programa do candidato Requião, e que tivemos acesso, durava em torno de 10 minutos, trazendo relatos de pessoas que disseram serem ou terem sido moradoras de terras onde atuou a empresa de Oscar Martinez, pai de José Carlos, o candidato. Esses se diziam vítimas de violência por parte de jagunços a mando da empresa colonizadora do pai de seu rival, que expulsaram e mataram posseiros na região de Assis Chateaubriand. Os depoimentos foram reforçados por entrevistas com dois historiadores de renome Cecília Westphalen e Ruy Wachowicz e representantes de órgãos públicos do Estado do Paraná, como um delegado, por exemplo.

O vídeo inicia com um mapa do Estado do Paraná e sobre ele o título: “Paraná: a ocupação da terra”. Com a imagem de trabalhadores rurais, plantações, homens portando armas de fogo e cenas do rio Piquiri, o narrador iniciou o vídeo com uma espécie de resumo da ocupação das terras do Paraná, relatando conflitos e mortes entre trabalhadores rurais, jagunços, posseiros e grileiros. Na transcrição:

¹⁶⁰ MARTINEZ vence debate. *O Regional*. Ano XV, nº502. Capa e p.5, 01 de set.1990.

¹⁶¹ *O Regional*. Ano XV, nº507, 06 out. 1990.

¹⁶² Idem.

A história da ocupação da terra no Paraná apresenta vários capítulos que foram escritos com fogo, sangue e desespero. Conflitos e movimentos armados no norte, no sudoeste e no oeste. Pequenos agricultores, trabalhadores rurais, posseiros, gente de todas as partes do Brasil que veio ao Paraná para realizar o sonho da propriedade da terra, o sonho de uma vida digna e próspera, o sonho do El Dourado. Mas na trilha aberta pelos pioneiros, nas florestas do norte, do sudoeste e do oeste, logo se pôs de tocaia outra classe de homens: intrusos, grileiros, jagunços, pistoleiros de ofício a espreita para no momento certo desfazer o sonho e impor a bala a posse da terra¹⁶³.

Após essa “nota introdutória” foi apresentado o trecho de uma entrevista com a historiadora Cecília Westphalen, uma das mais renomadas no cenário estadual, onde esta comentou sobre os grupos de “intrusos”, narrados no vídeo: “Intrusos, bandidos, pistoleiros que agiam por conta própria, mas sobretudo por conta de outros poderosos que desejavam estabelecer grandes grilos de terras no Paraná”, dizia ela.¹⁶⁴

A fala da historiadora foi reforçada por imagens de casas de madeiras destruídas, a entrada de uma fazenda e a fachada do escritório da empresa CNP em Assis Chateaubriand. O narrador do vídeo retomou: “Gente poderosa, colonizadoras, cuja especialidade era falsificação de documentos para esbulhar os legítimos proprietários de suas terras. A indústria da grilagem da terra, os exércitos particulares, a tocaia, os ranchos e roças queimados, o sangue, os cadáveres se decompondo nos carreadores ou levados pelo rio.”¹⁶⁵

Para reforçar ainda mais a “história da ocupação”, um trecho da entrevista de outro historiador, Ruy Wachowicz, foi apresentado, dizendo que: “Então, o que acontecia? Acontecia o que eu contei, acontecia muitos conflitos, isso em algumas regiões do oeste foi uma verdadeira catástrofe, né? Então os grupos se armavam e cada um procurava defender aquilo que considerava seu. E nós sabemos como a justiça brasileira é mais lenta que uma tartaruga, tem casos que não foram resolvidos ainda”¹⁶⁶.

As violências retratadas no vídeo pelo historiador Wachowicz, sobre o Oeste do Paraná, foi apresentada na obra de Souto Maior, embora de maneira mais sutil. Ao contrário do que os historiadores apresentaram no vídeo, Souto Maior buscou amenizar a situação, partindo em defesa da empresa Colonizadora CNP.

¹⁶³ PARANÁ: a ocupação da terra. Programa eleitoral de Roberto Requião, PMDB, 1990. Fita de vídeo. 13 m03s. VHS.

¹⁶⁴ WESTPHALEN, Cecília. APUD PARANÁ: a ocupação da terra... Op. Cit.

¹⁶⁵ PARANÁ: a ocupação da terra. Op.Cit.

¹⁶⁶ WACHOWICZ, Ruy. APUD PARANÁ: a ocupação da terra... Op. Cit.

Sobre a compra das terras, por exemplo, Souto Maior reproduziu uma entrevista cedida a ele por Adízio Figueiredo dos Santos, onde dizia que as terras foram compradas de um grupo de Joaçaba no estado de Santa Catarina. No livro, Souto Maior descreveu seu depoimento sobre a compra da área em questão:

Naquela época [fins de 1950], fui convidado para adquirir uma gleba no Vale do Piquiri, gleba esta que pertencia a um grupo de Joaçaba-SC. Fui então a Joaçaba e adquiri desse grupo uma gleba de 90 mil alqueires, com escritura definitiva.

Estas terras começavam no Rio Melissa em Nova Aurora e iam até o Rio Azul, hoje município de Palotina. Nós iniciamos a colonização em 1952, e o nome dessa Colonizadora que eu fundei era Sociedade União D'Oeste LTDA.¹⁶⁷

De acordo com o próprio Adízio, em fins da década de 1950, no entanto, o Estado do Paraná, através do governo de Bento Munhoz da Rocha, entendeu como devolutas as terras de posse da colonizadora, e tentou confiscá-las judicialmente. Sobre isso salientou que:

Durante 6 anos, vendemos aproximadamente 30 mil alqueires 1\3 do total da gleba adquirida, e depois houve uma parada brusca na venda das terras, porque o Governo do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, entendeu que as terras dessa gleba eram devolutas, apesar de nós termos a escritura...¹⁶⁸

Ainda de acordo de Adízio: “contestamos a ação, houve inclusive sequestro da área pelo Governo, que estava decidido a tomá-la. Mas nós batemos o pé firme, entramos com um Mandado de Segurança no Supremo Tribunal e este nos garantiu a posse das terras”.¹⁶⁹ O problema girava em torno da duplicação de títulos de uma mesma área, que pareceu ter ocorrido durante as décadas de 1950 e 1960, no Estado do Paraná. Os governos do Paraná, durante os mandatos de Bento Munhoz da Rocha e Moysés Lupion, constituíram uma tumultuada documentação sobre a área, onde um expedía titulações sobre um pedaço de terra, e o outro cancelava os títulos de posse, conferindo propriedade da mesma área para diferentes donos. Com relação à titulação dessas terras o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES destacou que:

A política de ocupação do território, estimulada nos governos de Bento e Lupion, passa a ser definida como prejudicial, por ter deixado como herança inúmeras irregularidades... administrações equivocadas... até corrupções. [...]

¹⁶⁷ SANTOS, Adízio Figueiredo. APUD MAIOR, Laércio Souto. Op. Cit. p.181 a 188.

¹⁶⁸ Idem. 185

¹⁶⁹ MAIOR, Laércio Souto. Op. Cit. p. 185

na ânsia de agradar amigos e subverter consciências de manter posições a administração anterior ultrapassou tudo o que se possa imaginar. O que foi feito na titulação de terras devolutas do Paraná é verdadeiramente espantoso.¹⁷⁰

Toda essa discussão aponta para o problema de titulações que ocorreu durante a década de 1950 em outras partes do Oeste do Paraná. Problemas com as titulações de terras, em especial com relação à duplicação de documentos de titulação, foram aprofundados em outras pesquisas¹⁷¹. Diversos documentos foram expedidos pelo Estado do Paraná fazendo concessões de terras e, às vezes, essas mesmas terras eram cedidas a outras pessoas pela União, ou então mesmo, títulos que eram falsificados, em claro sistema de grilagem. Rita Boritza afirma que “o processo de colonização da área [região Oeste] é obstruído por uma tumultuada documentação possessária, envolvendo interesses do Estado do Paraná, da União e de muitos particulares.”¹⁷² Nair Massoquim analisa que em alguns casos, o governo federal concedia terras e o estadual anulava a concessão. Às vezes uma mesma área acabava por possuir vários donos. De acordo com essa autora:

As companhias particulares que compravam terras de grupos empresariais especulativos que detinham grandes concessões, eram as mais atingidas. Esses grupos vendiam as terras sem nenhum registro e nem demarcação cartográfica, o que possibilitava que a mesma área de terra fosse vendida pelas empresas colonizadoras uma ou mais vezes. O governo estadual cedia ao mesmo tempo a mesma terra a companhias colonizadoras e a grupos particulares, praticando o “duplo ou triplo batismo”.¹⁷³

No escopo desse clima de distribuição e redistribuição de terras, fazia parte as terras da Gleba Santa Cruz que estavam sob processo judicial. O confisco foi realizado ainda no fim da década de 1950 e chamou atenção pública para as terras dessa região. Adízio se defendeu - se das acusações de litígio em entrevista cedida a Massoquim, onde dizia que:

Na época em que compramos as terras poucas pessoas conheciam a região, ninguém se interessava por essas terras. Foi só depois que adquirimos essas terras e começamos a construir estradas, aeroporto, fizemos plantações com pés de café, daí começou a chegar gente de São Paulo, Minas Gerais, Santa

¹⁷⁰ IPARDES, 1989. p.57. APUD BORITZA, Rita. Op. Cit.p.6

¹⁷¹ Ver MYSKIW, Antônio Marcos. *Colonos, Posseiros e Grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense* (1961/66). Dissertação (mestrado em História) UFF. Rio de Janeiro. 2002. SANTOS, U.P. *O usucapião*. Doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: Saraiva, 1983. MOTTA, Marcia Maria.M. Grilagem como legado. In: MOTTA, M. Pinheiro (org). *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro. Vício de Leitura, 2002.

¹⁷² BORITZA, Rita. Op.cit. p.4.

¹⁷³ MASSOQUIM, Nair G. *Formação e desenvolvimento da pequena propriedade familiar no município de Assis Chateaubriand, Paraná*. Dissertação (mestrado em Geografia). UFSCar. São Carlos 1999. p.35

Catarina e Rio Grande do Sul. Foi aí que o estado inteiro despertou para o negócio e o governo interveio.¹⁷⁴

Na visão do empresário, o Estado só se interessou pelas terras depois que ela estava “desbravada”, atuando como uma espécie de interesseiro. Como a venda das terras já estava em processo adiantado, o então declarado dono da colonizadora, temendo uma queda nas vendas, pediu para que seus advogados escrevessem o livro *O caso da fazenda Santa Cruz: a verdade sobre as terras do Piquiri*,¹⁷⁵ onde distribuiu a moradores que já estavam instalados nas terras de atuação da empresa.

O livro, redigido por dois advogados, a pedido dos diretores da colonizadora¹⁷⁶, é uma espécie de dossiê dividido em quatro capítulos. Em suas páginas, há documentos de espécie jurídica e política, além de depoimentos, cópias de certidão e registros de imóveis e dados da colonizadora, numa forma de tentar provar que as terras pertenciam de fato a ela, e que não tinham origem devoluta.

A colonizadora divulgou neste livro, que tudo não passou de uma armação do Estado para obter as terras em jogo. Já nas primeiras páginas, com o subtítulo *o resumo da causa*, a colonizadora afirmava que: “o Governo do Estado do Paraná (...) [depois] de ter assistido (...) à valorização daquele imóvel, resolveu recentemente apoderar-se daquela grande e custosa riqueza, honesta e trabalhosamente construída”,¹⁷⁷ acusando a colonizadora de grileira, sendo isso um “plano sinistro e mal arquitetado” e que por isso não duraria muito, visto que a colonizadora provaria ser ela a dona legítima de tais terras.

Percebemos que a empresa União D’Oeste LTDA buscou se mostrar como vítima de uma ação do Estado a qual considerava irregular. Às terras foram atribuídas valores como “grande e custosa riqueza”. Suas origens foram descritas nas páginas seguintes, onde a colonizadora afirmava ser dona há mais de 120 anos das terras em questão, antes denominadas Fazenda Santa Cruz, Cachoeira ou Rios dos Patos.

De acordo com o livro, as terras teriam sido vendidas em 1844 a Custódio Gonçalves, que teria vendido a José da Silva. Este, por sua vez, teria vendido as mesmas terras em 1871 a Joaquina Maria Gertrudes que em agosto de 1892 vendera a Valêncio José de Camargo. No

¹⁷⁴ MASSOQUIM. Op. Cit. P. 37

¹⁷⁵ ALENCAR, Manoel Vieira; NETTO, Benedicto da Costa; ZICARELLI FILHO, Francisco. *O caso da fazenda Santa Cruz: a verdade sobre as terras do Piquiri*. 1958.p. 3.

¹⁷⁶ Segundo uma nota divulgada no livro, este foi redigido “pelos advogados Professor Manoel Vieira de Alencar, o ex-ministro da Justiça Benedicto Costa Netto e Professor Francisco Zicarelli Filho”, sendo este apresentado ao poder judiciário na data de 26 de agosto de 1954, assinada pelos diretores Constancio R. Silveira Filho e Adizio Figueiredo dos Santos. p.3

¹⁷⁷ Idem.

ano de 1928, este vendera sua metade a Ernesto Ferreira Nunes e a outra parte vendera a Irmãos Mattana & Cia. A partir daí, partes das terras foram vendidas a diversas pessoas e, em 1952 chegam as mãos da Sociedade Colonizadora União D’ Oeste Limitada, que “adquiriu pela importância de Cr\$20.000.000,00” além de Cr\$94.000,00 de impostos pagos ao estado.¹⁷⁸

Numa entrevista cedida a Massoquim¹⁷⁹ Adízio disse ter adquirido as terras de uma empresa chamada Dalcanale, de um grupo de Joaçaba, Santa Catarina, onde foram comprados “uma área de 180.000 hectares”. No decorrer da entrevista, Adízio complementa: “mas registramos apenas 90.000 hectares [...] registramos a área na então comarca de Foz do Iguaçu, sob o título n 2.769 de 15, de setembro de 1952, quando a companhia foi batizada com o nome de Companhia Colonizadora União Oeste”.

Partindo da narrativa de Adízio, uma questão fica em aberto. Se ele comprou uma área de 180.000 hectares, porque registrou apenas a metade delas? Não eram elas também terras “legais”? Se os 90.000 hectares foram utilizados pela empresa visando à colonização, para quem foram destinados os outros 90.000? E de que maneira foram utilizadas? Para essas questões, não temos respostas.

Os 90.000 hectares citados por Adízio, não tinham uma demarcação específica que fosse conhecida. Sendo sempre descrita como uma área situada,

a começar nas cabeceiras do Rio Jacaré ou dos Patos até sua barra no Rio Piquirí, a margem esquerda, pelo Rio Piquirí abaixo até a Barra do rio Ariranha, um quarto de légua, mais ou menos abaixo da corredeira e pelo Ariranha acima até as suas cabeceiras, daí rumo sul-leste, mais ou menos, a procurar a cabeceira do Rio Jacaré ou Patos, onde começou.¹⁸⁰

A confecção de um mapa para retratar a área descrita acima foi prejudicada pelo “rebatismo” corrido durante atuação da colonizadora. Muitos rios receberam outros nomes quando a área foi ocupada, o que tornou difícil a exatidão quanto a área real ocupada pela União D’Oeste. Mas, partindo do depoimento de Adízio, poderíamos dizer que essa área começava no atual município de Nova Aurora, abrangendo toda região até a atual cidade Palotina. A questão judicial entre a companhia União D’Oeste e o Estado do Paraná teria sido resolvida no ano de 1958, já no segundo mandato de Moises Lupion. Adízio relatou que:

¹⁷⁸ Idem p. 83

¹⁷⁹ MASSOQUIM, Nair. Op. Cit. p35

¹⁸⁰ ALENCAR, Manoel Vieira; NETTO, Benedicto da Costa; ZICARELLI FILHO, Francisco. *O caso da fazenda Santa Cruz*. Op.cit. p. 77.

Devolvemos ao estado metade da área, reduzindo assim a nossa área para 45 mil alqueires, que compreendia do Rio Verde para cá. [...] Em consequência do acordo feito com o governo, as pessoas que tinham áreas na parte que ficou para o Estado, tiveram que requerer os títulos e entrar em acordo com o governo. [...] Por outro lado, com os que ficaram do Rio Verde pra cá, nós também tivemos que fazer um novo acerto [...] mas conseguimos fazer com que o acordo fosse amigável com todos e, em 1958, a área já estava titulada.¹⁸¹

A partir da luta judicial, Adízio destacou que o Estado do Paraná voltou os olhos para a região do Vale do Piquiri. A divulgação das terras teria trazido para a região um grande número de “espertalhões” que passaram a ocupar as terras. De acordo com ele:

Houve a penetração de intrusos, [...] de grupos organizados que vinham de Presidente Prudente (SP) e Maringá (PR), e de outros estados. Eles chegavam e diziam ser colonizadores e que tinham ordem do governo, mas na realidade eram tumultuadores, muitos desses grupos tivemos que expulsar a força, assim que atravessavam o rio. Fomos obrigados a fazer “mão forte”, até que a justiça decidisse.¹⁸²

O termo “mão forte”, expresso em sua narrativa aponta para as lutas pelas terras no período. Mais uma vez, percebemos que apesar do planejamento que a empresa tenha tentado adotar para a ocupação da região, por diversos momentos, a ocupação fugia ao controle. O uso da violência ou da “força” foi a medida adotada para conter o povoamento desordenado e para expulsar os “indesejáveis”.

Nesse contexto, entraria em cena a Colonizadora Norte do Paraná. Adízio narrou que:

Depois de fazer um acerto com o Estado e com os compradores, a nossa Colonizadora, União D’Oeste, havia sofrido um desgaste muito grande, ficando bem mais difícil. Era impossível dar continuidade à colonização. Foi então que surgiu um grupo de pessoas, lideradas por Oscar Martinez, que acabaram comprando esses 45 mil alqueires. [...] dando início a uma colonização moderna. Tão logo a CNP adquiriu toda a gleba, começou a abrir estradas, construir pontes, fundar patrimônios, dividir tudo em lotes pequenos de cinco e vinte alqueires paulistas.¹⁸³

Pela narrativa de Adízio, a partir de 1958, quando a CNP passa a atuar na região, teria de iniciado uma “colonização moderna”. No entanto, como percebemos a partir das

¹⁸¹ SANTOS. Adízio Figueiredo. Apud MAIOR, Laércio Souto. Op. Cit.p.186

¹⁸² MAIOR, Laércio Souto. Op.cit. 186

¹⁸³ Idem. P.187

narrativas do segundo capítulo, foi a partir desse período que os relatos de violência tornam-se mais intensos.

Oscar Martinez, em seu discurso em agradecimento ao título de Cidadão Honorário, recebido em Assis Chateaubriand, disse que as regiões Noroeste, Oeste e Sudoeste do Paraná, na década de 1940, estavam reduzidos a um “gigantesco latifúndio de terras estatais”, sendo que teria, a partir daí, iniciado a “verdadeira corrida para o Oeste.”¹⁸⁴ Ele lembrou ainda que “o Estado do Paraná concedia as terras através de requerimento, porque eram devolutas. Tudo isso ocorria, porém, no papel. Só depois é que o interessado era chamado, por ordem cronológica, para ser localizado em uma gleba anteriormente demarcada.”¹⁸⁵

Os historiadores Colognese, Gregory e Schalenberger, no livro *Tupãssi: do mito à História* dizem que “parte dos títulos emitidos na época de Lupion foram titulados para a Colonizadora Norte do Paraná, que, amparada nesses documentos, forçou a desocupação de áreas inteiras na região”.¹⁸⁶ Os autores apontam que em Assis Chateaubriand, a empresa começou a agir pouco antes de 1960, quando acabara o segundo mandato de Moysés Lupion. De acordo com eles, ainda que no ano de 1959, “foi descoberto um desfalque de 182 milhões de cruzeiros do Banco do Estado do Paraná – o dinheiro saiu de São Paulo, mas nunca chegou a Curitiba- João Simões, sócio de Oscar Martinez na Fazenda Santa Cruz, ofereceu 40 mil alqueires de terras no município de Assis Chateaubriand para ressarcir o rombo do Banco.”¹⁸⁷ O grupo OM, de Martinez, estava envolvido em questões de litígio com Estado, além disso, “há anos, a Colonizadora Norte do Paraná S/A agia cometendo irregularidades que desencadearam numa série de conflitos sangrentos, gerando violência na sua longa e conturbada história.”¹⁸⁸

Portanto, a entrevista do historiador Ruy Wachowicz, que abre o vídeo divulgado por Requião em seu programa eleitoral, não foge das narrativas apresentadas por esses historiadores e alguns moradores dessa região. Embora as empresas que atuaram em Assis Chateaubriand buscassem negar os atos com relação à desocupação das terras, os mesmos caíam em contradição quando assumiam que tiveram que fazer “mão forte” para conter a entrada daqueles que chamavam “intrusos” nas terras de suas atuações.

Retornando ao vídeo, o narrador apontou aqueles que teriam sido exemplos de casos de violência, ocorridos na cidade de Assis Chateaubriand. Esses “exemplos” foram dados a partir

¹⁸⁴ CIDADÃO honorário. *O Regional*. Ano XV, Nº501. P.15. 25 ago. 1990.

¹⁸⁵ Idem

¹⁸⁶ COLOGNESE, S; GREGORY, V; SCHALENBERGER, E. *Tupãssi do mito a história*. Cascavel: Edunioeste, 1999.p. 62

¹⁸⁷ Idem. P.63

¹⁸⁸ Ibidem.p.66

de depoimentos colhidos pelo repórter enviado à cidade. O primeiro deles é de um senhor que apareceu de pé sobre uma propriedade rural, se apresentando como Antônio de Araújo, também conhecido por “Baiano da Foice”. O narrador do programa o apresentou como sendo “um pioneiro, o primeiro desbravador do Oeste do Paraná, ele tem agora [em 1990] 87 anos de idade e continua com a mesma coragem de pioneiro. Seu depoimento, vocês vão ver, não deixa dúvida: é o testemunho da história do Oeste do Paraná”.¹⁸⁹ Em seguida, apareceu em cena um homem com mais idade, portando uma bengala de madeira, fazendo a narrativa:

Ninguém conhecia nada aqui, não. Isso aqui era uma mata quieta.[...] aqui ói... bonito, viu? Mas depois que eles deu pra matar gente, todo mundo abriu fora. Isso aí foi feito à bala. Só ficou os ricos, só. Rico ninguém mexia. A jagunçada chegava e dizia: “Você, é pra desocupar hoje”. Se ele revidasse, matava na hora. Mandava a viúva embora, e acabou. [...] isso aqui matava gente como porco mata galinha. Brincou, morreu! Eles tinham a jagunçada aí. Ali na beira do rio, acima do Formosa [cidade de Formosa D’Oeste], eles levavam os homens, pnhava dentro d’água, como você tá aqui [a pouca distância], até na cintura e metiam as carabinas. [risos] Esse aqui também, o chefão daqui, que agora tá querendo ser governador, o pai dele é dono da Fazenda da Corredeira, ali. E abriu um fazendão lá, e era sócio do Adízio e começou a matar gente também, ajudando o Adízio. É muita judiação. Ih... O Martinez passou a ser sócio do Adizio, aí é que foi matar bonito, o homem gosta do serviço. se eles quiser mandar me matar, manda. Mas eu to falando... já sou velho mesmo...¹⁹⁰

Tratava-se então do personagem “Baiano da Foice”, que seria ex-empregado da empresa Colonizadora União D’Oeste e depois da CNP. Um senhor, já aos 80 anos de idade. Ele apareceu em alguns depoimentos colhidos para a realização desse trabalho, como o primeiro funcionário contratado para cuidar do campo de aviação da empresa Colonizadora, responsável por mostrar terras a interessados. Alguns depoentes, entrevistados por nós, disseram que ele sempre carregava um facão na cintura, que servia para abrir picadas para em meio a mata quando este acompanhava os compradores até seus lotes, outros, disseram que o facão era para intimidar os posseiros, o fato é que o facão e sua origem nordestina viria a lhe render a apelido de Baiano da Foice.

Além dos depoimentos, encontramos uma matéria publicada na revista *o Regional em Revista* de 1977 sob o título: ““Baiano da Foice” o herói do Piquiri”, trazia a foto de José Antônio de Araújo e a história desse homem, tratado pela revista como “heróico desbravador”. De acordo com a matéria, ele teria sido o “primeiro homem a pisar [o] conturbado solo do Vale do Piquiri”, a pedido dos diretores da Colonizadora. A matéria ainda

¹⁸⁹ ARAUJO, Antonio de. APUD PARANÁ: *a ocupação da terra...* Op cit.

¹⁹⁰ ARAUJO, Antônio de. APUD PARANÁ: *a ocupação da terra...* Op. Cit.

destacava que ele teria sido o responsável pela construção de um campo de aviação para receber compradores das terras e apontava para as dificuldades enfrentadas por ele para buscar “provimentos a seus homens”, durante o período inicial de formação da cidade. A matéria terminava com uma espécie de reivindicação à memória deste homem: “Assis Chateaubriand se esqueceu do ‘herói do Piquiri’, que hoje claudica pelas ruas em busca de pedaço de compreensão. [...] está esmagado pelo esquecimento. Quando será lembrado? Talvez... nunca mais, Porém está satisfeito, com a consciência limpa de ter cumprido seu dever”, termina a matéria.¹⁹¹ De acordo com a revista, Antônio de Araújo teria sido um “herói da colonização”, ajudando as colonizadoras a cuidar da área, bem como recebendo os compradores, mas estaria esquecido, abandonado. No entanto, teria sido “ressuscitado” por repórteres a pedido de Roberto Requião, que o entrevistou no ano de 1990 para a elaboração do vídeo da campanha eleitoral.

Quanto ao teor da entrevista concedida ao vídeo, Oscar Martinez, rebateria tempos depois. De acordo com ele: “a história do Baiano da Foice foi uma história que o Paraná inteiro sabe que foi um depoimento comprado, pois consta no inquérito que o Requião deu um cheque de quinhentos contos para o Faiçal entregar para o Baiano da Foice para ele prestar o depoimento dele e depois recolheu o cheque.”¹⁹²

No relato, Martinez diz que o Baiano da Foice, que aparece na entrevista apresentada no programa eleitoral, teria, após as eleições ganho um cargo de confiança durante o governo de Requião e passado a receber dinheiro sem trabalhar, para não desmentir o depoimento. É preciso reforçar que Antônio Araújo, o Baiano da Foice, já estava com 87 anos, o que torna, no mínimo, curioso que tenha assumido algum cargo nessa idade. Ataque de ambos os lados, ninguém mais encontrou a figura desse baiano, que sumiu da cidade logo após as eleições.

Voltando ao vídeo, na sequência da entrevista com o Baiano da Foice, apareceu outro depoente, também se dizendo ex-funcionário da CNP. Apresentando-se com o codinome “Ceará”, dizia ter encontrado 38 corpos na beira do Rio Piquiri, dentro da fazenda de Oscar Martinez, durante a década de 1960. De acordo com ele:

Muitos cadáveres...teve lugar de mais de 35. Fazendo picada na beira do Piquiri e achar 38 cadáveres sem ser enterrado, tudo na beira do Rio Piquiri. E eu ate que gostaria de um dia o Martinez vim conversar comigo de perto, perguntar se era verdade o que eu vi, o que eu tô falando, que eu ia falar pra ele como é que eles faziam dentro da fazenda que é a Corredeira dos Índios,

¹⁹¹ BAIANO da foice: o herói do Piquiri: O *Regional em Revista*. Ano 1, nº1. s/p. Ago.1977.

¹⁹² MARTINEZ, apud MAIOR, Laércio Souto. Op. Cit.p.200

aonde foi matado muita gente ali. O modo o ruim deles tá no capital que eles tem, a família poderosa como eles são hoje.¹⁹³

Não conseguimos maiores informações sobre o depoente, a não ser o fato de que ele realmente se apresentava como funcionário da CNP e que a fazenda citada por ele também pertencia a Oscar Martinez. Na sequência, apareceu no vídeo imagens de casas de madeiras, aparentemente destruídas ou abandonadas, restos de móveis espalhados e cenas do rio Piquiri, seguidas de um depoimento com o ex- Deputado Estadual Gernote Kirinus, onde este dizia que:

Tudo isso foi amplamente denunciado em 76, 77, e nós levamos ao conhecimento da CPI da terra, nos altos de processo que nós encontramos também no fórum, encontramos fotografias como estas, de ranchos dizimados, queimados completamente, as famílias eram expulsas, os ranchos eram queimados, ameaçados de morte, eles tinham que sair correndo, as vezes..

Repórter: E quem resistisse era morto, mesmo?

Gernote: E quem resistisse era morto à bala. Era uma ordem que... dado pela Colonizadora. E diziam inclusive nos depoimentos que nos prestaram de que não adiantava resistir, porque a colonizadora estava fortemente ancorada pelo..por.. pelo grupo Martinez e que tinha gente grande na defesa, que não adiantava eles quererem resistir, tinha mesmo que juntar os trapos e ir embora. Antes, ou se preferisse morrer. Então são coisas que podem ser apuradas ainda porque são coisas não muito antigas, são recentes. É de 76, 77, 74, 75.¹⁹⁴

Além do ex-deputado, outras figuras importantes que apareceram foram a de Agostinho Bukoski, na época presidente da Federação de Trabalhadores Rurais do Paraná e um ex-delegado que atuaram na cidade de Assis Chateaubriand durante a década de 1970. O primeiro relatou para o vídeo que:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand, surgiu a partir das tensões sociais que existiam na fazenda Martinez. Dezenas de posseiros vieram [...] pedir para ser organizado o sindicato, e a partir desse sindicato é que começou as lutas e as denúncias, na época e que nós inclusive, fomos a Brasília, por diversas vezes, para que.. resolver esse problema. Verificamos inclusive que aquela terra era de domínio da União, é.. titulada de uma forma errônea pelo Moises Lupion, em 1950, e que desde aquela época os agricultores lá estavam sendo pressionados para sair. Nós conseguimos [...] no governo Geisel, a desapropriação daquela área, e foi uma tristeza nossa, porque quando foi desapropriado aí houve uma intensidade de pressão por parte da família Martinez... é... trabalhadores vieram denunciar pra nós que houve morte de agricultores e destruíram todas

¹⁹³ “CEARÁ” apud *PARANÁ: a ocupação da terra...* Op. Cit.

¹⁹⁴ KIRINUS, Gernote apud *PARANÁ: a ocupação da terra...* Op.Cit.

as posses para [...] não caracterizar nenhuma posse naquelas áreas. E depois que foram limpas as terras, o Incra tituló definitivamente aquelas terras para o Martinez.¹⁹⁵

O ex-delegado da cidade de Assis Chateaubriand, Orlando José Pires, relatou ao repórter que:

Era comum aparecer corpos no rio Piquiri. Inclusive de a gente achar corpos que a barriga tinha sido aberta, enfiado pedras e com uma corda e outra pedra amarrada, jogado no fundo. Isso nós achamos. Foi uma época de bastante terror que eu passei lá.

Repórter: O senhor nunca teve medo, sempre enfrentou tudo isso?

Orlando: Não.. medo a gente tem, mas tem que superar, né? Foi o que eu fiz. Agora quando eu deixei a cidade, já tava bem mais calma. Calma mesmo, já não tinha mais problemas de posseiros, quer dizer, já não existia mais terra pra eles tomarem, né? O que eles tinha de fazer, já tinham feito, né?

Foram exibidos depoimentos de agricultores que diziam terem sido ameaçados e expulsos de suas terras por jagunços portando armas de fogo, a mando de Oscar Martinez ou de sua colonizadora. E também foram apresentadas entrevistas concedidas por dois homens que se apresentaram como ex-funcionários da CNP. A primeira delas, um homem que se apresentou como João Ferreira, popularmente chamado de “Ferreirinha”, que, de acordo com ele, teria sido pistoleiro a mando da Colonizadora Norte do Paraná. Ele iniciou sua fala, na matéria, relatando que “a ordem era pra matar” e de acordo com ele, essa ordem era dada por Oscar Martinez:

A ordem que tinha era de atear fogo na casa, tocar fogo.

Repórter: A ordem do capataz ou do seu Oscar?

Ferreirinha: Mandado pelo Oscar, a ordem era do Oscar, sim.

Repórter: Então eles diziam pra vocês fazerem o que? Se o sujeito não quer sair, vocês tem que chegar lá e...

Ferreirinha: Derruba, toca fogo, joga no rio.

Reporter: E vocês fizeram isso?

Ferreirinha: É... Muitas vezes foi feito, né?

Repórter: E houve resistência por parte dessas pessoas? Elas eram pessoas armadas, por exemplo?

Ferreirinha: Sim, mas.. Quando havia resistência...

Repórter: a resistência era vencida

Ferreirinha: Era vencida, botava fogo na casa eles tinham que sair. Por bem ou por mal, saiam, né?

Repórter: Hunhun. E aqueles que não queriam sair, por exemplo, ia...tinha que ser executado, não era isso?

¹⁹⁵ BUKOSKI, Agostinho apud *PARANÁ: a ocupação da terra...* Op.cit.

Ferreirinha: Tinha que ser jogado no rio abaixo, né?

Repórter: Essas pessoas eram jogadas no rio como, Ferreira? Elas...

Ferreirinha: Enrolava nos sacos de batata...pega a barca, atira lá dentro e a água leva. E quando terminou de.. acabou ali os posseiros, que ele montou a colônia dele, aí foi onde nos tivemos que abandonar tudo pra não morrer.¹⁹⁶

O vídeo termina com frases de efeito, garantindo que:

Esta é a verdade. Esta é a verdade sobre a colonizadora da família Martinez. Está escrito nos livros, esta registrado nos documentos, os documentos que restaram de tantos cartórios, prefeituras e fóruns incendiados pelos jagunços da colonizadora. Está nas atas das Câmaras Municipais, na Assembleia Legislativa do Paraná, no Congresso Nacional. Está nos arquivos dos jornais, está na memória do povo. Está nas ossadas que ainda hoje os arados desenterram ou que afloram nas margens açoreadas do Rio Piquiri. Está escrito e não há como mentir ou esconder. A colonização do Oeste do Paraná, na região de Assis, foi um dos mais violentos, sangrentos e aterrorizantes capítulos da história da ocupação da terra do Paraná moderno.¹⁹⁷

O vídeo, divulgado em âmbito estadual nos programas eleitorais da candidatura de Roberto Requião, logo ganhou páginas de jornal. Jornalistas iam para a cidade de Assis Chateaubriand para verificar a veracidade das informações divulgadas. No principal jornal da cidade, silêncio. Não encontramos nenhuma nota publicada. Um dia antes da eleição, o Jornal *O Regional* publicou em sua capa uma matéria que dizia: “Vai começar um ‘novo Paraná’ com a vitória de Martinez. Amanhã é o grande dia! O dia em que os eleitores vão confirmar a vitória para governador: José Carlos Martinez. Assis Chateaubriand, a menina-dos-olhos de Martinez, será a grande beneficiada. Vote certo, vote em Martinez”.¹⁹⁸ Era como se nada tivesse acontecido.

No dia 25 de novembro de 1990, segundo turno das eleições, Roberto Requião, contrariando as pesquisas de intenção de voto, garantiu vitória sobre José Carlos Martinez. O “caso Ferreirinha”, como ficou conhecido no período, tomou conta das discussões na imprensa e na rua em todo Estado. A revista *Veja*, no ano de 1999 ainda relembrou o caso, ao noticiar uma denuncia de desvio de dinheiro da esposa de Requião e lembrar outros atos “ilícitos” do hoje Senador:

¹⁹⁶ BANDEIRA, Afrânio Luis. que identificou-se como “Ferreirinha” apud *PARANÁ: a ocupação da terra...*Op.cit.

¹⁹⁷ *PARANÁ: a ocupação da terra...*Op.Cit.

¹⁹⁸ VAI começar um ‘novo Paraná’ com a vitória de Martinez. *O Regional*. Ano XV. Nº 514. Capa. 24 nov.1990.

Candidato pelo PMDB, em 1990, Requião estava em grande desvantagem em relação ao empresário e deputado José Carlos Martinez, candidato do PRN, que liderava as pesquisas. Faltando apenas uma semana para a eleição, Requião exibiu em seu programa eleitoral a entrevista com um homem que se identificava como João Ferreira, o "Ferreirinha". O misterioso entrevistado contou que na década de 60 teria trabalhado como pistoleiro para uma colonizadora da família de Martinez, com a tarefa de expulsar posseiros a bala. "Matei umas oito ou dez pessoas", declarou o suposto Ferreirinha. Requião mandou distribuir 50.000 cópias da entrevista, que foram exibidas em praça pública nas cidades do interior. Resultado: Martinez, o candidato favorito, perdeu a eleição e Requião tornou-se governador.¹⁹⁹

De todos os depoimentos apresentados pelo vídeo, gravado pela assessoria de imprensa do candidato do PMDB, Roberto Requião, apenas o depoimento do "Ferreirinha" foi questionado por José Carlos Martinez, derrotado nas eleições. Pouco tempo decorrido do fim das eleições, Martinez entrou com processo de fraude eleitoral contra seu oponente.

O tal "Ferreirinha" apresentou-se como uma fraude, uma encomenda para o programa eleitoral. José Carlos Martinez conseguiu comprovar que o depoente era um motorista, desempregado, de nome Afrânio Bandeira, que nada tinha de "Ferreirinha". De acordo com a revista on line *Bem Paraná*, "a evidência mais grosseira da fraude foi a idade do suposto Ferreirinha que teria apenas cinco anos quando os supostos assassinatos que ele dizia ter cometido aconteceram".²⁰⁰ Com essa evidência em mãos, o TSE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná concluiu que houve crime eleitoral e cassou o mandato de governador de Roberto Requião. Com relação aos outros depoimentos apresentados no vídeo, mais uma vez, silêncio.

Durante esse período, a única nota que encontramos na imprensa escrita da cidade de Assis Chateaubriand, foi divulgada no dia 16 de março de 1991, e falava sobre a presença de um jornalista da agencia de notícias *O Estado de São Paulo*, Reinaldo Bessa, na cidade para investigar a existência do suposto Ferreirinha. O jornal publicou apenas que o jornalista, acompanhado de seu fotógrafo:

Conversaram com mais de 20 pessoas, desde ex-funcionário da Colonizadora Norte do Paraná até antigos moradores na busca de indícios reais da vida de em Assis Chateaubriand de João Ferreira, o famoso "Ferreirinha", atração no programa eleitoral da campanha para governador no ano passado.

¹⁹⁹ Revista *VEJA* on line. Disponível em: veja.abril.com.br/061099/p_048.html. acesso em 03/05/2009.

²⁰⁰ Revista *Bem Paraná*. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/index.php?n=5890&t=ferreirinha-garantiu-1-mandato>. Acesso em 08/02/2009.

Bessa leva de Assis Chateaubriand a impressão de uma cidade que tem receio de falar sobre o assunto. Diz ter conhecido uma única pessoa que afirmou ter conhecido Ferreirinha e morava em Assis nos anos 60.²⁰¹

Não encontramos, além dessa, nenhuma matéria mais significativa a respeito do vídeo, do Ferreirinha, ou das outras denúncias apresentadas durante o programa eleitoral de Roberto Requião. Tal qual o medo sentido e comentado pelo jornalista Bessa na nota acima, também a nós, durante a realização da pesquisa, nos pareceu ser o sentimento maior, ao buscar reavivar essas memórias nos antigos moradores da cidade.

Em 1993, já sobre o mandato do prefeito Luiz Amaral, encontramos uma nota sob o título, “Caso Ferreirinha resulta no impedimento de Requião”, onde expôs a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de impedir o governo de Roberto Requião, devido à fraude “Ferreirinha” apresentada em seu programa de campanha. Exibiu em anexo uma nota oficial do Governo do Estado assegurando a continuidade do governo de Requião que entraria com recurso contra a sentença do TRE. De acordo com o jornal:

O impedimento do governador é resultado de uma ação cível impetrada pelo candidato derrotado por Requião, José Carlos Martinez, do PRN, logo após a eleição. Ele alegou que Requião fora eleito com uma fraude eleitoral, o depoimento do suposto pistoleiro de aluguel, João Ferreira, o Ferreirinha, apresentado nos programas de televisão do PMDB. [...] Segundo o presidente do TER, os recursos decorrentes de decisões da Justiça Eleitoral, não têm efeito suspensivo, mas os tribunais superiores podem conceder esse benefício se julgarem que ele é cabível de mandato de segurança. Mesmo que o TSE confirme a sentença do TER, Requião ainda pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal – STF.²⁰²

Em anexo, uma nota oficial do Governo do Estado do Paraná, dizendo que a suspensão de Requião foi provisória, e a continuidade do seu governo estaria “assegurada através de recurso com efeito suspensivo”.²⁰³ O vice de Requião, Mario Pereira assumiria a administração do Estado até que Requião fosse liberado pela justiça para reassumir seu cargo. O que não levou muito tempo. Em 21 de julho de 1993, o então vice-procurador-geral do TER, Geraldo Brindeiro, disse que o Tribunal se precipitou ao cassar o mandato de Requião. “No entender de Brindeiro, a perda do mandato eleitoral só se daria se fosse constatado o abuso do poder econômico, fraude generalizada e corrupção. ‘A punição por uma ilegalidade isolada não pode ser a perda do mandato, porque ele pertence ao povo’”, justificou.²⁰⁴

²⁰¹ FERREIRINHA: alguém conhece esse homem? *O Regional*. Ano XV. nº528. Capa. 16 mar. 1991.

²⁰² CASO Ferreirinha resulta em impedimento de Requião. *O Regional*. Ano XVIII, nº721. p.03.17 de jul.1993.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ *O Regional*. Ano XVIII, nº723. 22 de julho de 1993. Capa.

Na matéria de capa da edição do dia 22 de julho de 1993, *O Regional* destacou: “Requião, emocionado, chora ao chegar a Curitiba”. Recebido por mais de 300 prefeitos do Paraná e a presença de dez mil pessoas, de acordo com o jornal, Requião disse que sua cassação foi precipitada e ao encerrar seu discurso disse que iria “assumir outra vez, [...] na terra santa de Assis Chateaubriand”. Disse ainda que não tinha sido eleito para “assassinar agricultores”, numa referência às denúncias que apresentou em sua campanha. “Em nenhum momento o governador afastado assegurou a veracidade do personagem apresentado na campanha do PMDB, que disse ser o Ferreirinha, [...] entretanto, lembrou que, mesmo não sendo o verdadeiro Ferreirinha, aquele homem contou fatos conhecidos em toda a região de Assis Chateaubriand”, terminou a matéria.²⁰⁵

É interessante destacar que na chamada de capa dessa matéria, o jornal diz que “o chateaubriandense Antônio Gomes Molina testemunhou as atrocidades cometidas por jagunços a mando de funcionários da Colonizadora Norte do Paraná, colocando-se a disposição do governador Roberto Requião para contar o que sabe.”²⁰⁶ Ele teria ido a Curitiba prestar seu apoio a Requião, mas o jornal não traz maiores detalhes.

Nos dias 27 e 28 de julho, as edições do jornal destacou a presença de Roberto Requião em Assis Chateaubriand. Apoiado pelo então prefeito Luiz Amaral, também do PMDB, a cidade foi preparada para receber com festa o reempossado governador. De acordo com o jornal:

toda a comunidade Morada Amiga, como é conhecida a cidade de Assis Chateaubriand, está envolvida de uma forma ou de outra na organização da manifestação de solidariedade ao governador Roberto Requião, que no discurso feito em Curitiba no último dia 21, afirmou que no momento em que o TSE lhe garantisse o direito obtido nas urnas de voltar ao seu cargo de governador do Paraná, retomaria ‘simbolicamente o governo no solo sagrado de Assis Chateaubriand, numa homenagem aos órfãos e viúvas dos tempos difíceis da colonização.’²⁰⁷

A matéria de capa do dia 28 teve como chamada “Assis será capital do Estado por dois dias”, destacando que são esperadas a presença de mais de 40 mil pessoas de todo Estado para o comício de reempossamento de Requião, que deveria por dois dias governar o Paraná da cidade que ele chamou “terra santa”.²⁰⁸ Na mesma edição do jornal, foi publicada uma nota mostrando que o Paraná apoiava o governo de Requião, e outra, onde o TRE negou recurso de Martinez contra Requião.

²⁰⁵ Idem. p.03.

²⁰⁶ Ibidem. Capa.

²⁰⁷ *O Regional*. Ano XVIII, nº726. P.03.27 de jul. 1993.

²⁰⁸ Idem.

Percebemos mudanças no jornal, com relação ao apoio dado aos candidatos. Num primeiro momento ficando ao lado de José Carlos Martinez, o “filho da terra”, que também contava com a ajuda do então prefeito da cidade, Koite Dodo. Após as denúncias, e o resultado das urnas, manteve-se o silêncio com relação aos crimes apresentados durante a propaganda eleitoral. Sob o título “Requião é reconduzido ao cargo de governador do PR”, o jornal *O Regional* do dia 24 de julho de 1993 destacou que “uma semana após ter seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, Roberto Requião reassumiu ontem o cargo de governador do Paraná, beneficiado por uma liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Farias de Melo, do Tribunal Superior Eleitoral.”²⁰⁹

A matéria dizia que o governador desembarcou em Curitiba naquele dia e foi recepcionado por secretários e assessores. Também destacou que: logo após reassumir oficialmente o cargo, Requião anunciou que a “posse festiva” estava marcada para a próxima quarta-feira, às 15 horas, no município de Assis Chateaubriand. ‘Quero assumir ao lado das viúvas e órfãos dos agricultores assassinados pela Colonizadora Norte do Paraná.’”²¹⁰ De acordo com a matéria, o governador teria sido desafiado para um debate público pelo seu ex-adversário José Carlos Martinez, onde este teria respondido: “O Martinez tem que ter um debate com a polícia. Não vou prestigiar um marginal, debatendo com ele em público. [...] O meu debate com o Martinez foi na campanha, e, agora, não pode haver debate entre um governador e um marginal.”²¹¹

Pequenas notas mostrando que Martinez entrara com recurso, ou denunciando o corte de verbas estadual para sua emissora de TV, a CNT, foram apresentadas em uma ou outra edição. Martinez chegou a reclamar que, por conta da ação movida contra Requião, o acerto comercial entre a Central Nacional de Televisão, sua emissora de televisão e o Estado do Paraná havia sido suspenso. “ontem mesmo o governo cortou toda a propaganda veiculada na CNT. Isso é a volta da discriminação ao governo estadual, que vai afetar o faturamento local da emissora”, disse ele ao jornal *O regional* do dia 21 de julho de 1993.²¹²

Outras matérias divulgadas apresentam apenas a presença do então governador na cidade, não destacando os motivos da presença. Matérias como “população de Assis Chateaubriand vai receber Requião com festa”, “Prefeituras do Oeste fecham para receber Requião”, “Assis será capital do Estado por dois dias”,²¹³ entre outras, apresentam a estrutura montada na

²⁰⁹ REQUIÃO é reconduzido ao cargo de governador do PR. *O Regional*. Ano XVIII. nº725. P.04, 24 jul. 1993.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Ibidem.

²¹² *O Regional*. Ano XVIII. Nº722. P.03.21 jul. 1993.

²¹³ *O Regional*. Ano XVIII. Nº722, 726, 727. De 21, 27 e 28 jul. 1993, respectivamente.

cidade e a festa que foi realizada pela Prefeitura Municipal ao receber o Governador. Horários de funcionamento do comércio local e agências bancárias foram modificados, trechos da cidade fechada e uma festa foi preparada. O jornal destacou que eram esperadas mais de 40 mil pessoas para o prometido reempossamento do governador na “terra santa”.²¹⁴

A eleição de Luiz Amaral, partidário de Roberto Requião, para a PMAC, também favoreceria a mudança percebida nas matérias que veicularam após as eleições, em apoio ao governador Roberto Requião. Percebemos que não houve aprofundamento em pesquisas com relação às denúncias de violência apresentadas, embora algumas vezes, o jornal tenha noticiado uma ou outra nota, como, por exemplo, a publicada no dia 22 de julho onde Antônio Molina disse saber sobre as violências praticadas pela CNP. Ainda assim, o jornal apenas informou o fato, sem maiores esclarecimentos.

Nosso objetivo não é provar se os depoimentos apresentados por Requião em sua campanha eram verdadeiros ou falsos. Mas apontar para de que maneira essa matéria trouxe à tona memórias que se tentava ocultar: as memórias dos grupos “indesejáveis” pelo processo de ocupação das empresas particulares da cidade de Assis Chateaubriand, bem como o posicionamento da imprensa, especialmente escrita, com relação a ela.

Buscamos mostrar que as memórias de invasões de terras de ambos os lados, da violência das duas partes existem; as memórias, ainda traumáticas de alguns, que não querem lidar, ou ao menos, não querem falar; as memórias daqueles que ainda lutam judicialmente pelo pedaço de terra, estão por aí. Usadas quando convém, negadas quando necessário. Utilizadas de maneira sutil ou escancarada, dependendo o objetivo final a que se destinam seus usos.

Apresentar essas outras memórias, foi nosso objetivo. A maneira como ela foi escondida por conveniência, e as formas como foi reavivada, quando “necessária”, mostrando que muitas outras histórias poderiam ser apresentadas além daquelas que foram cristalizadas por Laércio Souto Maior.

São essas algumas das outras memórias que a história pública tenta ocultar. As muitas visões, experiências e pontos de vista com relação à cidade ficam expressos nas narrativas dos depoentes. Por isso, mais que a busca por uma verdade, apresentar essas memórias é acima de tudo apresentar as histórias de vida de migrantes que viveram o início da formação da atual cidade “Morada Amiga”.

²¹⁴ *O Regional*. Ano XVIII. Nº722. Capa. 21 jul.1993.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho *Cidade “Morada Amiga” no Oeste do Paraná: memórias das tensões em Assis Chateaubriand*, buscamos apreender um conjunto de “outras memórias” relacionadas à formação de Assis Chateaubriand, a partir da década de 1960.

Os caminhos que se apresentaram foram muitos, e as possibilidades de percorrê-los também. No entanto, optamos por partir da iniciativa pública em tentar criar uma identidade para Assis Chateaubriand, através da cristalização de uma memória única e a partir daí, buscar compreender “outras memórias” existentes e os embates entre ambas.

Foi possível perceber que ao instituir uma memória única, homogênea, buscava-se amenizar uma série de conflitos existentes em seu passado remoto. Conflitos que se iniciaram mesmo antes da atuação das empresas colonizadoras na cidade, com as duplicações de títulos expedidos sobre as terras do Oeste pelos governos estaduais, mas que foram intensificados com as expulsões de grileiros e posseiros a partir da chegada dessas empresas.

Ao buscar “outras” memórias, percebemos que ao mesmo tempo em que se entrecruzam, elas também se destoam, se contradizem. O que não significa que são mentiras ou verdades, apenas que rompem com uma história linear, homogênea, abrindo espaços para as múltiplas memórias que foram sendo abafadas em nome de uma única memória sobre a região e a cidade.

As iniciativas do prefeito de 1993, Luiz Amaral em dar destaque à cidade a nível estadual e nacional, apareceram como um esforço para amenizar um passado em que a cidade foi destaque nos jornais devido a atos violentos, traumatizantes, que fez com a cidade pudesse ser comparada a um “velho oeste”: local onde as questões eram resolvidos com “mãos fortes.”²¹⁵ Assim, investir em novas fontes econômicas serviria não apenas para “projetar” a cidade, mas lhe configurar uma “nova” história.

Ao buscar registrar a “saga do povo chateaubriandense”, Luiz Amaral e, em especial, Laercio Souto Maior, selecionou um grupo de homens e suas memórias, que embora não sejam “falsas”, não representam todas as memórias, nem todo o “povo chateaubriandense”. No entanto, representavam o passado que se queria “cristalizado”. O passado dos vencedores,

²¹⁵ Maior. Laércio Souto. op. Cit. p. 83

dos nordestinos e seus grandes feitos, das empresas de sucesso que fizeram “nascer” a cidade de Assis Chateaubriand e o presente do então prefeito que buscava a “retomada do desenvolvimento” da cidade.

Sua obra memorialista, entretanto, apesar de buscar homogeneizar uma memória “positivada”, não deixa de servir de fonte para novos questionamentos. A própria posição assumida pelo autor em não querer “ferir reputações”, mostrou que estava se precavendo de problemas, possivelmente políticos, em virtude do papel que exercia como Secretário de Planejamento Municipal. Fazendo com que apenas apresentasse os fatos, sem discorrer sobre eles.

Outro lado dessa história de várias faces, que foi amenizado por Souto Maior, nos apareceu nas entrelinhas de seu próprio livro, e pôde ser aprofundado a partir das entrevistas e documentos que levantamos para a realização dessa pesquisa. É preciso deixar registrado, entretanto, que as “outras memórias” estão correndo sério risco de, com o passar do tempo, acabarem, esquecidas em páginas amareladas de jornais, em arquivos mal armazenados, em fotografias antigas jogadas em alguma caixa de sapato ou no fundo de alguma gaveta. Enfim, de falecerem com seus donos, que levam para os túmulos suas memórias e histórias dessa cidade.

Essas “outras memórias” acabam esquecidas não apenas pela ação do tempo, mas em especial, por ações dos próprios participantes desses processos de formação, que buscam substituir essas memórias por outras vividas pelos grupos “aceitáveis”, ou seja, pela memória de pessoas que chegaram após as disputas pela terra, comprando as mesmas das empresas colonizadoras logo após o término dos conflitos. Esses, e só eles, possuem suas histórias nos livros públicos. São chamados de “heróis”, “pioneiros”, “desbravadores”. Tem seus rostos e nomes estampados em jornais e revistas. Tem, sua história cravada na praça central, numa escultura que simboliza o trabalho e a “prosperidade” desse grupo escolhido como “guardião” da memória local. Enfim, são imortalizados por essa memória “oficial”. Ainda tivemos tempo de perguntar a essas memórias e buscar um caminho a partir de suas rupturas. E acreditamos que esta tenha sido a maior contribuição dessa pesquisa: fazer com que “outras memórias” pudessem ser lembradas sobre a formação de Assis Chateaubriand, permitindo que não apenas “heróis”, mas pessoas comuns também se sentissem fazendo parte da história da cidade.

Buscar outra face dessa história mostrou que as “outras memórias” sobre o passado, mesmo correndo o risco de cair no esquecimento, ainda estão latentes. Assim, é possível compreender porque as lembranças de um passado violento não permitiram que o próprio poder público nomeasse os “pioneiros” da cidade. A tensão ainda se faz tão presente a

administração municipal precisou que estes mesmos se identificassem ou se considerassem como tal, a partir de um cadastro. Assim também, embora tomando partido, Souto Maior se obrigou a citar em sua obra as manchetes sobre as disputas de terra na cidade entre as Colonizadoras e os posseiros. Não dá para negar os conflitos, simplesmente porque essas tensões estão lá, estão vivas, estão presentes na casa sem energia do senhor João Pedro, nas falas, algumas apresentadas pelos nossos depoentes e em especial, no silêncio daqueles que ainda sentem o medo do passado assombrando seu presente.

Foi possível apreender também que, se por um lado, o poder público, em especial na figura do ex-prefeito Luiz Amaral, buscava criar uma imagem da cidade, por outro, percebemos que essas imagens se modificam, variando no tempo e no espaço, dependendo dos grupos sociais e de seus pontos de vista. Assim, a cidade “Morada Amiga” nos apareceu como uma cidade que “não era ruim”, como nos disse o depoente Antônio Manoel, apresentado no segundo capítulo, mas que também se mostrou como um cenário tenso, violento, a partir dos depoimentos desses entrevistados, apresentados no segundo e terceiro capítulos.

É preciso lembrar que tanto a memória quanto a História, embora distintas, têm suas raízes, ou dispositivos, no presente. Marina Maluf escreveu que “nada é esquecido ou lembrado no trabalho de recriação do passado que não diga respeito a uma necessidade presente daquele que registra”.²¹⁶ Dessa forma, compreender as apresentações e representações que assumiram as memórias só foi possível quando compreendemos qual foi o “gatilho” que a impulsionou. Por isso, quando as memórias partiram de uma construção pública, histórias positivadas foram as valorizadas, quando partimos para a margem dessas memórias, nos vieram à tona as histórias de pessoas que sentiram violentadas nesses processos, e como apresentamos no terceiro capítulo, elas também foram usadas como arma para resolver uma disputa política, ocorrendo, portanto, uma reelaboração dessas mesmas memórias.

As constantes reelaborações das memórias “popularescas”, embora se apresentem em outros espaços, aparece em duas figuras principais, a do “Baiano da Foice” e a do “Ferreirinha”. É interessante notar como a imagem desses sujeitos se modifica dependendo dos usos que se quer com determinadas memórias. Assim, o “Baiano da Foice”, torna-se uma figura lendária no município. Tratado pelos donos da empresa Colonizadora como o primeiro funcionário a trabalhar para a CNP como guarda, que cuidava do campo de aviação da

²¹⁶ MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo. Siciliano, 1995.p.31

empresa durante as décadas de 1950 e 1960, servindo também para reforçar o discurso da origem nordestina do município. Na década seguinte, aparece como um “herói” esquecido na velhice, abandonado pelas ruas da cidade que “ajudou a fundar”. E, num terceiro momento, sintetiza um conjunto de disputas, especialmente entre a empresa colonizadora e os posseiros da cidade de Assis Chateaubriand. A foice que teria sido usada para abrir picadas em meio a mata, num momento ou no outro, representa o símbolo da violência, da força, das “mãos fortes” dos donos da União D’Oeste e da CNP.

O “Ferreirinha” é a personificação dos jagunços, pistoleiros ou matadores que teriam atuado na região. Embora se tenha confirmada a fraude, o motorista desempregado, representou o “Tarciso”, o “Cidão”, o “Narciso”, e outros nomes de jagunços que, apesar do medo, nossos entrevistados narraram em seus depoimentos, ao denunciar atos violentos cometidos durante as décadas de 1950 a 1970, em disputa pela terra.

Uma cidade pequena, típica de interior, do outro extremo da Capital foi responsável pela mais importante decisão estadual durante a década de 1990. Esses personagens amenizados pela memória pública, quando da instituição de uma “história para Assis Chateaubriand”, relegados às memórias “popularescas” grifadas por Souto Maior, foram os responsáveis pela definição de uma campanha eleitoral no âmbito estadual, numa jogada política que elegeu um governador.

Se existiram “Tarcisos”, “Narcisos”, “Ferreirinhas”, não era nosso objetivo averiguar. Falsos ou verdadeiros, os “jagunços” apresentados por nossos depoentes fazem parte da memória de um passado não institucionalizado, que não se vê em obras públicas, em monumentos, mas que estão presentes nas memórias daqueles que ainda permanecem vivos para contá-las. E, como vimos, apesar de “abafadas”, vez ou outra essas memórias “renegadas” são requisitadas, como que buscadas no fundo de um baú, para serem apresentadas como a “verdade”.

O que buscamos, finalmente, apresentar nesse trabalho, é que a cidade “Morada Amiga” é uma cidade que busca apresentar-se como uma cidade acolhedora, calma, tranquila, mas, que esconde em seu passado um período pouco “amigável”, o qual, parte dele, tentamos retratar nessa pesquisa.

Temos consciência que muitos fios ainda permanecem soltos nesse novelo, possibilitando inúmeras outras pesquisas. Não foi nosso objetivo dar conta de toda a história da cidade e do município, mas possibilitar novas reflexões a partir de um ponto específico: as memórias ocultadas pela esfera pública da cidade de Assis Chateaubriand com relação à sua formação a partir da década de 1960.

Aos que se interessarem, acreditamos que a partir desse pequeno fio desenrolado nessa pesquisa, é possível realizar novos questionamentos a respeito das titulações de terras, ocorridas durante a década de 1950 e 1960, pelo Estado e a União e que resultaram nos conflitos de compra e venda de terras em Assis Chateaubriand e cidades vizinhas. A discussão quanto ao posicionamento da região na faixa de fronteira e as implicações que ocorreram levando aos duplos batismos dessas áreas. Bem como uma discussão mais ampla sobre as questões étnicas e culturais que diferenciam as “irmãs brancas” da “cidade cabocla”, relacionadas à ocupação da região por empresas colonizadoras distintas. Essas questões podem ser desenvolvidas por aqueles, que assim como nós, buscamos ir além das histórias prontas, procurando ampliar seus conhecimentos sobre o espaço em que vive.

Esperamos que este trabalho venha contribuir para aguçar a curiosidade e o instinto de outros pesquisadores para que juntos possamos aumentar o leque de informações e questões sobre a constituição dessa região que longe de homogênea, é repleta de outras histórias.

FONTES

Depoimentos Oraís:

ANTUNES, Marlene. (fictício) 64 anos. Agricultora. Entrevista realizada em sua residência em Assis Chateaubriand- PR, no dia 15 de dezembro de 2008. Áudio digital. 30 min.19s.

FÁTIMA, Maria de. (fictício) 84 anos. Aposentada. Entrevista realizada em sua residência em Assis Chateaubriand, no dia 31 de junho de 2009. Áudio digital. 1h.04min.19s

PEDRO, João. (fictício) Aposentado. Entrevista realizada em sua residência no distrito de Bragantina, Assis Chateaubriand, no dia 10 de outubro de 2010. Áudio digital. 45min.23s.

SANTOS, Janete dos. (fictício) 55 anos. Dona de casa. Entrevista realizada em sua residência, na cidade de Assis Chateaubriand, no dia 13 de junho de 2009. Áudio digital. 30m52s.

SILVA, Antônio Manoel da. (fictício) 81 anos. Aposentado. Entrevista realizada em sua residência, na cidade de Assis Chateaubriand, no dia 30 de junho de 2009. Audio digital, 1h19min24s.

Entrevistas escritas

BÁLICO, Olívio. 54 anos. Agricultor. Entrevista realizada pelo jornal *O Estado do Paraná* de 02 de fevereiro de 1978, na cidade de Nova Aurora.

LOPES, Leopoldina Angélica. 46 anos. Entrevista realizada por Robson Laverdi, na cidade de Marechal Cândido Rondon, em 15 de fevereiro de 2001.

Jornais

Jornal *O Regional*. Ano XV, nº475. 24 de fevereiro de 1990.

Jornal *O Regional*. Ano XV, nº501. 25 de agosto de 1990.

Jornal *O Regional*. Ano XV, nº502. Setembro de 1990.

Jornal *O Regional*. Ano XV, nº507. 06 de outubro de 1990.

Jornal *O Regional*. Ano XV. nº 514. 24 de novembro de 1990.

Jornal *O Regional*. Ano XV. nº528. 16 março de 1991.

Jornal *O Regional*. Ano XVIII, nº721.17 de julho de1993.

Jornal *O Regional*. Ano XVIII, nº723. 22 de julho de 1993.

Jornal *O Regional*. Ano XVIII, nº726. 27 de Julho de 1993.

Jornal *O Regional*, ano XXI, nº1.255. 06 de março de 1996.

Jornal *O Regional*. Ano XXI. 09 de março de 1996.

Jornal *O Regional*. Ano XXI. 16 de março de 1996.
 Jornal *O Regional*. Ano XXI. nº1260. 23 de março de 1996.
 Jornal *O Regional*. Ano XXI. nº 1261. 27 de março de 1996.
 Jornal *O Regional*. Ano XXI. nº1262. 30 de março de 1996.
 Jornal *O Regional*. Ano XXI. nº 1.275. 22 de maio de 1996.
 Jornal *O Regional*. Ano XXI. nº1281. 12 de junho de 1996.
 Jornal *O Regional*, ano XXI. nº. 1.284. 22 de junho de 1996.
 Jornal *O Regional*, ano XXI, nº1.298. 10 de agosto de 1996.
 Jornal *O Regional*, ano XXI, nº1.300. 17 de agosto de 1996.
 Jornal *O Regional*. Ano XXI. nº1329. 04 de dezembro de 1996.

Recortes de Jornal

Jornal *O Estado do Paraná*, 02 de fevereiro de 1978.
 Jornal *A voz do Oeste*, Toledo, p.14,18 de ago. 1968.

Revista

Revista *O Regional em Revista*. Assis Chateaubriand. Ano 1, nº1. s/p. Agosto de 1977.
 Revista *O Regional em Revista*. Assis Chateaubriand. Ano X, n.10, outubro de 1986.
 Revista *O Regional em Revista*. Assis Chateaubriand. Ano XI, n.11 de outubro de 1987.
 Revista *Bem Paraná*. Disponível em: www.bemparana.com.br/index.php?n=5890&t=ferreirinha-garantiu-1-mandato. Acesso em 08/02/2009.
 Revista *VEJA on line*. Disponível em: veja.abril.com.br/061099/p_048.html. acesso em 03/05/2009.

Escrita

ALENCAR, Manoel Vieira; NETTO, Benedicto da Costa; ZICARELLI FILHO, Francisco. *O caso da fazenda Santa Cruz: a verdade sobre as terras do Piquiri*. 1958.

ASSIS CHATEAUBRIAND. Secretaria de agricultura. *Plano Diretor Municipal*. 1994

ELFES, Albert. *Estudos Agro-Econômico e Social*. Guaíra, Toledo, Palotina, Nova Aurora, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Terra Roxa do Oeste, Marechal Cândido Rondon e Formosa do Oeste. Curitiba: INDA, 1970. (Mimeo).

MAIOR. Laercio Souto. *Historia do município de Assis Chateaubriand*. O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná. Maringá. Clichetec. 1996

Vídeo

PARANÁ: a ocupação da terra. Programa eleitoral de Roberto Requião, PMDB, 1990. Fita de vídeo. 13 m03s. VHS.

Institucional

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *IBGE*, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

PARANÁ. Divisão Policial do Interior, 1981.

Bibliografia

ALBERT, Verena. Histórias dentro da história. In _ PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. Contexto. São Paulo, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia, Minas Gerais: UFU, nº25 e 26, pp27-54, julho/dezembro de 2001 – janeiro/junho 2002.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Entre a história e a memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BARREIRO, José Carlos. O mal-estar da história: crise e pensamento na historiografia moderna. In: SILVA, Zélia Lopes (org). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Ed.Unesp, 1995.pp13-30.

BLOCH, Marc. A análise histórica. In: *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. pp 125-153.

BORITZA, Rita.. Os conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand. 1994. Monografia (especialização em História)-Facitol, Toledo. 1994.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos pra uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In_____ *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, 2007.

BURKE, Peter. *Varietades da historia cultural*. trad. Alda Porto, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes: São Paulo. Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CASTRO, I.E. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 124, 30 de set 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 12. Março de 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste do paranaense até 1960*. Santa Helena/Pr: Prefeitura Municipal, 1988.

COLOGNESE, Silvio; GREGORY, Valdir; SCHALENBERGER, Erneldo. *Tupãssi do mito a história*. Cascavel: Edunioeste, 1999

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsider's*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes*. São Paulo. Cia das letras, 1987.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL. Stuart. Quem precisa de identidade? In:_____ *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, 2000

HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HUYSSSEN, A. Pretéritos presentes: medios, política, amnésia. In_ *En busca del futuro perdido: cultura y memoria em tiempo de globalizacion*. Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., Buenos Aires, 2002

KHOURY, Yara Aun. “muitas histórias, outras memórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004

LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná*. Curitiba. Aos Quatro Ventos. 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/ monumento: In_____ *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et. Al.] 4ª edição. Ed. Unicamp. São Paulo, 1994.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas. SP, mercado das letras, 2002.p.34

MALUF. Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo. Siciliano, 1995

MASSOQUIM, Nair G. Formação e desenvolvimento da pequena propriedade familiar no município de Assis Chateaubriand, Paraná. Dissertação (mestrado em Geografia). UFSCar. São Carlos 1999

MAIOR, Laércio Souto. *Historia do município de Assis Chateaubriand*. O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná. Maringá. Clichetec. 1996

MAUAD, Ana Maria. Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº22, pp157-169, junho de 2001.

MOTTA, Marcia Maria. M. Grilagem como legado. In: MOTTA, M. Pinheiro (org). *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro. Vício de Leitura, 2002.

MYSKIW, Antônio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961/66)*. Niterói/RJ: UFF, 2002. (dissertação de mestrado em História Social).

NORA, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto história*. São Paulo, PUC/SP, nº10, pp 7-28, dezembro de 1993.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/ FGV, vol. 2, n.3, pp 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº. 14. Pp25-39, fevereiro de 1997.

PRINS, Gyn. História Oral. IN: BURKE, P. (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Unesp, São Paulo: 1992.

ROMPATTO, Maurílio. *O Vale esquecido: memórias da luta pela terra em Nova Aurora, Paraná, desde os anos 50*. Dissertação (mestrado em História). Puc, São Paulo, 1995.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia Einaldi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v.9 no19. set.89/fev.90.

SANTOS, U.P. *O usucapião*. Doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: Saraiva, 1983.

THOMPSON. Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das letras, 1998.

WACHOWICZ, R. *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2001. (Brasil Diferente).

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das letras, 1990.